

BALANÇO ANUAL 2021



SBSP
B3 LISTED NM

SBS
LISTED
NYSE



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 2021 vivemos um período tão desafiador quanto foi 2020. A grande vantagem, contudo, veio do legado das profundas adaptações corporativas promovidas no primeiro ano da pandemia. Com grande parte dos empregados já ambientada ao trabalho remoto e a atenção ao cumprimento de rígidos protocolos de saúde por aqueles que continuaram na linha de frente na manutenção de nossas obras e operações, pudemos continuar avançando. Vacinados e mobilizados para mais um ano de adversidades, mantivemo-nos firmes em nosso nobre propósito de impactar positivamente nos locais onde atuamos, contribuindo ainda para mitigar os efeitos sociais e econômicos negativos trazidos pela pandemia.

Neste aspecto, expandimos os benefícios das tarifas subsidiadas - categorias Social e Vulnerável, para quase 300 mil famílias, totalizando 868 mil famílias beneficiadas. Com o Programa Água Legal, substituímos estruturas precárias de 15 mil famílias residentes em áreas irregulares por redes seguras e água de qualidade. Aos setores do comércio e serviços, bastante castigados pelos efeitos da pandemia, facilitamos a renegociação dos débitos.

Em maior escala, a grande contribuição para a retomada vem da manutenção de um elevado patamar de investimento para o fortalecimento da infraestrutura de abastecimento. No total, ao longo de 2021, investimos R\$ 5,0 bilhões no conjunto de 375 municípios atendidos, que concentram 68% da população do Estado.

Desse montante, cerca de R\$ 2,0 bilhões foram destinados à infraestrutura de abastecimento de água para fazer frente ao grande desafio de manter o abastecimento com água de qualidade e acompanhar o crescimento da área operada.

Os esforços também foram direcionados à ampliação da segurança hídrica frente às ameaças climáticas a que estamos sujeitos, inclusive no ano de 2021, quando enfrentamos uma severa estiagem. Apesar do impacto na baixa recarga de importantes reservatórios, conseguimos assegurar a permanência no abastecimento.

É importante destacar que, além dos investimentos em infraestrutura, tal condição é possibilitada pelo avanço adaptativo deixado pelo legado da crise de 2014-2015 com ganho de resiliência de infraestrutura hídrica, hoje mais robusta e integrada.

Outra contribuição fundamental vem participação dos consumidores, que incorporaram hábitos racionais e estão mais conscientes da necessidade de economizar água. Em 2021, o volume de água tratada na Região Metropolitana de São Paulo se manteve 10% abaixo da média registrada antes da crise de 2014-2015.

Com cerca de R\$ 3,0 bilhões investidos em esgoto, seguimos com nossos programas estruturantes para expansão da coleta e tratamento. No litoral, onde todo o esgoto coletado já recebe tratamento, seguimos com as estruturas de coleta do Programa Onda Limpa. No interior, onde o atendimento está quase universalizado, o foco é no atendimento em bairros afastados das sedes municipais (sistemas isolados).

Na Grande São Paulo, somente nos últimos três anos, na esteira da vigorosa retomada dos investimentos em esgoto após a superação da crise hídrica de 2014-2015, já incorporamos 2,4 milhões de pessoas ao ciclo completo do saneamento pelo Projeto Tietê. Dentro do Projeto Tietê, a significativa evolução do Programa Novo Rio Pinheiros foi um dos grandes destaques.

Ao final de 2021, adicionamos mais 516 mil imóveis com esgoto levados para tratamento, o equivalente a uma população de 1,5 milhão de pessoas. A iniciativa conjuga os méritos de trazer vida a um dos principais rios da metrópole e mais qualidade de vida a muitas comunidades em situação de vulnerabilidade.

Com o olhar atento às mudanças trazidas pelo Novo Marco do Saneamento Básico, cumprimos a exigência de encaminhar tempestivamente para análise da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps), a nossa comprovação de capacidade econômico-financeira. De acordo com o decreto federal nº 10.710/2021, esta ação é necessária para manter a prestação dos serviços na área operada com atendimento às metas de universalização de água e de coleta e tratamento de esgoto até 2033. Para isso, planejamos investir cerca de R\$ 24 bilhões somente nos próximos cinco anos.

Também em 2021, estreitamos as relações com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), contribuindo para o processo de construção da Norma de Referência que definirá indicadores de eficiência para o setor. Corporativamente, continuamos aprimorando os mecanismos de integridade e conformidade para mitigar riscos e prevenir fraudes e corrupção.

Sempre em busca de maior satisfação de nossos clientes e retorno aos acionistas, seguimos comprometidos com a melhoria tecnológica de processos e serviços. Estamos cientes que o permanente ganho de eficiência operacional é resultado de mais automação, diversificação da fonte energética e projetos direcionados à economia circular.

Os desafios impostos em 2021 foram superados. Com o enfraquecimento dos contágios pelo novo coronavírus, conseguimos vislumbrar um horizonte de retorno à normalidade. E assim seguimos avançando em nossa missão transformadora de atuar pela qualidade de vida das pessoas e respeito ao meio ambiente.

Benedito Braga

PERFIL

A Sabesp é uma sociedade anônima de economia mista e capital aberto, controlada pelo Estado de São Paulo, que atua na prestação de serviços de saneamento ambiental.

No final de 2021, a Companhia estava presente de forma direta em 375 municípios do Estado de São Paulo, que juntos reúnem uma população de aproximadamente 28,2 milhões de pessoas. Em outros dois municípios, São Caetano do Sul (SP) e Mogi das Cruzes (SP), fornece água tratada por atacado e serviços de tratamento de esgoto. Atualmente é a empresa que mais investe em saneamento do Brasil, responsável por cerca de 33% do investimento realizado em serviços de água e esgoto no país (média SNIS 2011-2020). Seu valor de mercado ao final de 2021 era de aproximadamente R\$ 27,5 bilhões.

A Companhia atua ainda como sócia minoritária em outras quatro empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, além da Aquapolo Ambiental (água de reuso), Attend Ambiental (tratamento de efluentes não domésticos) e Paulista Geradora de Energia (esta última em fase pré-operacional). Mais informações sobre estas empresas estão disponíveis na Nota Explicativa 12 das Demonstrações Financeiras.

PAINEL DE INDICADORES

Indicadores	Unidade	2021	2020	2019	2018	2017
ATENDIMENTO						
Índice de atendimento em água	%		Tende à universalização (1,2)			
Índice de cobertura em água	%		Tende à universalização (1,2)			
Índice de atendimento em coleta de esgoto(2)	%	85	85	84	83	83
Índice de cobertura em coleta de esgoto(2)	%	92	92	91	90	90
Índice de Economias Conectadas ao Tratamento de Esgoto(3)	%	79	76	78	76	75
População residente atendida com abastecimento de água(4)	milhões de habitantes	27,8	27,5	27,1	25,1	24,9
População residente atendida com coleta de esgoto(4)	milhões de habitantes	24,6	24,3	23,8	21,8	21,6
Percepção positiva de satisfação do cliente (5)	%	85	86	86	81	85
OPERACIONAIS						
Ligações de água(6)	milhares	9.840	10.088	9.933	9.053	8.863
Ligações de esgoto(6)	milhares	8.418	8.518	8.326	7.495	7.302
Extensão de rede de água (7)	km	88.904	87.568	81.324	75.519	74.396
Extensão de rede de esgoto (7)	km	61.122	59.660	55.983	51.788	50.991
ETA - Estações de tratamento de água	un	246	251	253	244	240
Poços	un	1.222	1.169	1.144	1.114	1.110
ETE - Estações de tratamento de esgoto	un	578	572	569	565	557
Perdas de água - faturamento (8)	%	16,1	16,9	18,6	19,5	20,1
Perdas de água - relativas à micromedicação (9)	%	27,9	27,0	29,0	30,1	30,7
Perdas de água por ligação (10)	litros por ligação por dia	252	263	285	293	302
Volume produzido de água	milhões de m³	2.865	2.907	2.873	2.800	2.783
Volume micromedido de água no varejo	milhões de m³	1.707	1.758	1.593	1.545	1.524
Volume faturado de água no atacado (11)	milhões de m³	50	50	83	263	257
Volume faturado de água no varejo (12)	milhões de m³	2.103	2.034	1.963	1.845	1.819
Volume faturado de esgoto	milhões de m³	1.872	1.840	1.767	1.641	1.617
Número de empregados (13)	un	12.515	12.806	13.945	14.449	13.672
Produtividade operacional	ligações/empregado	1.459	1.453	1.309	1.145	1.182
FINANCEIROS						
Receita bruta	R\$ milhões	20.680,9	18.874,4	19.080,6	17.056,3	15.374,6
Receita líquida	R\$ milhões	19.491,1	17.797,5	17.983,7	16.085,1	14.608,2
EBITDA Ajustado (14)	R\$ milhões	6.372,7	6.421,8	7.510,5	6.540,6	5.269,3
Margem do EBITDA Ajustada	% da receita líquida	32,7	36,1	41,8	40,7	36,1
Margem do EBITDA Ajustada sem receita e custo de construção	% da receita líquida	41,5	45,0	49,5	48,8	45,4
Resultado operacional (15)	R\$ milhões	4.097,6	4.492,4	5.711,6	5.176,7	3.961,7
Margem operacional (15)	% da receita líquida	21,0	25,2	31,8	32,1	27,1
Resultado (lucro/prejuízo líquido)	R\$ milhões	2.305,9	973,3	3.367,5	2.835,1	2.519,3
Margem líquida	% da receita líquida	11,8	5,5	18,7	17,6	17,2
Dívida líquida por EBITDA Ajustado (16)	Múltiplo	2,29	2,09	1,46	1,55	1,86
Dívida líquida sobre patrimônio líquido(16)	%	58,4	59,0	50,8	51,8	56,1
Investimento (17)	R\$ milhões	4.983,0	4.380,0	5.068,0	4.177,4	3.387,9

- Cobertura 98% ou mais. Atendimento 95% ou mais.
- Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos 2 pontos percentuais.
- Economia é o termo utilizado para o prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam coletivamente uma única ligação de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos.
- Os dados de população deste Painel de Indicadores consideram a "Projeção da População e dos Domicílios para os Municípios do Estado de São Paulo: 2010-2050", elaborada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
- Pesquisa realizada no ano de 2021, pelo instituto GMR Inteligência de Mercado, com 14.174 entrevistas em toda base de municípios operados, com margem de erro de 1% e intervalo de confiança de 95%.
- Ligações e Economias ativas e inativas.
- Inclui adutoras, coletores-tronco, interceptores e emissários.
- Calculada pela divisão do Volume Perdido, em relação ao Faturamento, no ano pelo Volume Produzido no ano. O Volume Perdido não considera a água utilizada para manutenção periódica de adutoras e reservatórios de água, para combate a incêndios e água fornecida em áreas de ocupação irregular. Assim como, a água fornecida para uso dos municípios permissionários. O município de Guarulhos passou a compor o cálculo do índice em janeiro de 2021. O município de Santo André passará a compor o índice em janeiro de 2022 e Mauá em 2023.
- Calculada pela divisão do Volume Perdido, em relação à Micromedicação, no ano pelo Volume Produzido no ano. O Volume Perdido não considera a água utilizada para manutenção periódica de adutoras e reservatórios de água, para combate a incêndios e água fornecida em áreas de ocupação irregular. Assim como, a água fornecida para uso dos municípios permissionários. O município de Guarulhos passou a compor o cálculo do índice em janeiro de 2021. O município de Santo André passará a compor o índice em janeiro de 2022 e Mauá em 2023.
- Calculada pela divisão do Volume Perdido, em relação à Micromedicação, no ano pela quantidade média no ano de ligações ativas de água, dividida pelo número de dias do ano. O Volume Perdido não considera a água utilizada para manutenção periódica de adutoras e reservatórios de água, para combate a incêndios e água fornecida em áreas de ocupação irregular. Assim como, a água fornecida para uso dos municípios permissionários. O município de Guarulhos passou a compor o índice em janeiro de 2021. O município de Santo André passará a compor o índice em janeiro de 2022 e Mauá em 2023.
- Não inclui os valores faturados ao município de Santo André a partir de 2019 (67,1 milhões m³ e 53,9 milhões m³ em 2019 e 2020, respectivamente), uma vez que o município passou a ser faturado no varejo em meados de 2019. Não inclui os valores faturados ao município de Mauá em 2020 (29,5 milhões m³), uma vez que o município passou a ser faturado no varejo em meados de 2020. Mais informações no capítulo "Desempenho Econômico-Financeiro" deste relatório.
- Inclui os valores faturados ao município de Santo André a partir de 2020 (53,9 milhões m³). Não inclui os valores faturados ao município de Mauá em 2020 (29,5 milhões m³), o qual passou a ser faturado no varejo em meados de 2020. Mais informações no capítulo "Desempenho Econômico-Financeiro" deste relatório.
- Número de empregados próprios. Não inclui os cedidos a outros órgãos e aposentados por invalidez.
- O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais líquidas.
- Não inclui receitas e despesas financeiras.
- Dívida líquida compreende a dívida, deduzindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
- Não inclui compromissos financeiros assumidos nos contratos de programa (R\$ 121 milhões, R\$ 207 milhões, R\$ 331 milhões e R\$ 58,3 em 2017, 2018, 2019 e 2020, respectivamente). Em 2021 não houve compromissos financeiros referentes a contratos de programa.

CONTEXTO SETORIAL: A BUSCA PELA EFICIÊNCIA NO NOVO AMBIENTE REGULADO

Em 2021, a Sabesp se mobilizou para promover as adaptações necessárias à atuação no novo ambiente regulatório, trazido pela Lei Federal nº 14.026/2020 (Novo Marco do Saneamento).

Em maio, foi publicado o Decreto Federal nº 10.710/2021 que estabeleceu a metodologia para a comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e esgoto.

Em atendimento ao Decreto, no final de dezembro a Companhia entregou para a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) os documentos que comprovam sua capacidade de manter a prestação dos serviços na área operada e de atender às metas de universalização de água e de 90% de coleta e tratamento de esgoto até 2033. Cabe agora à Arseps analisar e emitir um parecer para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Ainda no contexto do Novo Marco, temos o início da atuação da ANA, que deverá emitir normas de referência para regulação do setor, com o objetivo de equalizar os padrões de exigência para a prestação de serviços em todo o território nacional. Nesse sentido, a ANA divulgou uma agenda para o período 2021-2023 com os temas que deverão ser objeto de normatização futura, como por exemplo, padrões de qualidade dos serviços, redução e controle de perdas, matriz de riscos, regras para indenização de ativos e modelos de regulação/estrutura tarifária. A Sabesp participou ativamente das discussões realizadas em rodadas de reuniões ocorridas em abril e maio de 2021 e também enviou suas contribuições à Consulta Pública nº 001/2022 que trata da Proposta de Norma de Referência sobre indicadores. No documento, ressaltamos as modificações e aprimoramentos necessários aos padrões de referência, indicadores, metas e métricas de cálculo, considerando a exequibilidade e impacto regulatório dos indicadores.

No âmbito Estadual, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou a Lei nº 17.383/2021, que dividiu o Estado em quatro Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário - URAEs, exigindo a adesão dos Municípios ao novo modelo de regionalização dos serviços. A denominada URAE 1 - Sudeste é composta por 370 dos 375 municípios atualmente operados pela Sabesp. Em dezembro de 2021, foi editado o Decreto Estadual nº 66.289/2021, que regulamenta a referida Lei, e dispõe sobre a adesão dos municípios às respectivas URAEs e sobre sua estrutura de governança interfederativa de que trata a lei.

Novos Negócios

Em 2021, promovemos a revisão de nossa Política de Novos Negócios, dando direcionamento estratégico à luz do novo cenário competitivo estabelecido com o marco legal do saneamento básico. O novo texto traz diretrizes pensadas para fundamentar o processo decisório para a seleção de iniciativas, busca dos parceiros e opções estratégicas de investimento em Novos Negócios e Expansão de Mercado.

Neste sentido, optaremos por parcerias que agreguem qualidade à prestação dos serviços, com maior eficiência operacional e ganho de velocidade rumo à universalização dos serviços. Também estão sendo observadas as oportunidades relacionadas à promoção da economia circular e ESG, como resíduos de ETA e ETE, e resíduos sólidos. Já dentro desta nova configuração, em dezembro de 2021, publicamos o primeiro chamamento público para a realização de estudos, desenvolvimento e implantação de soluções para o aproveitamento de potenciais de geração de energia fotovoltaica em municípios que operamos.

ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO

Em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e alinhada às políticas ambientais e socioeconômicas de seu acionista controlador, a Sabesp busca a universalização dos serviços de saneamento básico na área onde opera por meio de relevantes programas públicos de promoção da qualidade de vida e preservação do meio ambiente. Essa atuação é pautada pela nossa visão de ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

A garantia da disponibilidade hídrica é foco constante de atenção na área de atuação, assim como o avanço na implantação de estruturas de coleta e tratamento de esgoto, com viabilidade técnica e econômica. Ainda dentro de nossa estratégia, estamos em busca de crescimento com equilíbrio econômico-financeiro de forma ambientalmente correta e socialmente justa, aplicando os princípios da solidez financeira e sustentabilidade ao negócio.

Essas diretrizes estão aderentes à proposta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, à Agenda 2030 e aos princípios ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês). O desempenho da Companhia nesses requisitos é acompanhado por meio de indicadores ESG e é divulgado no Relatório Anual de Sustentabilidade.

Para garantir a entrega dos seus resultados, a Sabesp tem seus processos organizados em uma Cadeia de Valor, composta por macroprocessos de negócio, gestão e suporte às atividades, que buscam o desenvolvimento da sociedade, da promoção da saúde, da qualidade de vida e do meio ambiente, bem como da confiança na qualidade e na disponibilidade da água e dos serviços.

Plano de Investimentos

Para cumprir a sua missão e executar seu plano de negócios, a Companhia mantém um programa de investimentos que se destina a melhorar e expandir seus sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, além de aumentar e proteger os recursos hídricos.

Nosso programa de investimentos compreende quatro metas específicas com relação aos municípios atendidos:

- continuar a aumentar a segurança do abastecimento de água e atender ao aumento da demanda por água tratada;
- ampliar o percentual de domicílios ligados à rede de esgoto;
- aumentar o tratamento do esgoto coletado; e
- melhorar a eficiência operacional e reduzir as perdas de água.

Para o período de 2022 a 2026, a Companhia planeja investir cerca de R\$ 23,8 bilhões, sendo R\$ 9,9 bilhões em água e R\$ 13,9 bilhões em coleta e tratamento de esgoto:

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Abastecimento de Água	2.209	2.026	1.853	1.926	1.869	9.883
Coleta de Esgoto	1.869	1.989	2.005	2.534	2.235	10.632
Tratamento de Esgoto	616	558	668	624	864	3.330
Total	4.694	4.573	4.526	5.084	4.968	23.845

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

S BSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Metas: Desempenho e Projeções

O desempenho operacional da Companhia é acompanhado, principalmente, por indicadores de atendimento e cobertura dos serviços, número de ligações de água e esgoto, número de economias conectadas ao tratamento de esgotos e pelo índice de perdas, medido em litros/ligação/dia.

As projeções baseiam-se no Plano de Investimento, delineados pela Administração considerando, principalmente:

- condições macroeconômicas nacionais e internacionais, taxas de inflação e taxas de juros;
- disponibilidade de recursos nacionais e internacionais para financiamento do setor de saneamento básico e captações via mercado de capitais;
- crescimento populacional;
- obtenção de licenças ambientais necessárias; e
- condições climáticas.

O quadro a seguir apresenta o desempenho em 2021 e a projeção da trajetória esperada até 2026.

	Realizado		Metas				
	2021	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Atendimento com Abastecimento de Água (%)⁽¹⁾	Tende à universalização ^{(1) e (2)}		Tende à universalização ^{(1) e (2)}				
Atendimento com Coleta de Esgoto (%)⁽²⁾	85	85	86	87	88	88	89
Cobertura com Abastecimento de Água (%)⁽¹⁾	Tende à universalização ^{(1) e (2)}		Tende à universalização ^{(1) e (2)}				
Cobertura com Coleta de Esgoto (%)⁽²⁾	92	92	93	93	94	95	95
Índice de Economias Conectadas ao Tratamento de Esgoto (%)^{(2) (3)}	78	77	82	84	86	87	90
Novas Ligações de Água (mil)	178,9	192	192	200	200	200	190
Novas Ligações de Esgoto (mil)	225,5	246	220	240	240	240	240
IPDt (litros/ligação/dia)⁽⁴⁾	252	268	250	248	247	245	244

- (1) Cobertura 98% ou mais. Atendimento 95% ou mais.
- (2) Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos 2 pontos percentuais.
- (3) Economia é o termo utilizado para o prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam coletivamente uma única ligação de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos.
- (4) Em janeiro de 2021, o município de Guarulhos passou a compor o cálculo do índice. O município de Santo André passará a compor o cálculo do índice a partir de janeiro de 2022 e Mauá, em 2023.

As projeções levam em conta a perspectiva sobre os negócios e os resultados operacionais e financeiros. Como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da Administração sobre o futuro dos negócios e variáveis externas à Companhia e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio, estando fora do controle da Administração.

ENFRENTAMENTO À COVID-19

A urgência do momento vivido durante a pandemia exigiu rápida mobilização de toda a Companhia para a adoção de medidas emergenciais direcionadas à mitigação dos impactos sanitários, sociais e econômicos sofridos em decorrência do agravamento dos contágios.

Conjuntamente à atenção redobrada para a manutenção dos serviços essenciais de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos aos nossos mais de 28 milhões de clientes, destacaram-se iniciativas como distribuição de caixas-d'água, a instalação de lavatórios públicos em locais de grande circulação, distribuição de produtos de higiene e a higienização de vias públicas.

Para mitigar o impacto econômico sofrido, sobretudo, por famílias em situação de vulnerabilidade social, promovemos a isenção de tarifas da categoria social, suspensão de cortes e renegociação de débitos.

Um dos destaques em relação aos empregados foi a implantação do Protocolo Sanitário Sabesp, que reúne regras de redução de circulação para trabalho seguro, distanciamento social, higiene pessoal e sanitização das instalações da Companhia, além de ações de comunicação e monitoramento.

Em 2021, segundo ano de enfrentamento à pandemia, mantivemos-nos mobilizados para fazer a diferença na área onde atuamos. Como resultado de nosso comprometimento com o bem-estar social, contribuimos com a campanha de vacinação da Secretaria Estadual da Saúde com a doação de tablets para uso do sistema de registro dos vacinados. A ajuda ao setor do comércio e serviços foi outra forma de mitigar os efeitos econômicos trazidos pelo isolamento social a essas categorias de clientes com a suspensão de cortes por falta de pagamento. O benefício vigorou durante cinco meses ao longo de 2021 (fevereiro a abril, julho e agosto). Também foram abertas renegociações de débitos sem aplicação de multa e juros.

Com o agravamento da pandemia nos primeiros meses de 2021, mantivemos suspensos os atendimentos presenciais nas agências em benefícios dos clientes e empregados, concentrando esforços para que, assim como em 2020, nossos canais digitais pudessem substituir com eficiência o contato pessoal.

Passado o período mais crítico de contágio, em julho de 2021, as agências foram sendo reabertas gradativamente, de forma segura para clientes e empregados, seguindo protocolos de assepsia e distanciamento. Os empregados em trabalho remoto começaram a retornar ao regime presencial mediante ciclo vacinal completo, conforme especificidade prevista na bula de cada imunizante.

Para manter as equipes informadas sobre medidas preventivas, regras corporativas, sintomas e demais dúvidas relativas à pandemia, mantivemos ativa a Central de Informações de Prevenção à Covid-19 e disponibilizamos o sistema de telemedicina do Hospital Albert Einstein. Com o Programa de Saúde Emocional, disponibilizamos orientações para o bem-estar e psicológico e saúde mental dos nossos times.

Complementarmente, mantivemos a distribuição de equipamentos de proteção aos que empregados que mantiveram o regime presencial de trabalho para a manutenção das operações e execução de obras. Para esta categoria foram organizadas escalas de trabalho intercalado, buscando diminuir o contato entre os empregados.

Para os grupos mais vulneráveis, nos empenhamos na campanha "Inverno Solidário", realizada em parceria com Fundo Social de São Paulo (FUSSP) para a distribuição de 199 mil agasalhos e 69 mil cobertores novos, além de 150 mil cestas básicas e cinco mil cestas de Natal. Também por meio da atuação de nosso voluntariado, promovemos a doação de brinquedos, produtos de higiene, material escolar, ração animal, além da doação de sangue, cadeiras de rodas e muletas.

COMPROMISSO COM A SATISFAÇÃO DE NOSSOS CLIENTES

Os serviços de abastecimento de água de qualidade e a coleta e tratamento de esgotos exercem forte impacto na promoção da qualidade de vida das pessoas, sendo que a efetiva prestação dos serviços demanda a construção de uma relação de confiança e credibilidade, devendo estar sempre alinhada às necessidades e expectativas de nossos clientes.

Com um olhar compartilhado e mais aproximado das necessidades dos consumidores, procuramos priorizar e incorporar as principais expectativas às nossas decisões estratégicas no sentido de maximizar os benefícios dos serviços oferecidos e promover uma melhor experiência e satisfação dos nossos clientes.

Em 2021, concluímos a implantação da plataforma Net@Suite para *smart utilities*, tecnologia que fornece uma solução modular e inovadora e abrange os diferentes processos de gestão comercial e, desde outubro de 2021, a fatura mensal tem um novo visual. Além disso, agora o cliente é cadastrado por seu CPF ou CNPJ.

Além da nossa rede com 407 agências, temos canais digitais de atendimento 24 horas, o aplicativo Sabesp Mobile, o atendimento móvel com vans que ficam estacionadas em diferentes localidades na busca de facilitar a vida do cliente, e a Ouvidoria, que é o Canal responsável por acatar, avaliar e solucionar insatisfações e dificuldades não resolvidas pelos demais canais.

Ao longo do ano, a Ouvidoria recebeu 110,6 mil manifestações, sendo que destas, 96,6% foram solucionadas. Em 2021, por meio das Pesquisas de Satisfação do Cliente, foram realizadas mais de 14 mil entrevistas distribuídas em todos os municípios operados, o que permitiu aferir resultados com uma margem de erro inferior a 1% e nível de confiança de 95%, atingindo nível de satisfação de 85%.

Pelo *dashboard* da Experiência do Cliente, registramos em 2021 aproximadamente 1,5 milhão de respostas que indicaram satisfação de 88% com o acatamento dos serviços e de 73% com a realização dos serviços.

Promoção da ecoeficiência junto aos consumidores

A Sabesp promove ações voltadas ao uso eficiente e responsável da água, difundindo a mensagem de conscientização sobre a finitude dos recursos hídricos. As incertezas climáticas recentes reforçam a importância destas iniciativas, que vem contribuindo para a redução média per capita do consumo de água nos últimos anos. Além das campanhas publicitárias, a Companhia mantém o Programa de Uso Racional da Água (PURA), que atua na readequação da estrutura hidráulica de prédios públicos para reduzir perdas, campanhas educativas, incluindo orientações práticas a funcionários e alunos da rede de colégios estaduais. Pelo PURA, os imóveis que reduzem o consumo são beneficiados com a redução de 25% no valor da tarifa.

Controle de qualidade da água

Garantir a entrega de água de qualidade é o maior bem que podemos oferecer aos nossos clientes e um dos maiores ativos do nosso negócio e requer o acompanhamento cuidadoso durante todo o processo, da captação e tratamento até os pontos de distribuição e consumo.

A qualidade da água tratada e distribuída é fiscalizada pelo Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo e norteada pelos parâmetros do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, alterado pelas Portarias GM/MS nº 888/2021 e nº 2.472/2021, que estabelece procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano.

Realizamos o monitoramento da qualidade por meio de amostras analisadas em nossos laboratórios com frequências semanais ou mensais. Este processo contempla cerca de 85 mil análises mensais que aferem turbidez, cor, cloro, coliformes totais, dentre outros mais de 90 parâmetros que são verificados em nossos 16 laboratórios regionais de controle sanitário, que possuem acreditação ISO 17.025, certificada pelo INMETRO. Também temos laboratórios localizados nas próprias estações.

Todos os produtos químicos utilizados para o tratamento da água são analisados e atendem às rigorosas especificações estabelecidas nas recomendações feitas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), National Standard Foundation (NSF) e American Water Works Association (AWWA). Esse controle objetiva evitar a contaminação da água por substâncias tóxicas ou nocivas à saúde humana. Além disso, o flúor também é adicionado na água para ajudar a prevenir cáries na população.

Os clientes podem conhecer os resultados das análises da água na própria conta, que traz o resumo dos parâmetros básicos avaliados.

ATUANDO EM BENEFÍCIO DAS COMUNIDADES

Junto a expansão de infraestrutura sanitária, mantemos programas de participação comunitária, por meio dos quais nossos agentes promovem oficinas, visitas e eventos que buscam incentivar a participação coletiva em benefício de um ambiente urbano mais saudável.

Realizamos atividades direcionadas à geração de renda nas comunidades, além de ações para crianças e jovens das redes de ensino, fortalecendo a compreensão dos benefícios de nossa atuação e o engajamento a temas socioambientais.

Campanhas voluntárias solidárias e projetos patrocinados ou viabilizados por leis de incentivo complementam este trabalho, que valoriza a solidariedade, a educação, a cidadania, a cultura e o meio ambiente.

No caso de grandes obras, o relacionamento com as comunidades é considerado desde sua concepção, planejamento e projeto até a sua implantação. O trabalho é desenvolvido por meio de práticas de interação e engajamento com moradores de áreas direta e indiretamente afetadas, tendo como diretriz identificar essas regiões e estabelecer relações de respeito, confiança e transparência.

Expansão do acesso às regiões mais vulneráveis

O estreitamento do relacionamento de nossos agentes comunitários junto aos moradores e lideranças locais permite um melhor diagnóstico da situação socioeconômica das famílias, selecionando aquelas aptas a serem beneficiadas pela tarifa social ou regiões a serem priorizadas para instalação de estruturas de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Muitas dessas comunidades estão assentadas irregularmente e o abastecimento é feito de modo precário por tubulações improvisadas e sujeitas a contaminação. Para fazer frente a este problema, criamos o **Programa Água Legal**. Com ele, promovemos a instalação de sistemas seguros, redes e hidrômetros que levam água de qualidade até as torneiras. Em 2021, o Água Legal levou mais condições de saúde a 53 mil pessoas da Grande São Paulo. O Programa também contribui para a mitigação de perdas, além de valorizar a cidadania ao possibilitar que os moradores tenham comprovante de endereço, permitindo a matrícula em escolas e aquisição de serviços.

Para avançar com as conexões de esgoto em regiões onde os moradores não têm condições econômicas para fazer as instalações sanitárias de suas residências às redes de coleta de esgoto, criamos o programa **Pro-Conexão**, cujo nome-fantasia é **Se Liga na Rede**.

De 2012 até 2019, quando foi encerrada a primeira etapa, o programa beneficiou cerca de 104 mil pessoas. Em fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a adesão da Sabesp à segunda etapa do programa. A iniciativa tem a parceria do Governo do Estado, que contribui com 80% da obra e os 20% restante é custeado pela Sabesp.

O olhar social do Novo Pinheiros

Iniciado em 2019, o Programa Novo Rio Pinheiros reflete a preocupação da Sabesp em aliar as melhorias levadas com a expansão dos serviços de saneamento em regiões carentes à promoção da consciência ambiental.

Neste contexto, já foram implantados 23 Grupos de Governança Colaborativa que instituem fóruns locais para definição de uma agenda que mobilizam a comunidade e compartilham responsabilidades pela manutenção dos avanços ambientais conquistados com a expansão do saneamento, limpeza, preservação das margens e fiscalização do processo de despoluição de córregos.

O projeto foi implantado em cerca de seis comunidades atendidas pelo Programa Novo Rio Pinheiros, aproximadamente 4,4 mil domicílios (cerca de 15 mil pessoas) em áreas de alta vulnerabilidade social.

Programa de Educação Ambiental (PEA)

Criado há 12 anos, o PEA Sabesp busca melhorar a percepção individual e coletiva do valor dos serviços de saneamento sobre temas como a proteção dos mananciais, o uso racional da água, a despoluição hídrica, além do desenvolvimento de ações relacionadas aos hábitos de higiene e saúde preventiva.

Estamos preparados para atender anualmente cerca de 130 mil pessoas em palestras e cursos de educação ambiental e de cerca de 60 mil pessoas em visitas monitoradas às estações de tratamento. Também oferecemos cursos e palestras em escolas, atividades artísticas, educacionais, plantio de mudas, mutirões de limpeza de praias e rios, soltura de alevinos e eventos em datas comemorativas ambientais. Parte dessas ações são desenvolvidas em parceria com órgãos públicos locais ou ONGs.

Importante destacar que o distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19 reduziu as oportunidades ou alcance de realização de parte das ações, que foram substituídas por atividades on-line.

Sabesp 3Rs

Desde 2008, a Sabesp dispõe de um programa corporativo direcionado à sensibilização e mudança de comportamento de colaboradores e prestadores de serviços com a introdução de boas práticas direcionadas à redução, reutilização e reciclagem de resíduos gerados em atividades administrativas. Ao longo desses anos, foram capacitados cerca de 3 mil empregados.

Anualmente, promovemos a destinação socioambiental adequada, de em média cerca de 170 toneladas de materiais para reciclagem, sendo que nos últimos sete anos, impactamos positivamente cerca de 23 cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A oportunidade do primeiro emprego

Para promover a inserção de jovens no mercado de trabalho a Companhia mantém o Programa Jovem Aprendiz, realizado em parceria com o SENAI para faixa etária de 14 a 22 anos.

Para o ciclo 2021-2023, com duração de 18 meses, abrimos 495 vagas, com reserva para portadores de deficiência e adolescentes regatados do trabalho infantil e inscritos na rede de proteção da Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo. Para este último ciclo, também foi adotada pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas.

Outra porta de entrada é oferecida pelo Programa de Estagiários, que tem duração de dois anos. Em 2021, 165 jovens atuaram em apoio às diferentes áreas da Companhia em jornada diária de seis horas.

Projetos próprios e incentivados

Os apoios e patrocínios também desempenham um papel importante na nossa estratégia de responsabilidade social. Em 2021, destinamos R\$ 41,8 milhões para viabilização de 148 projetos direcionados à valorização da cidadania com a promoção de mais cultura, educação, esporte e saúde.

Pela própria essência do nosso negócio, é expressiva nossa atuação no patrocínio a projetos ligados à saúde e ao saneamento, totalizando R\$ 14,1 milhões em mais de 40 iniciativas, compreendendo seminários, congressos, feiras, webinars, debates com a participação da sociedade e, principalmente, ações educativas.

Voluntariado: a força da solidariedade

Instituído há 12 anos, o Programa Voluntariado Empresarial da Sabesp busca gerar valor social positivo ao promover a solidariedade junto a grupos ou comunidades vulneráveis com ações próprias ou em parceria com organizações da sociedade civil.

Nesses tempos de pandemia, este trabalho se tornou ainda mais necessário. Em 2021, a campanha "Inverno Solidário", realizada em parceria com Fundo Social de São Paulo, promoveu a distribuição de 199 mil agasalhos e 69 mil cobertores novos.

Os voluntários também participaram de mais de 300 ações de distribuição de alimentos, brinquedos, produtos de higiene, material escolar, ração, além da doação de sangue, cadeiras de roda e muletas.

Moradores de regiões afetadas por incêndios e desastres ambientais receberam mobiliários como forma de contribuição para reconstrução de suas vidas. E, ao final de 2021, uma ação em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo possibilitou a doação de 150 mil cestas básicas e cinco mil cestas de Natal.

SEGURANÇA HÍDRICA EM UM AMBIENTE DE ESCASSEZ E INCERTEZAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas têm colocado desafios para o abastecimento das cidades. Fenômenos extremos - caracterizados por curtos períodos de chuva torrencial e estiagens duradouras, estão cada vez mais frequentes e pedem medidas efetivas e urgentes.

A Sabesp atua na região de maior concentração populacional do Brasil: o Estado de São Paulo. São 375 municípios diretamente servidos com água tratada, o equivalente a 62% da população urbana do Estado.

Em 2021, vivenciamos no Brasil o que institutos meteorológicos classificaram como uma das piores secas registradas em um século na região onde estão inseridos os estados abrangidos pela bacia do rio Paraná, dentre eles São Paulo.

O planejamento de longo prazo, a maior adaptação às incertezas com o incremento de infraestrutura hídrica, a gestão estratégica de riscos e a atuação pelo uso racional e consciente da água são algumas das principais ações empreendidas pela Sabesp para garantir a permanência do abastecimento da população atendidas.

A adaptação aos desafios do clima

Dentro da área de atuação da Sabesp, a Região Metropolitana São Paulo (RMSP), onde somos responsáveis por 35 dos 39 municípios, é, sem dúvida, a de maior complexidade para operar. Além da suscetibilidade às variações climáticas, a RMSP concentra 21 milhões habitantes - cerca de 47% dos habitantes do Estado, uma das maiores aglomerações urbanas do planeta e o maior polo econômico da América do Sul.

A elevada concentração populacional somada à localização geográfica (na nascente da bacia hidrográfica do Alto Tietê) são fatores que impactam na baixa disponibilidade hídrica da região, que, assim como a bacia do PCJ, ambas áreas de captação da Sabesp, apresenta disponibilidade considerada crítica.

Para fazer frente a este cenário, a Sabesp tem o **Programa Metropolitano de Água**, cujo planejamento estruturante está baseado no Plano Diretor de Abastecimento de Água, que considera uma série histórica de 91 anos para a elaboração de projeções sobre oferta e demanda de água, e define as intervenções necessárias para o atendimento seguro da população.

Variáveis como o comportamento do consumo, o crescimento econômico e os avanços demográfico e geográfico da área urbana também contribuem para a modelagem de cenários futuros. Atualizado após a severa crise hídrica de 2014-2015, o Plano incorporou novos parâmetros de risco, até então inéditos. Os mananciais passaram por reavaliação e foi adotada vazão com garantia de 98% (antes era de 95%).

Um sistema mais integrado e resiliente

O Sistema Integrado Metropolitano (SIM) é composto de uma robusta infraestrutura hídrica de nove sistemas produtores que, junto com o sistema de abastecimento de Guarulhos, serve a RMSP. A capacidade total dos mananciais disponíveis para tratamento nesta área é de 82,3 m³/s e a capacidade total instalada atual é de 81,7 m³/s. Em 2021, a produção média mensal de água para atender a RMSP foi de 61,7 m³/s.

Como legado da severa crise hídrica de 2014-2015, o SIM teve sua infraestrutura fortalecida com novas fontes de água, aumento da capacidade de tratamento e reservação e da transferência de água bruta e tratada entre diversos sistemas de abastecimento e entre as regiões atendidas. A maior resiliência agregada ao Sistema permitiu enfrentar com sucesso o ano de 2021, que apresentou chuvas abaixo da média histórica e baixa recarga dos principais reservatórios. O índice de armazenamento de água ao final de 2021 era de 38,2%, o pior após o registrado na crise de 2014-2015.

Monitoramento e gestão permanente dos mananciais

Os planejamentos estratégicos e operacionais buscam atender às necessidades adaptativas que o negócio exige. Dentro da gigantesca estrutura de abastecimento na RMSP, possuímos os Centros de Controle de Operação e de Distribuição, assim como o Centro de Controle dos Mananciais Metropolitanos e um Sistema de Suporte à Decisão. Este sistema coleta em tempo real e armazena um enorme volume de dados por meio de sensores das estações telemétricas instaladas em barragens e estruturas de controle de vazão e demais pontos estratégicos para a operação, registrando os níveis das represas, rios e em canais, além de pluviômetros automáticos que medem a precipitação. Esse conjunto de dados permite traçar cenários operacionais diários e modelos hidrológicos estratégicos de longo prazo. Para se antecipar a potenciais riscos relacionados à operação, a Sabesp também conta com uma estrutura de gestão de riscos estratégicos e operacionais e com planos de contingência, para os casos de incidentes inevitáveis.

Atuação estratégica no interior e litoral paulista

Fora da RMSP, as demais áreas operadas pela Sabesp apresentam diferentes características para a gestão de recursos hídricos. No interior, a tarefa do abastecimento é menos pressionada devido à existência de diferentes fontes de abastecimento (represas, rios e poços profundos) e ao menor contingente populacional. Entretanto, não estamos isentos das ameaças climáticas, a exemplo do cenário vivenciado em meados de 2021.

Situações como essa ampliam o desafio para a manutenção da segurança nessas regiões, necessitando esforços estratégicos com a intensificação de campanhas pelo uso racional, a redução de perdas nas tubulações, mais armazenamento e a busca por novas fontes de captação de água.

Apesar da gravidade do cenário de 2021, as cidades operadas pela Sabesp em regiões bastante castigadas pela seca conseguiram manter regularidade na oferta de água às populações.

Em municípios que enfrentam uma situação de maior criticidade, estamos implantando infraestrutura de estações de tratamento e represas que devem garantir a segurança hídrica para as próximas décadas.

Na Baixada Santista, seguimos expandindo a estrutura hídrica com duplicação do Sistema Mambu-Branco, obra prevista para entrar em operação assistida no 2º semestre de 2022. Trata-se de um reforço importante para dar conta do atendimento à população local e ao grande contingente de turistas, que sobrecarrega o sistema com elevados picos de consumo em períodos de veraneio.

Como na Baixada Santista a disponibilidade também é limitada, utilizamos um sistema integrado semelhante ao da Grande São Paulo que, apesar da menor escala, permite a transferência de água entre regiões de menor e maior demanda nos momentos mais críticos.

continua...



continuação...



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Consumindo com mais consciência

A conscientização por hábitos mais racionais de consumo vem se consolidando nos últimos anos, sobretudo após a crise hídrica de 2014-2015, atenuando a pressão sobre os mananciais e demais fontes. Em 2021, a média de consumo na área operada da Sabesp foi de 118 litros por habitante/dia na categoria residencial. Este índice é 12% menor que os 135 litros por habitante/dia registrados na média de 2013, antes da crise.

Gestão compartilhada: mitigação de conflitos

A água de uma bacia hidrográfica não é exclusiva para o abastecimento das populações, mas concorre com necessidades de outros segmentos: a atividade industrial, a agricultura, a agropecuária, a geração hidrelétrica e atividades de lazer.

Sob essa diversidade de interesses, a gestão compartilhada dos recursos hídricos se torna imperativa para a construção de uma relação harmônica que atenda às necessidades dos diferentes usuários sem colocar em risco a sustentabilidade dos recursos disponíveis.

Norteada por princípios legais que regulam a tomada conjunta de decisão, a contribuição da Sabesp para a gestão integrada dos recursos hídricos é resultado da participação de 158 representantes nos diferentes fóruns setoriais. No Conselho Nacional de Recursos Hídricos a representação da Sabesp é feita por intermédio da AESBE (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento), e, na Coordenadoria de Recursos Hídricos, a participação se dá por meio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Já nos Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais e Interestaduais, a Sabesp possui representação direta.

A Sabesp é o maior pagador pelo uso da água do Estado. Em 2021 contribuímos com R\$ 105,7 milhões, recurso destinado aos Comitês de Bacia para realização de programas, projetos, serviços e obras que beneficiam a preservação dos recursos das bacias hidrográficas contribuintes.

Água de reúso para finalidades específicas

Produzida a partir do tratamento do efluente do esgoto, a água de reúso é utilizada em atividades industriais (lavagem de máquinas e galpões, resfriamento de caldeiras, por exemplo) e necessidades urbanas, como limpeza de ruas, feiras livres e irrigação de parques.

A Sabesp promove a tecnologia do reúso nas ETES São Miguel Paulista, Jesus Netto e Parque Novo Mundo, onde são produzidos anualmente cerca de 1,3 bilhões de litros do produto.

Além dessas plantas, na ETE ABC temos instalado o Aquapolo Ambiental, que produz atualmente uma média de 381 litros por segundo para abastecer indústrias do Polo Petroquímico de Capuava, no ABC paulista, e outras três grandes indústrias da região.

Reduzir perdas é fundamental

Reduzir a quantidade de água tratada que escapa das redes de distribuição antes de chegar aos clientes é um esforço estratégico para maior sustentabilidade dos recursos hídricos e o ganho de eficiência operacional no sistema de abastecimento.

Para intensificar o enfrentamento deste problema, a Sabesp implantou, em 2009, o **Programa Corporativo de Redução de Perdas**, que busca uma redução consistente das perdas no longo prazo. As perdas são combatidas com a renovação de redes e ramais, a implantação de válvulas de controle de pressão em regiões delimitadas, facilitando a identificação de eventuais problemas.

Também é feita a varredura das redes com o uso de tecnologia para identificar vazamentos e furtos de água e gestão de demanda noturna, que consiste na diminuição da pressão da água na rede de distribuição no período noturno, quando há menor demanda.

As perdas reais, que correspondem aos vazamentos nas tubulações, totalizaram 18,2% em 2021. As perdas comerciais - água que é consumida, mas não é contabilizada, e decorrem de fraudes, falhas de cadastro comercial e submedição de hidrômetros, corresponderam a 9,7% no ano. A soma destes dois indicadores resulta nas perdas totais, que foi de 27,9% em 2021.

Cuidando de nossas florestas

O enfrentamento da baixa disponibilidade e qualidade da água dos corpos hídricos deve considerar a proteção e recuperação de mananciais ameaçados, matas ciliares e áreas de florestas. Mais que contribuir para maior disponibilidade hídrica, a reconstituição ou preservação da cobertura vegetal dificulta ocupações ilegais, melhora a qualidade da água ao impedir que represas sofram com a poluição difusa, reduz o risco de enchentes e protege a biodiversidade, além de ter relevante papel no sequestro e estoque de Carbono, de forma a contribuir com a redução do agravamento ao efeito estufa.

Esses são os benefícios buscados pelo **Programa Cinturão Verde dos Mananciais Metropolitanos**, que integra o **Programa Nascentes** do Governo do Estado de São Paulo e já promoveu o plantio de mais de 845 mil árvores nos últimos cinco anos.

As ações estão concentradas em quatro sistemas metropolitanos de abastecimento inseridos no bioma da Mata Atlântica e somam extensão total de aproximadamente 44 mil hectares dentro de unidades de conservação, sendo nove mil hectares de espelho d'água e 35 mil hectares de área no entorno desses mananciais.

Desse território, 95% (33 mil hectares) são áreas protegidas com cobertura vegetal e que representam 1,4% da Mata Atlântica remanescente no Estado de São Paulo. Com foco no reflorestamento, aumentamos o índice de cobertura vegetal do Sistema Cantareira de 61%, na década de 1980, para 80% em 2021.

Fora da RMSPP, também usamos a Reserva São Francisco, declarada Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela UNESCO em 1994. Inserida no Parque Estadual da Serra do Mar, em São Sebastião, litoral norte de São Paulo, a área possui o córrego São Francisco, onde captamos água para abastecimento da região.

Segurança de barragens

Para garantir o abastecimento de água em nossa área de operação, utilizamos em grande parte de fontes superficiais, como rios e mananciais. A água captada é represada e então distribuída aos consumidores. Contamos atualmente com 229 barragens, de diferentes portes, das quais 51 estão na Região Metropolitana de São Paulo.

Para garantir a integridade dessas estruturas, mantemos um rigoroso processo de monitoramento e controle, por meio de mecanismos de medição de riscos, tais como ensaios físico-químicos do percolato das barragens e inspeções rotineiras de segurança, buscando sempre a melhoria contínua e a conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Segurança de Barragens.

A preservação das barragens é constante e realizada por meio de medidas como o desassoreamento, controle de macrófitas nos afluentes e reservatórios, além da atualização regular dos nossos procedimentos de operação e manutenção.

Embora a Companhia atue com muita seriedade na prevenção de acidentes em suas barragens, também entende que os riscos nunca devem ser menosprezados. Por isso, possui planos de contingência para processos e estruturas críticas, e elabora estudos de ruptura de barragens ou descargas operacionais e seus respectivos mapas de inundação, que complementam as iniciativas de prevenção e segurança.

Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa

As mudanças climáticas constituem um dos grandes desafios globais a serem enfrentados, sendo um tema importante da gestão empresarial. Considerando os riscos climáticos a que estamos sujeitos, organizamos nossa estratégia de enfrentamento em duas principais frentes de atuação: (i) segurança hídrica e resiliência adaptativa aos efeitos de eventos extremos e (ii) gestão de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), contemplando ações de quantificação e de redução das emissões.

A redução das emissões de GEE implica em adequações e melhorias operacionais voltadas à sustentabilidade dos processos, como a implantação de instalações e equipamentos para o aproveitamento do biogás e dos subprodutos. Tais ações necessitam de aporte significativo de investimentos considerando a dispersão e a diversidade de processos do nosso parque operacional.

A Sabesp tem se mobilizado para este novo desafio, por meio de um Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa - PGECEE que contempla inventários corporativos anuais de GEE, além do estímulo à mitigação das emissões nas atividades empresariais com diversas ações já implementadas.

Nesse sentido, estão em desenvolvimento estudos para definição de metas de reduções de emissões de GEE, alinhadas às diretrizes globais e ao Plano Climático em desenvolvimento pelo Governo do Estado de São Paulo, para as campanhas "Race to Zero" e "Race to Resilience".

Ratificando nosso compromisso com essa pauta global, aderimos em 2020 ao Acordo Ambiental São Paulo, iniciativa da Secretaria de Infraestrutura e de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e que reconhece os signatários como parte de uma comunidade de líderes em mudanças climáticas.

Em 2021, estivemos presentes na COP26, realizada em Glasgow - Escócia, e firmamos uma parceria com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

O inventário corporativo de emissões de GEE de 2020, totaliza 2.574,57 tCO₂e e confirma que as atividades de coleta e tratamento de esgoto continuam sendo as maiores fontes de emissões de GEE, responsáveis por aproximadamente 92% do total, sendo um perfil semelhante a outras empresas do setor. A energia elétrica contribui com 7% e as demais atividades representam aproximadamente 1%.

O escopo 1 do inventário totalizou 2.384.785 tCO₂e e contempla prioritariamente as emissões de coleta e tratamento do esgoto, além de uma parcela menor de contribuições associadas à frota operacional e náutica, geradores e outros maquinários.

O escopo 2, referente às emissões indiretas provenientes da compra de energia elétrica, gerou 167.061 tCO₂e, e o escopo 3 contabilizou 22.715 tCO₂e em atividades como transporte dos principais produtos químicos, transporte de resíduos, entre outros.

Vale destacar que somos mais eficientes na prestação dos serviços na medida em que aumentamos nossos índices de atendimento às populações. No entanto, no caso dos esgotos, com o aumento das vazões tratadas é esperado um aumento das cargas orgânicas e consequentemente também na geração de biogás e resíduos nas estações de tratamento, o que leva a um aumento das emissões de GEE.

Por outro lado, o saneamento contribui diretamente para redução das emissões de GEE nos corpos d'água. No caso da Sabesp retiramos, em média, de cerca de 1 milhão de toneladas de CO₂e que estariam sendo lançados anualmente no meio ambiente caso os esgotos gerados pela população atendida fossem lançados diretamente nos corpos hídricos receptores, sem qualquer tratamento.

Visando a redução das emissões de GEE da Companhia, nosso PGECEE contempla as seguintes frentes de atuação:

- utilização de tecnologias complementares e otimização da operação das estações de tratamento de esgotos;
- ampliação do uso benéfico do biogás e dos lodos gerados;
- ampliação da utilização de fontes de energia renovável e de combustíveis alternativos;
- compensação de emissões de GEE por meio da intensificação de atividades de conservação e recomposição florestais.

Entre as ações já implantadas na Cia, em fase de implantação ou já previstas, podemos citar alguns exemplos de destaque, conforme descrito a seguir.

Com relação ao aproveitamento dos potenciais de geração de energia, encontra-se em implementação nosso Programa de Geração Distribuída - Energia Fotovoltaica, com previsão de conclusão em 2023 e totalizando potência de 60 MW, distribuída em 30 localidades, correspondendo a 4,5% do consumo total da Companhia.

Também fazem parte do rol de iniciativas a utilização da energia fotovoltaica em outros processos operacionais, tais como a transmissão de dados de reservatórios via rádio, sistemas de medição de vazão em ETES, Sistemas de desinfecção de efluentes, Iluminação de prédios de sedes administrativas, sistemas termossolares para otimização de processos de secagem de lodos de ETES e estudos para instalação de usinas fotovoltaicas flutuantes.

As atividades de gestão da nossa frota veicular corporativa são objeto de atenção e de ações voltadas para a mobilidade sustentável. Visando sua otimização, optamos por contratos de locação de uso continuado e, por meio do programa de Renovação da Frota, foram alcançados diversos benefícios.

Um destaque foi a redução do consumo de gasolina utilizado em nossa frota por etanol. Em 2011, eram 3.206.444 litros de gasolina gastos por ano, em 2020 foram 113.981 litros, resultando na redução de 96% das emissões de GEE dessa fonte.

Também contratamos um Plano Estratégico de Mobilidade Corporativa Sustentável 2030, no qual, encontra-se em implantação a adoção de projeto piloto em escala real considerando as atividades operacionais da empresa.

Complementarmente temos diversas ações relacionadas à restauração florestal e manutenção de áreas protegidas que contribuem para a compensação de emissões de GEE bem como para o estoque de Carbono. Além disso, essa

infraestrutura verde traz inúmeros outros serviços ambientais, tais como a proteção dos mananciais, manutenção da biodiversidade e adaptação e resiliência aos eventos extremos.

MAIS QUALIDADE DE VIDA E A RECUPERAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A preocupação pela universalização de coleta e tratamento de esgotos significa olhar a gestão dos recursos hídricos em todo seu ciclo, refletindo em um meio ambiente mais saudável e água de melhor qualidade disponível para o atendimento das populações e demais usuários.

A rede de coleta e transporte dos esgotos operada pela Sabesp atinge mais de 60 mil quilômetros e leva os esgotos até o tratamento nas suas 578 ETES. Para avançar ainda mais, este trabalho está alicerçado em ações localizadas e programas estruturantes concebidos de acordo com desafios e características diversas das regiões operadas.

Expansão do saneamento na metrópole

A RMSPP é a que apresenta o maior nível de complexidade para a expansão da estrutura sanitária, pois além da grande extensão territorial, tem um elevado contingente populacional e é uma região caracterizada por grandes contrastes sociais.

Para fazer frente a este cenário, a Sabesp mantém o **Projeto Tietê**, com consistente expansão da infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos.

Com intervenções realizadas ou em execução em 30 municípios metropolitanos e investimento total de US\$ 3,3 bilhões desde seu início em 1992, o projeto já levou coleta e tratamento de esgoto a uma população equivalente a mais de 12 milhões de pessoas.

A vazão de esgoto tratada registrada em 2021 é quase seis vezes maior do que a tratada em 1992, ampliando o tratamento de 24% para 85% em 2021 do volume coletado. A cobertura com rede de coleta, que atendia 70% da população instalada na área formal no início do projeto, hoje representa mais de 90%.

Além dos rápidos avanços na bacia do rio Pinheiros, um dos principais afluentes do rio Tietê na RMSPP, outro exemplo do impacto deste trabalho pode ser observado em Guarulhos, onde a Sabesp começou a operar em 2019. Após superar em menos de um ano a situação de rodízio no abastecimento de água, os esforços passaram a ser concentrados na coleta e tratamento dos esgotos. Em apenas três anos de operação, o município pulou da 76ª posição (2020) para a 40ª colocação (2021) no Ranking de Saneamento do Instituto Trata Brasil, tornando-se a terceira cidade que mais realizou conexões domiciliares de esgoto no país em 2021.

Os impactos deste trabalho podem ser verificados também na gradativa redução da mancha de poluição do Rio Tietê, que em 2021 totalizava 85 quilômetros de extensão, quase metade do resultado registrado em 2020, quando a mancha de poluição atingiu 150 km do rio, segundo o relatório "Observando o Tietê 2021", publicado pela Fundação SOS Mata Atlântica.

Como desdobramento do Projeto Tietê, o **Programa Novo Rio Pinheiros**, iniciado em 2019, chega ao final de 2021 com mais 516 mil imóveis conectados à rede de coleta de esgoto. Com isso, cerca de 1,5 milhão de pessoas passaram a ser atendidas com o ciclo completo do saneamento.

Sob a coordenação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, o programa integra vários órgãos da administração pública, além da Sabesp que, com seus 14 anos de experiência adquirida no Programa Córrego Limpo, colabora para a melhoria das condições das águas dos córregos urbanos, além da limpeza e manutenção de suas margens.

O **Programa Córrego Limpo**, iniciava em parceria com a Prefeitura de São Paulo, já promoveu a despoluição e a manutenção de 161 córregos na capital paulista. Em 2021, foram saneados os córregos Vila Leopoldina e Pedreira-Olaria.

Além de seus projetos próprios, a Sabesp participa, em parceria com a Estre ambiental, da Attend Ambiental, planta que está instalada ao lado da ETE Barueri e promove o pré-tratamento de efluentes, de acordo com os padrões exigidos pela legislação ambiental.

Mais turismo e qualidade de vida no litoral paulista

Por meio do Programa Onda Limpa, maior programa de saneamento ambiental da costa brasileira, estamos expandindo a coleta de esgoto na região metropolitana da Baixada Santista rumo à universalização do atendimento. A iniciativa está contribuindo para a melhoria da saúde, qualidade de vida e balneabilidade das praias de toda a costa paulista, com reflexos diretos na valorização imobiliária e atração de turistas.

Iniciado em 2007, já foram implementadas 110 mil ligações de esgoto e o índice de esgoto coletado passou de 53% para 84% em 2021. Todo o esgoto coletado já recebe tratamento. Atualmente, o programa está em sua segunda etapa, iniciada em 2018. No total, estão sendo executados 450 km de redes coletoras de esgoto, 48 mil novas ligações de esgoto, três novas ETES e melhorias nas estações existentes.

No Litoral Norte, o Programa Onda Limpa está ampliando os sistemas de esgotamento do Bairro Maresias e Barra do Una em São Sebastião e a ampliação da ETE principal de Ubatuba. Assim como na Baixada Santista, o Programa está dividido em duas etapas e visa atingir a universalização até 2033.

O atendimento no interior Paulista

Somos responsáveis pelo atendimento em 320 municípios no interior paulista e a excelência no atendimento destes municípios reflete em importantes reconhecimentos. Como a quase totalidade apresenta índices de atendimento universalizado, nossa atuação está direcionada à expansão da estrutura em comunidades (bairros ou distritos) instaladas de forma isolada em relação aos núcleos urbanos.

Os elevados investimentos e empenho da Sabesp no incremento da qualidade do atendimento e expansão da estrutura de coleta e tratamento de esgotos podem ser verificados pela posição de destaque em estudos setoriais. Um exemplo é Franca, apontada por vários anos seguem Franca, apontada por vários anos seguidos dentre as primeiras colocadas do Ranking do Saneamento 2021, do Instituto Trata Brasil. Elaborado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, o Ranking Abes da Universalização do Saneamento publicado em 2021 também confirma os avanços rumo à universalização no interior paulista. Dos 119 municípios com serviços universalizados ou próximos desse patamar trazidos no estudo, 41 são operados pela Sabesp.

Merece destaque também a, nossa contribuição para o programa **Vale do Futuro**, do Governo do Estado de São Paulo, o qual envolve também prefeituras e a sociedade civil. O Programa busca proporcionar mais saúde, infraestrutura, emprego, renda e empreendedorismo para o Vale do Ribeira, fomentando o desenvolvimento social e econômico dessa região, que tem uma extensa cobertura da Mata Atlântica e vocação para o ecoturismo no interior e no litoral.

A maior parte das obras inauguradas amplia a coleta, o afastamento e o tratamento de esgoto dos municípios, impactando favoravelmente a saúde e a qualidade de vida dos moradores.

GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA À OPERAÇÃO

Tendo como principal objetivo o atendimento às demandas ambientais decorrentes de obrigações legais ou de caráter voluntário, a Sabesp adota os ODS, a Agenda 2030, os conceitos ambientais, social e de governança (ESG, na sigla em inglês), entre outros, como importantes referências para integrar aspectos relevantes da sustentabilidade aos seus negócios.

Para elevar os níveis de eficiência e atingir os objetivos da Companhia, dentre eles aprimorar suas operações, garantir a conformidade das instalações e disseminar a valorização do meio ambiente, a Sabesp concebeu diversos Programas Corporativos e tem agentes da gestão ambiental em Núcleos de Gestão Ambiental (NGAs) implantados em cada unidade de negócio.

Conformidade ambiental: bases para a sustentabilidade

A Sabesp mantém Programas Corporativos de Obtenção e Manutenção de Licenças Ambientais de Estações Elevatórias de Esgotos (EEEs) e Estações de Tratamento de Água e Esgotos, que têm possibilidade atender às exigências do órgão licenciador, além de estruturar os processos para a renovação e manutenção desses documentos legais. Para tanto a Sabesp possui um Programa formalizado com a CETESB para as EEs, estando em tratativas um programa semelhante para as estações de tratamento, conforme DD CETESB nº 012/2022/C, de 28 de janeiro de 2022.

De forma análoga, a Companhia tem um Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção das Outorgas de Uso de Recursos Hídricos, contemplando captações, lançamentos e barragens. A outorga é essencial para assegurar o acesso à principal matéria-prima para o abastecimento público e a diluição de efluentes, além de fornecer os elementos necessários para subsidiar o processo de uso e pagamento pelos recursos hídricos, bem como a gestão dos recursos hídricos.

Além disso, a realização de obras de expansão dos sistemas de saneamento pode demandar a supressão de vegetação ou envolver intervenção em Áreas de Preservação Permanente. Assim, além da necessidade de autorização do órgão ambiental, também incidem obrigações de compensação do impacto por meio de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs), formalizados junto ao órgão ambiental nos respectivos processos de licenciamento.

Para garantir o cumprimento dessas exigências, a SABESP possui um Programa formalizado com a CETESB, para dar solução aos TCRAs existentes, incluindo a formação de bancos de áreas para atender futuras obrigações de licenciamento.

Desde a criação do Programa, em 2016 até 2021, 631 mil mudas já foram plantadas e encontram-se em estágio de manutenção e, com a realização dos plantios previstos, a Sabesp alcançará a marca de 1,25 milhão de mudas plantadas por meio deste Programa.

A Sabesp tem buscado constantemente a conformidade ambiental e o equacionamento de eventuais ações civis públicas e inquéritos ambientais, priorizando a formalização de Termos de Ajustamento de Conduta e Acordos Judiciais, o que tem favorecido o planejamento e execução das obras em prazos factíveis, integrando essas obrigações às prioridades orçamentárias da Companhia.

A Sabesp possui procedimentos estruturados de gestão, acompanhamento contínuo e controle desses compromissos.

Excelência ambiental: programas corporativos em direção à sustentabilidade

Para elevar a Companhia a uma condição de excelência ambiental, é necessário que se invista em ações preventivas, em direção à sustentabilidade, por meio de ações voltadas à questão ambiental, a exemplo dos programas descritos a seguir, juntamente com outros programas citados anteriormente além de um Plano de Capacitação Corporativa em Gestão Ambiental.

Sistema de Gestão Ambiental em ETES e ETAs: vetor para a excelência operacional

Em 2009, iniciamos a implantação voluntária do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas ETAs e ETES visando melhorar a eficiência dos sistemas, gerenciar os riscos e implantar ações preventivas para evitar impactos ao meio ambiente.

Nossa meta é implantar o SGA em todas as ETAs e ETES até dezembro de 2024, sendo adotado dois tipos de modelos de gestão: um modelo próprio, desenvolvido pela Sabesp, o SGA-Sabesp, baseado nos princípios da ISO 14001 e sem objetivos de certificação externa e a Norma ISO 14001, que é mantida num escopo limitado de estações que possuem essa certificação.

A estratégia de possuir parte do escopo certificado na ISO 14001, além de evidenciar o nosso compromisso com o meio ambiente, mantém a Companhia atualizada quanto aos padrões e práticas internacionais, sendo também um referencial para o aprimoramento do modelo próprio. Ao todo, o SGA está presente em 558 estações de tratamento (67% do total), sendo 36 delas certificadas 14001.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

S BSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Programa ETes Sustentáveis

O Programa Corporativo ETes Sustentáveis, lançado em 2019, foi estabelecido para desenvolver e disseminar a cultura da sustentabilidade, com a implementação de ações que possibilitem a transformação dos subprodutos gerados nas ETes, como o biogás, o lodo e o efluente, em recursos sustentáveis, considerando seu aproveitamento energético.

O programa apresenta um sistema próprio de certificação, contemplando atualmente, 41 estações em fases distintas de desenvolvimento, sendo 11 delas já certificadas, com previsão de ampliação do escopo nos próximos anos.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Nosso processo de inovação é direcionado para a busca de soluções tecnológicas voltadas ao ganho de eficiência operacional e de competitividade em relação ao mercado. Para tanto interagimos com instituições de ensino e outros segmentos estabelecendo e potencializando parcerias.

O processo de inovação tem sua atuação em duas frentes. Uma delas está relacionada ao levantamento de demandas, soluções e consequente prospecção do mercado, englobando universidades, startups e empresas e, outra frente direcionada ao recebimento de novas tecnologias de mercado, momento em que se avalia a aplicabilidade do produto ou serviço ofertado.

As tecnologias promissoras são testadas em escala piloto para avaliação da sua viabilidade técnica e econômica, para posterior replicação. Em 2021 foram alocados R\$ 26,5 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), com recursos próprios ou captados junto às entidades de fomento.

Dentre as iniciativas de fomento, temos dois Acordos de Cooperação firmados com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Um deles, mais recente, por meio do Programa de Inovação para Pequenas Empresas, que visa a aceleração de startups com foco no desenvolvimento de projetos inovadores e, o outro, mantido desde 2009, que objetiva projetos de pesquisa em instituições paulistas de Ensino Superior no âmbito do Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) e prevê o financiamento não reembolsável de R\$ 50 milhões.

O projeto junto ao PITE já resultou na execução de 17 projetos de pesquisa e atualmente encontra-se no seu terceiro edital de chamada de projetos. Os projetos tiveram a análise de mérito técnico-científico concluída pelos pareceristas ad-hoc da Fapesp e 12 projetos selecionados serão iniciados em 2022.

Projeto modelo em economia circular

A implantação do modelo de economia circular foi iniciada na Companhia na unidade de Franca (SP), com a implementação de um sistema otimizado de recuperação de recursos, que integra as fases sólida, líquida e gasosa do tratamento do esgoto, tendo sido reconhecido, inclusive, com o primeiro lugar no prêmio *Convocatória Ideias em Ação* organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela International Water Association (IWA), em Guayaquil, Equador, edição de 2019.

Dentre as ações em curso nesse sistema, a mais estruturante é o aproveitamento do biogás gerado no processo de tratamento de esgotos na forma de biometano para o abastecimento da nossa frota local de 38 veículos leves adaptados para GNV (gás natural veicular).

Fruto do acordo de cooperação técnica com o Instituto Fraunhofer IGB, da Alemanha, a iniciativa resulta na utilização de combustível limpo e renovável em substituição ao combustível fóssil, com redução de emissão de gases de efeito estufa.

O projeto prevê ainda outras ações que visam a transformação da unidade em uma estação geradora de recursos com alto valor agregado, tais como o aproveitamento energético de origem hidráulica e solar, para produção de energia elétrica e térmica, além de outras aplicações benéficas para o biogás.

Para viabilizar a comercialização do biometano produzido, estamos conduzindo um estudo de avaliação de risco com foco na qualidade do sistema de beneficiamento, visando a certificação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O relatório será submetido à aprovação da ANP até o final de 2022.

Além de nova fonte de renda, a iniciativa irá possibilitar a substituição de combustíveis fósseis por energia limpa; redução das emissões de gases de efeito estufa e a inclusão do biometano como novo combustível na matriz energética brasileira.

Outra iniciativa promovida dentro do conceito da economia circular é a água de reuso, produzida a partir da purificação do efluente tratado. Essa água pode ser aproveitada para usos específicos, possibilitando que a água potável seja destinada a aplicações mais nobres.

Inovação no Programa Novo Rio Pinheiros

Além das ações em curso integrantes das frentes de trabalho desenvolvidas no Programa Novo Rio Pinheiros, implementamos em 2021 o Sistema de Oxigenação do Rio Pinheiros. Ele consiste em uma tecnologia de oxigenação que tem o potencial de transferir 90% do oxigênio utilizado para o meio líquido, através de um processo de dissolução do oxigênio a nível molecular.

O sistema está em fase de pré-operação assistida e a expectativa é que a tecnologia contribua com o processo de autodepuração do rio, melhorando sua qualidade.

Ações para melhoria da resiliência

Condições climáticas extremas, imprevisíveis e cada vez mais frequentes, podem impactar a água disponível para abastecimento da população. Isso demonstra a importância de se realizar estudos e implementar ações capazes de proporcionar resiliência operativa para contornar satisfatoriamente condições climáticas adversas.

Dentro da Cooperação Técnica firmada entre o BID e o Estado de São Paulo foram previstos recursos de US\$ 328 mil não reembolsáveis a serem debitados dos recursos ordinários de capital do banco, destinados ao Programa Estratégico de Desenvolvimento da Infraestrutura.

A primeira atividade atribuída à Sabesp é focada em ações de melhoria e inovação tecnológica de instalações de gestão de abastecimento de água durante crises hídricas, utilizando ferramentas analíticas modernas, experiências, práticas disponíveis e análise teórica.

Em sua fase final de desenvolvimento, foram apresentadas diretrizes e ações para uma estratégia geral de aumento da resiliência dos sistemas públicos de abastecimento à escassez hídrica. Como resultado, foram apresentadas soluções para duas áreas distintas: (i) diretrizes utilizando inteligência artificial para gestão e monitoramento de recursos hídricos; e (ii) modelos inteligentes previsionais de demanda; além de soluções inovadoras de gestão do sistema de distribuição de água.

Open Innovation

Investimos no desenvolvimento e implementação de ações dentro do conceito de Open Innovation para integração de ideias, compartilhamento de necessidades, troca de conhecimento e pesquisas com a participação de segmentos internos e externos à Companhia.

Com isso, buscamos soluções inovadoras dos setores produtivos do mercado, incluindo startups, para o desenvolvimento de soluções a serem avaliadas e, em caso de sucesso, atingir escala.

Dois outras ações sequenciais estão sendo desenvolvidas para aprimorar as ações de inovação aberta e são complementares à Cooperação Técnica com o BID atribuídas à Sabesp, citada anteriormente: i) sistematização do processo para chamamento público de projetos de inovação tecnológica; e ii) desenvolvimento e implantação de plataforma digital de inovação aberta.

Com isso a captação de ideias e soluções tecnológicas inovadoras serão aperfeiçoadas, além de facilitar e melhorar a integração dos atores internos e externos da cadeia.

Os esforços empregados no conjunto de ações em PD&I seguem no sentido de quebrar paradigmas e fomentar a cultura de inovação por toda a empresa para aprimoramento dos processos e serviços, aliando eficiência a resultados financeiros e agregando valor aos produtos.

GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Mesmo perante o cenário bastante adverso de confluência da pandemia da Covid-19, ainda em curso, e com alta da inflação, a Companhia gradualmente retomou os níveis de receita e resultado operacional ao longo de 2021. Apesar dos índices de chuvas abaixo da média em 2021, os investimentos em água realizados desde a crise hídrica de 2014-2015 permitiram a Companhia manter o fornecimento de água para população, mostrando sua forte resiliência.

O recrudescimento da segunda onda da Covid-19 no primeiro semestre de 2021 impactou o mix de receitas da Companhia, elevou a representatividade dos clientes residenciais no faturamento total e manteve a tarifa média em níveis ainda proporcionalmente menores do que em 2019.

A conclusão da 3ª Revisão Tarifária Ordinária (ciclo 2021 - 2024) concomitante à Nova Estrutura Tarifária marcou o início de um novo ciclo tarifário, no qual mudanças importantes estão sendo implementadas com vistas à modernização da estrutura de cobrança de clientes, tornando-a mais justa e eficiente. Para tanto, nesse primeiro ano do ciclo atual foram aprovados reajustes diferenciados por categorias como primeiros passos desse ajuste, contribuindo para melhorar o resultado na segunda metade do ano.

Paralelamente, a Companhia se empenhou na adequação às novas regulamentações em decorrência do Novo Marco do Saneamento (Lei nº 14.096/2020), em especial ao Decreto Federal nº 17.710/2021 que impõe às empresas de saneamento básico a necessidade de comprovação da capacidade econômico-financeira para a operação dos serviços até 2033, conforme definido em lei.

Houve uma ampla mobilização para atender aos prazos de elaboração do plano de negócios e do plano de captação os quais compõem a documentação endereçada à agência reguladora estadual, a Arsesp, que será responsável pela análise e reporte à agência reguladora nacional, a ANA.

Em 2021, a Companhia investiu aproximadamente R\$ 5,0 bilhões, sem descuidar da sua liquidez financeira. Foram realizadas captações no mercado local no montante de R\$ 2,4 bilhões, seguindo a diretriz de alavancagem segura e não expansão de endividamento em moeda estrangeira. O reconhecimento veio por meio de duas agências de classificação de risco que conferiram o rating mais elevado, AAA(bra), retroalimentando um ciclo positivo de acesso ao mercado de capitais.

Regulação dos Serviços e das Tarifas

Na perspectiva regulatória local, o fim do processo da 3ª Revisão Tarifária Ordinária (3ª RTO) e a implantação da nova Estrutura Tarifária marcaram o ano de 2021 com importantes definições que permearão o novo ciclo (2021 - 2024), entre elas estão: o estabelecimento da Tarifa Média Máxima (PM) aprovada de R\$ 5,1213/m³ a valores de fevereiro de 2021, o Fator X de 0,2142% e a Base Regulatória de Ativos avaliada em R\$ 55,9 bilhões.

Definições sobre a nova Estrutura Tarifária a ser implementada envolvem, entre outros, a substituição do volume mínimo de 10 m³ mensais pela cobrança de uma parcela fixa e outra variável, ampliação da base de beneficiários da tarifa social, a unificação das tabelas tarifárias em todos os municípios atendidos, além das tarifas apartadas para os serviços de água, coleta e tratamento de esgoto.

Também foram definidos reajustes reais anuais para a categoria residencial em decorrência da adequação para implementação da nova estrutura de tarifas que será efetivada em 2022 (+1,5% em 2022, 3,0% em 2023 e 4,6% em 2024).

Adicionalmente, em função da implantação gradual da nova estrutura de cobrança dos serviços, um sistema de limites para variação das receitas foi desenhado como forma de reduzir o risco de oscilações no consumo advindo dessas mudanças.

Isso foi feito, através de um mecanismo de receita-teto que limita a variação máxima admissível das receitas em cada ano do ciclo, visando garantir a nossa receita de equilíbrio neste período e mitigando assim os riscos relacionados à mudança da estrutura tarifária e proporcionando mais previsibilidade para nossa operação.

Na prática, se a receita efetiva ultrapassar 102,5% da receita requerida definida pelo regulador, o valor adicional será revertido em favor dos consumidores no ano seguinte, caso contrário, a receita efetiva for inferior a 97,5% da receita requerida, o déficit de receita será adicionado à tarifa, compensando a perda de receita para a Companhia no ano subsequente, garantindo, desta maneira, mais previsibilidade para a operação.

Ao longo de 2021, devido a estrutura atual ainda vigente, medidas como a aplicação de índices de reajuste diferenciados para as diferentes categorias de clientes foram implementadas com vistas da adequação à nova estrutura a ser implementada futuramente, que incluiu também um acréscimo de beneficiários nas categorias de tarifa social e vulnerável.

Assim, as tarifas residencial e não-residencial subiram 7,60%, a residencial social reduziu em 1,00% e atacado aumentou em 5,45%. O efeito global do reajuste foi de 7,00% sobre as tarifas da Companhia, sendo aplicado em 10 de maio de 2021.

A Arsesp estabeleceu um período de transição gradual para atingir a estrutura-alvo definida, que, inicialmente, seria iniciado em 2022, contudo, foi deliberado em 17 de março de 2022 junto com a divulgação do reajuste tarifário de 2022, a postergação da implantação da nova estrutura, cujo novo prazo ainda dependerá de definição da agência. O reajuste autorizado nessa data, de acordo com a deliberação 1.278/2022, incorpora a correção pela inflação de 10,5473% incluindo o desconto do fator de eficiência (fator X) de -0,2142%, além dos ajustes compensatórios do período de 2,3932%, conforme previsto na 3ª RTO (ajuste da receita-teto e reajuste de +1,5% do residencial) e ajustes de 2019 e 2020 do índice geral de qualidade, resultando em um índice de reposição tarifária de 12,8019%. O reajuste anual de 2020 passa a vigorar a partir de 10 de maio de 2022.

Concluindo, ao longo deste ciclo, assim como aplicado em 2022, também nos demais anos serão estabelecidos reajustes anuais das tarifas considerando eventuais ajustes compensatórios em função da receita efetivamente atingida, da inflação (IPCA), do fator de produtividade a ser compartilhado com os usuários (Fator X) e do fator de qualidade (Fator Q) mediante o atingimento de metas em quatro indicadores operacionais definidos na 3ª RTO.

Investimentos

O quadro a seguir detalha o investimento realizado, segregado em água, esgoto e região:

	R\$ milhões		
	Água	Esgoto	Total
Região Metropolitana de São Paulo	1.398,3	2.385,8	3.784,1
Sistemas Regionais (interior e litoral)	551,8	647,1	1.198,9
Total	1.950,1	3.032,9	4.983,0

Endividamento

Em 2021, a Companhia refinanciou suas dívidas vincendas contando principalmente com duas emissões de debêntures no mercado de capitais, a 28ª emissão no montante de R\$ 1,20 bilhão e a 29ª emissão no valor de R\$ 1,25 bilhão, sendo que desse total, R\$ 750 milhões com debêntures incentivadas com base na Lei nº 12.431/2011, com lastro em projetos de investimento.

A dívida total em 2021 aumentou 2,7%, de R\$ 17,3 bilhões em 2020 para R\$ 17,7 bilhões em 2021. O endividamento total denominado em moeda estrangeira diminuiu 7,1%, de R\$ 3,5 bilhões em 2020 para R\$ 3,3 bilhões em 2021, correspondendo a 18,6% da dívida total da Companhia no final do período (20,1 % em 2020).

As amortizações em moeda nacional e em moeda estrangeira realizadas em 2021 totalizaram R\$ 2,9 bilhões, sendo que a 25ª emissão de debêntures foi a principal dentre elas, no valor de R\$ 1,40 bilhão. Vale lembrar que a 25ª emissão havia sido emitida em abril de 2020, no contexto das incertezas geradas pela crise da Covid-19.

Ao final de 2021, tínhamos R\$ 15,9 bilhões em dívidas de longo prazo, dos quais R\$ 2,9 bilhões consistiam em dívidas em moeda estrangeira. O endividamento de curto-prazo totalizava R\$ 1,8 bilhão, dos quais R\$ 359,1 milhões, em moeda estrangeira.

Captação de recursos

A Sabesp tem reputação consolidada no mercado de capitais e um sólido relacionamento com bancos públicos e agências multilaterais, nacionais e internacionais. Este mix e diversidade de fontes resultam em um perfil de amortização de dívida bastante alongado, a custos compatíveis com seu ciclo de investimentos, particularmente aqueles concedidos por bancos oficiais domésticos e organismos multilaterais de crédito e crescentemente no mercado de capitais, com a emissão de debêntures incentivadas, que contam com isenção de imposto de renda na fonte para pessoa física.

Em 2021, a Companhia privilegiou a contratação de dívida em moeda local, o que totalizou R\$ 2,8 bilhões, cujos recursos foram utilizados para financiar seu plano de investimentos, recompor o caixa e refinar compromissos financeiros. Adicionalmente, houve a entrada de R\$ 509,6 milhões referente à reembolsos de financiamento de investimentos já contratados em anos anteriores.

Neste contexto, e aproveitando a liquidez no mercado de capitais local, em julho, realizamos a 28ª Emissão de Debêntures, divididas em três séries, no valor total de R\$ 1,2 bilhão. A primeira, segunda e terceira séries vencerão em julho de 2024, 2026 e 2028, respectivamente. A primeira, no montante de R\$ 127,8 milhões, tem remuneração de CDI + 1,20% a.a., com pagamentos de juros semestrais. A segunda, no montante de R\$ 888,2 milhões, tem remuneração de CDI + 1,44% a.a., com pagamentos de juros semestrais. A terceira, no montante de R\$ 184,0 milhões, tem remuneração de CDI + 1,60% a.a., com pagamentos de juros semestrais. Os recursos dessas emissões foram usados para fortalecer nossa posição de caixa e refinar compromissos financeiros pendentes em 2021.

Em dezembro, realizamos a 29ª Emissão de Debêntures, divididas em três séries, no valor total de R\$ 1,25 bilhão. A primeira, segunda e terceira séries vencerão em dezembro de 2026, 2031 e 2036, respectivamente. A primeira, no montante de R\$ 500 milhões, tem remuneração de CDI + 1,29% a.a., com pagamentos de juros semestrais. A segunda, no montante de R\$ 600 milhões, tem remuneração de IPCA + 5,3058% a.a., com pagamentos de juros anuais. A terceira, no montante de R\$ 150 milhões tem remuneração de IPCA + 5,4478% a.a., com pagamentos de juros anuais. Os recursos da emissão da primeira série destinam-se ao refinanciamento de compromissos a vencer e à recomposição de nosso fluxo de caixa. Os recursos provenientes da segunda e terceira séries destinam-se a apoiar o investimento em projetos de infraestrutura em determinados municípios em que operamos.

Em 18 de março de 2022, realizamos a 30ª Emissão de Debêntures, divididas em duas séries, no valor total de R\$ 1,0 bilhão. A primeira e segunda séries vencerão em março de 2027 e em março de 2029, respectivamente. A primeira série, no montante de R\$ 500 milhões, tem remuneração de CDI + 1,30% a.a., com pagamentos de juros semestrais. A segunda série, montante de R\$ 500 milhões, tem remuneração de CDI + 1,58% a.a., também com pagamentos de juros semestrais. Os recursos da emissão se destinam ao refinanciamento de compromissos financeiros vincendos em 2022 e à recomposição e reforço de caixa. Adicionalmente, em abril, formalizamos a contratação de três operações de crédito junto ao FEHIDRO no montante de R\$ 8,7 milhões. Os recursos serão utilizados para execução de empreendimentos nos municípios de Itapeverica da Serra, São Paulo e Vargem Grande Paulista. A amortização do principal será feita em 41 meses após o período de carência de 18 meses. Sobre o montante principal incidem juros de 3,00% a.a..

Em 2021, a agência de risco Fitch elevou os ratings de crédito da Companhia de AA(bra) para AAA(bra), na escala nacional, e de BB para BB+, na escala global em moeda local, e manteve a nota em escala global em moeda externa em BB. A agência Moody's ajustou o rating de crédito da Companhia na escala nacional de Aa2.br para a nova régua em moeda local AAA.br e a S&P manteve inalterados os ratings da Companhia, que na escala nacional, já era brAAA:

	Fitch	Moody's	S&P
Escala Nacional	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Escala Global	BB (moeda estrangeira) BB+ (moeda local)	-	BB-

Embora tenha havido aumento no *covenant* (indicador financeiro) "Dívida Total / EBITDA Ajustado", de 2,66 vezes, em 2020, para 2,74 vezes, em 2021, esse nível de endividamento ainda assim é significativamente inferior ao limite contratual de 3,65 vezes, que está presente na 17ª emissão de debêntures e no AB Loan.

A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 2021:

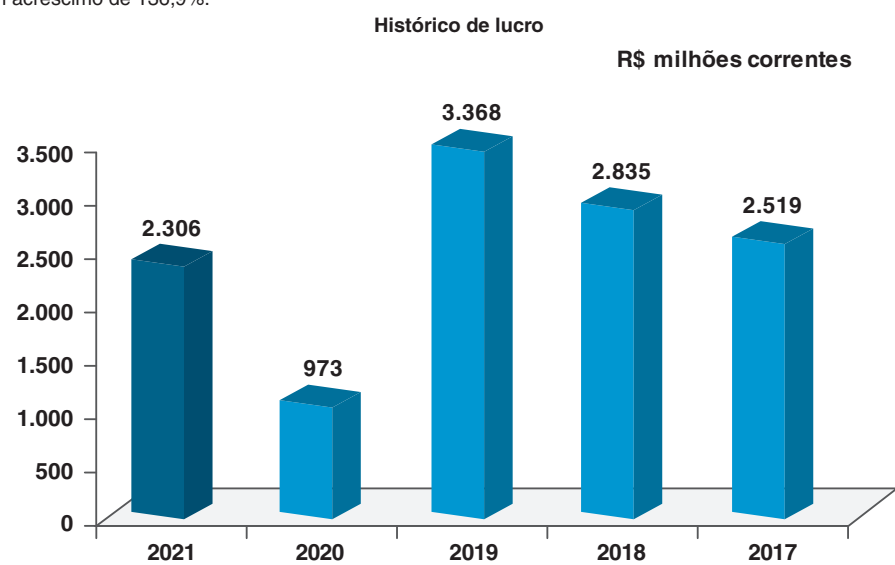
	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 2,80
EBITDA / Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,80
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50
Dívida Total Ajustada / EBITDA Ajustado	Inferior a 3,65
Outras Dívidas Onerosas⁽¹⁾ / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,30
Liquidez Corrente Ajustada	Superior a 1,00

(1) A definição contratual para "Outras Dívidas Onerosas" é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu todos os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2021, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 2,3 bilhões, ante os R\$ 973,3 milhões registrados em 2020, um acréscimo de 136,9%.



A receita operacional líquida (que inclui a receita de construção) totalizou R\$ 19,5 bilhões, um acréscimo de 9,5% em relação ao ano anterior.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM

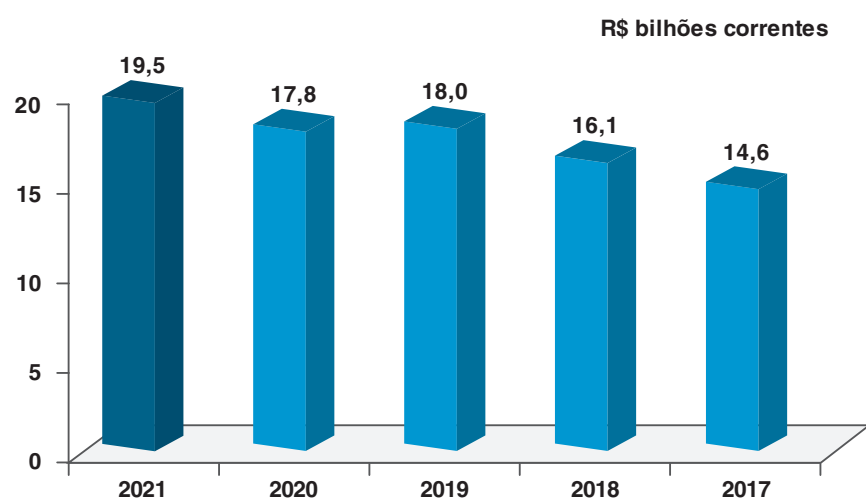


Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Histórico de receita operacional líquida

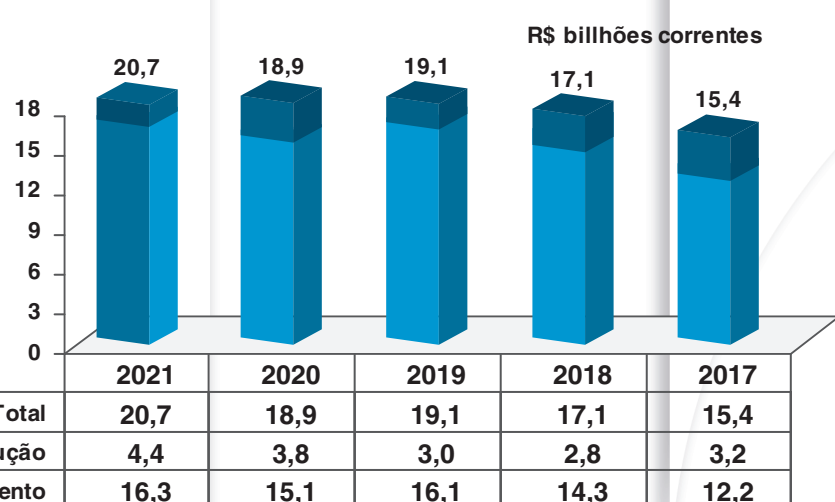


A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de saneamento (sem receita de construção), totalizou R\$ 16,3 bilhões em 2021, um acréscimo de R\$ 1,1 bilhão, ou 7,6%, quando comparada aos R\$ 15,2 bilhões registrados em 2020.

Os principais fatores responsáveis pelo acréscimo apresentado na receita operacional bruta, entre outros, foram: reajuste tarifário de 3,4% desde agosto de 2020; e reajuste tarifário médio de 7,0% desde maio de 2021.

A receita de construção aumentou R\$ 660,1 milhões, ou 17,8% quando comparada a 2020. A variação deve-se, sobretudo, ao aumento nos investimentos principalmente na ampliação das estruturas relacionadas aos sistemas de esgotos.

Histórico de receita operacional bruta



Categoria	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2021	2020	%	2021	2020	%	2021	2020	%
Residencial	1.864,8	1.802,2	3,5	1.629,9	1.565,9	4,1	3.494,7	3.368,1	3,8
Comercial	168,5	163,5	3,1	159,0	155,9	2,0	327,5	319,4	2,5
Industrial	33,6	31,4	7,0	35,8	35,9	(0,3)	69,4	67,3	3,1
Pública	35,7	36,7	(2,7)	31,4	32,4	(3,1)	67,1	69,1	(2,9)
Total varejo	2.102,6	2.033,8	3,4	1.856,1	1.790,1	3,7	3.958,7	3.823,9	3,5
Atacado (3)	49,7	50,1	(0,8)	15,8	14,5	9,0	65,5	64,6	1,4
Subtotal	2.152,3	2.083,9	3,3	1.871,9	1.804,6	3,7	4.024,2	3.888,5	3,5
Mauá (4)	21,5	29,5	(27,1)	-	-	-	21,5	29,5	(27,1)
Residencial Social/Favela(5)	-	45,8	(100,0)	-	35,3	(100,0)	-	81,1	(100,0)
Total	2.173,8	2.159,2	0,7	1.871,9	1.839,9	1,7	4.045,7	3.999,1	1,2

Região	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2021	2020	%	2021	2020	%	2021	2020	%
Metropolitana	1.419,4	1.351,3	5,0	1.255,7	1.192,6	5,3	2.675,1	2.543,9	5,2
Regional (2)	683,2	682,5	0,1	600,4	597,5	0,5	1.283,6	1.280,0	0,3
Total varejo	2.102,6	2.033,8	3,4	1.856,1	1.790,1	3,7	3.958,7	3.823,9	3,5
Atacado (3)	49,7	50,1	(0,8)	15,8	14,5	9,0	65,5	64,6	1,4
Subtotal	2.152,3	2.083,9	3,3	1.871,9	1.804,6	3,7	4.024,2	3.888,5	3,5
Mauá (4)	21,5	29,5	(27,1)	-	-	-	21,5	29,5	(27,1)
Residencial Social/Favela(5)	-	45,8	(100,0)	-	35,3	(100,0)	-	81,1	(100,0)
Total	2.173,8	2.159,2	0,7	1.871,9	1.839,9	1,7	4.045,7	3.999,1	1,2

(1) Não revisado pelos auditores externos

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior

(3) No atacado estão inclusos os volumes de água de reúso e esgotos não domésticos

(4) Volume faturado no atacado em 2020 e no varejo em 2021

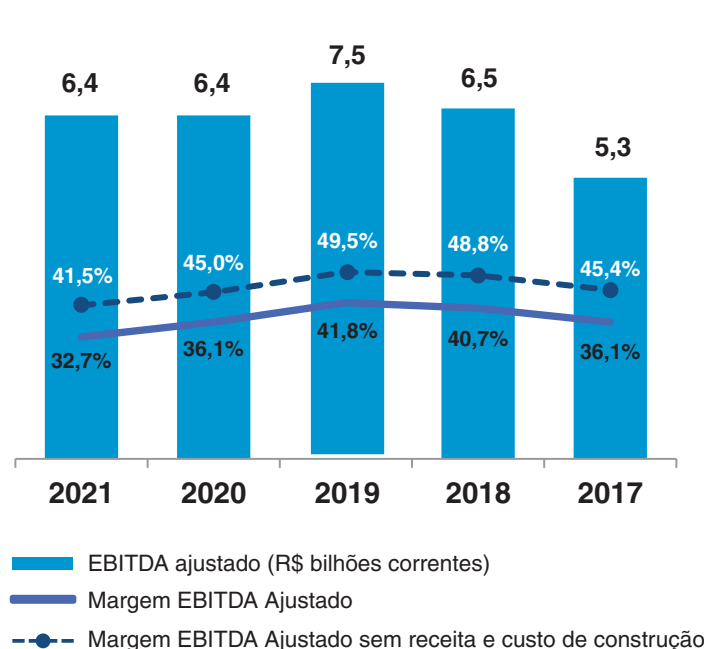
(5) Volume isento do pagamento em 2020

Em 2021, os custos, despesas administrativas e comerciais e custos de construção tiveram um acréscimo de 14,6% (R\$ 2,0 bilhões). Desconsiderando os efeitos do custo de construção, o acréscimo foi de 13,5% (R\$ 1,3 bilhão).

A participação dos custos e despesas administrativas e comerciais e custos de construção na receita líquida foi de 79,0% em 2021, ante os 75,4% apresentados em 2020. Para mais informações sobre a composição e as variações dos custos e despesas, veja o Press Release de resultados, disponível no website da Companhia em <https://ri.sabesp.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.

O EBITDA ajustado registrou decréscimo de 0,8%, passando de R\$ 6.421,8 milhões em 2020 para R\$ 6.372,7 milhões em 2021, e a margem EBITDA ajustada atingiu 32,7%, enquanto no exercício anterior foi de 36,1%. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção, a margem EBITDA ajustada resultou em 41,5% em 2021 (45,0% em 2020).

Histórico de EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada



	2021	2020	2019	2018	2017
Lucro líquido	2.305,9	973,3	3.367,5	2.835,1	2.519,3
Resultado financeiro	927,4	3.166,4	1.033,7	1.264,3	458,1
Depreciação e amortização	2.253,3	2.037,1	1.780,2	1.392,6	1.301,9
Imposto de renda e contribuição social	864,3	352,7	1.310,4	1.077,3	984,3
Outras receitas/despesas operacionais líquidas(2)	21,8	(107,7)	18,7	(28,7)	5,7
EBITDA Ajustado	6.372,7	6.421,8	7.510,5	6.540,6	5.269,3
Margem EBITDA Ajustado	32,7	36,1	41,8	40,7	36,1
Receita de construção	(4.376,7)	(3.716,6)	(2.946,5)	(2.802,7)	(3.150,9)
Custo de Construção	4.278,3	3.630,1	2.881,4	2.739,7	3.080,5
EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	6.274,3	6.335,3	7.445,3	6.477,6	5.198,9
Margem EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	41,5	45,0	49,5	48,8	45,4

1 O EBITDA Ajustado ("EBITDA Ajustado") corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social; (iii) do resultado financeiro e (iv) outras receitas/despesas operacionais, líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou IFRS - International Financial Reporting Standard, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado, e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. A administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia. O EBITDA Ajustado não faz parte das demonstrações financeiras.

O EBITDA Ajustado tem como objetivo apresentar um indicador de desempenho econômico operacional. O EBITDA Ajustado da Sabesp equivale ao lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do Imposto de Renda e Contribuição Social, da depreciação e amortização, e das outras receitas/despesas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado da Sabesp serve como indicador geral do desempenho econômico e não é afetado por reestruturações de dívidas, oscilações das taxas de juros, alterações da carga tributária ou níveis de depreciação e amortização. Em consequência, o EBITDA Ajustado serve como instrumento adequado para uma comparação regular do desempenho operacional. Além disso, existe outra fórmula para calcular o EBITDA Ajustado que é adotado em cláusulas de alguns de compromissos financeiros. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não apenas do desempenho operacional como também da capacidade de satisfazer as obrigações da Companhia e levantar recursos para investimentos em bens de capital e capital de giro. O EBITDA Ajustado, porém, tem limitações que o impedem de ser usado como indicador de lucratividade porque não leva em conta outros custos resultantes das atividades da Sabesp ou alguns outros custos que podem afetar consideravelmente seus lucros, como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

2 As outras receitas operacionais compõem-se de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, venda de direito de energia elétrica, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reúso, projetos e serviços do Pura e estão apresentadas liquidas de Cofins e Papep. As outras despesas operacionais compõem-se da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado e custo excedente de energia elétrica comercializada.

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, obtido depois das deduções determinadas ou admitidas em lei e que pode ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio.

A política de distribuição de dividendos prevê que o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será mantido até que seja atingida a universalização dos serviços de saneamento básico na área operada e que, quando pagos na forma de juros sobre o capital próprio, o imposto de renda incidente sobre o valor a ser pago ao acionista será considerado dividendo adicional.

Em 2021, a Sabesp disponibilizou o pagamento dos dividendos, na forma de juros sobre capital próprio no montante de aproximadamente R\$ 272,0 milhões, relativos ao ano de 2020, correspondentes a cerca de R\$ 0,3979 por ação ordinária, pay-out de 27,9% e dividend yield de 0,9%.

Referente ao ano de 2021, o Conselho de Administração deliberou sobre a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 644,3 milhões, correspondendo a R\$ 0,9427 por ação ordinária, pay-out de 27,9% e dividend yield de 2,3%, com início do pagamento previsto para 27 de junho de 2022.

Mercado de Ações

O mercado brasileiro fechou o ano de 2021 com um resultado negativo, com o índice Ibovespa em 105 mil pontos, representando uma queda de 11,8%. As ações da Sabesp fecharam com queda de 5,6%, cotadas a R\$ 40,18 com valor de mercado de R\$ 27,5 bilhões.

O volume financeiro anual das nossas ações também se contraiu, em 34,5% com relação ao ano anterior. A participação de investidores pessoa física se manteve abaixo dos 4% em 2021, mesmo patamar de 2020.

A desvalorização da bolsa brasileira, que também impactou as ações da Companhia, decorreu sobretudo pelas medidas de contenção da inflação que foram implementadas pelos bancos centrais, tanto do Brasil quanto do exterior.

Essas medidas elevaram as taxas de juros e fazendo com que os fluxos de capitais fossem direcionados para renda fixa que apresenta menor volatilidade, além disso, a conjuntura econômica e política nacional corroboraram com a percepção de riscos dos investidores com relação ao país.

Os American Depositary Receipts (ADRs) apresentaram desvalorização de 14,5% sob os mesmos fundamentos do mercado local e pela apreciação do dólar de 7,2%, o que pode estar relacionado à ampliação da participação do número de ações negociadas na NYSE no capital social da Companhia elevando de 12,4% para 15,3%. Os índices de referência de mercado S&P 500 e Dow Jones tiveram valorização de + 26,9% e +18,7% no mesmo período. A Companhia segue integrando os principais índices da B3 e continua a ser acompanhada pelas principais instituições financeiras do mercado.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Sabesp é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pelo Estado de São Paulo, que detém 50,3% do capital social. O restante das ações é negociado na bolsa de valores de São Paulo, no segmento Novo Mercado (34,4% em 31 de dezembro de 2021), e de Nova York, na forma de American Depositary Receipts Nível III (15,3% também em 31 de dezembro de 2021).

Como consequência da grande exposição no mercado de capitais e da sua adesão a segmentos especiais de listagem, a Companhia adota altos padrões de governança corporativa. Além disso, por ser uma empresa de controle estatal e que atua em ambiente regulado, está sujeita aos controles de órgãos reguladores ambientais e setoriais, assim como ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Estrutura e Funcionamento da Administração

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato unificado de dois anos, permitida até três reconduções consecutivas. É composto por, no mínimo 7 e no máximo 11 conselheiros, sendo um deles o Diretor-Presidente.

Pelo menos dois ou 25% dos conselheiros, o que for maior, devem ser independentes de acordo com os requisitos da Lei 13.303/2016 e do Novo Mercado da bolsa de valores de São Paulo. No Conselho, é garantida a participação, de representante dos acionistas minoritários. Além disso, é assegurada a participação de um representante dos empregados no Conselho.

Em agosto de 2021, foi realizada eleição direta pelos empregados de seu representante no Conselho de Administração. O empregado indicado será apresentado à Assembleia Geral de Acionistas prevista para 28 de abril de 2022.

O Conselho de Administração é assessorado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, composto por três conselheiros de administração independentes, sendo um deles coordenador e especialista financeiro.

A Diretoria é responsável pela gestão executiva da Companhia e é composta por seis membros com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a recondução ao cargo por até três vezes consecutivas. O Diretor designado Diretor-Presidente integra o Conselho de Administração enquanto permanecer no cargo, mas não pode ocupar a presidência.

Ao assumirem a posição, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria participam de um programa de integração, com o objetivo de apresentar os processos de negócio da Companhia, os principais documentos institucionais, a legislação societária e de mercado de capitais, as regras de divulgação de informações e os controles internos. O treinamento é repetido anualmente e estendido aos membros do Conselho Fiscal.

Avaliação dos Administradores

A Companhia realiza anualmente, por meio de consultoria independente, a avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês estatutários e da Diretoria e seus comitês, de maneira colegiada e individual, explorando questões relacionadas ao desempenho e conduta dos conselheiros em linha com os objetivos definidos no plano de negócios e na estratégia de longo-prazo da Companhia.

O resultado da avaliação é utilizado para orientar a implementação de melhorias na organização e no funcionamento das suas unidades, bem como para identificar temas que devem ser desenvolvidos e aprofundados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Conselho Fiscal

Instalado desde a criação da Companhia, o Conselho Fiscal tem funcionamento permanente e é composto atualmente por cinco membros efetivos. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, sendo um deles representante dos acionistas minoritários. Aos conselheiros fiscais são permitidas até duas reconduções consecutivas. Atualmente, metade dos conselheiros estão em seu primeiro mandato. O Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

Remuneração dos Órgãos Estatutários

O valor da remuneração global anual a ser paga aos Administradores e aos membros dos comitês estatutários e do Conselho Fiscal é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração total paga em 2021, em valores brutos, considerando os benefícios e encargos legais, foi de R\$ 7,8 milhões, incluindo cerca de R\$ 1,4 milhão referente à remuneração variável dos diretores.

continua...



continuação...



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Ética e Integridade

A Sabesp acredita que ter um comportamento ético nos seus negócios, além de zelar pela sua reputação, mostra seu compromisso com a sociedade, na medida que cria um ambiente de confiança e transparência e assegura que os recursos sejam devidamente aplicados na prestação de serviços de água e esgoto, os quais são essenciais para a saúde das pessoas e a preservação do meio ambiente.

O Código de Conduta e Integridade é o principal instrumento organizacional para disseminar tanto a conduta ética esperada, como as práticas não toleradas pela Companhia. O documento também prevê a possibilidade de aplicação de medidas disciplinares para aqueles que descumprirem suas diretrizes, oferece garantia de proteção aos denunciantes e disponibiliza o Canal de Confiança e o Canal de Denúncia, que podem ser facilmente acessados. Criado em 2018 e respaldado pela Política Institucional de Conformidade, também aprovada pelo Conselho de Administração, nosso Programa de Integridade estabelece diretrizes, princípios e competências que orientam seus conselheiros, diretores, empregados, aprendizes, estagiários, prestadores de serviços e parceiros, ao se vincularem à Sabesp, a desenvolverem a cultura da conformidade.

O programa inclui temas como diretrizes antissuborno e anticorrupção, conduta recomendada em caso de conflito de interesse, diretrizes sobre doações e contribuições.

O Programa é auditado anualmente e acompanhado pelo Comitê de Auditoria Estatutário e sua execução é garantida pela Superintendência de Gestão de Riscos e Conformidade, que conta com a imparcialidade na condução das atividades, recursos materiais, humanos e financeiros para assegurar que o Programa seja efetivamente executado.

O Programa conta ainda com a supervisão dos processos e a verificação anual da efetividade dos seus controles pela área de auditoria interna.

Canal de Confiança e Canal de Denúncia

O Canal de Confiança é um mecanismo institucional interno preventivo, destinado à solução de dúvidas dos colaboradores e à orientação sobre a adequada conduta no dia a dia dos negócios da Sabesp, além de temas relacionados à integridade.

Para os casos de eventual violação das nossas regras, instituímos um Canal de Denúncia com o objetivo de detectar e monitorar desvios de conduta (assédios, fraudes e corrupção). O acatamento das denúncias é realizado por um canal externo administrado por empresa terceira especializada, disponível para qualquer parte interessada. O processamento das denúncias é realizado pela autoridade funcional de auditoria interna, com garantia de anonimato e sigilo das informações recebidas, fatores que evitam retaliações aos colaboradores que tenham registrado denúncias.

Todos os relatos recebidos são analisados e reportados periodicamente à Comissão de Ética e ao Comitê de Auditoria, a quem compete monitorar os procedimentos para apuração de infrações ao Código de Conduta e Integridade e demais eventos registrados no Canal de Denúncia.

Em 2021, foram registradas 212 ocorrências no Canal de Denúncias e aplicadas 52 penalidades, entre empregados próprios e terceirizados: 23 advertências, 6 suspensões e 23 demissões. Destaca-se que, dentre os casos averiguados e as penalidades aplicadas, não há indícios da participação de empregados da Companhia em atos de corrupção.

Avaliação e desempenho do Programa de Integridade

Em 2021, realizamos 164 verificações para análise de eventual transação com partes relacionadas e prevenção de conflito de interesses, e 57 análises reputacionais. A eficácia e a aplicabilidade das ações do Programa são monitoradas e acompanhadas continuamente em busca de aperfeiçoamento, sendo inclusive auditado anualmente. No período deste relato, não houve incidentes confirmados de corrupção na Companhia, nem há processos judiciais públicos relativos a corrupção, tampouco ações judiciais relativas a comportamento anticompetitivo ou violações da legislação antitruste e de monopólio envolvendo a Companhia.

Em 2021, fomos reconhecidos pelo segundo ano consecutivo pela Corregedoria Geral da União, como Empresa Pró-Ética (ciclo 2020-2021) pelo comprometimento com a implementação de medidas de combate à fraude e corrupção.

Além disso, o autodiagnóstico realizado anualmente com a ferramenta do Instituto Ethos conferiu à Sabesp, em 2021, nota superior a nove, mostrando a maturidade do Programa, que a cada ano demonstra significativa evolução nas ações implementadas.

Gerenciando Riscos, Impactos e Oportunidades

Ao realizar a gestão sustentável da água e a ampliação do acesso à coleta e tratamento dos esgotos, a Sabesp produz um forte impacto positivo à sociedade e ao meio ambiente, na medida que reduz a mortalidade infantil e as internações por doenças de veiculação hídrica, contribui para a despoluição de rios, preserva a biodiversidade, amplia a disponibilidade hídrica e promove o uso consciente da água pelos consumidores.

Além disso, os investimentos em saneamento geram benefícios econômicos diretos e indiretos significativos para as economias locais e regionais, tais como a geração de empregos e valorização dos setores turístico e imobiliário. Os projetos de infraestrutura de saneamento, entretanto, podem causar certos transtornos para as comunidades do entorno, tais como interdições de ruas e avenidas ou interrupções do abastecimento de água para a realização de manutenções na rede.

Buscamos, sempre que possível, coordenar nossas ações e cronogramas, tanto internamente, por meio do agrupamento de serviços, como externamente, com os municípios e outras concessionárias de serviços públicos para minimizar tais transtornos. Além disso, realizamos engajamentos proativos com as partes interessadas, tais como reuniões ou outras comunicações, para fornecer informações sobre os projetos e as intervenções.

Gestão de Riscos Corporativos

Para garantir uma gestão de riscos sistemática e padronizada, adotamos uma política de Gestão de Riscos Corporativos, aderente ao framework do COSO - ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management), às normas ABNT NBR ISO 31.000:2009 e ABNT ISO GUIA 73:2009, e aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento dos riscos na Companhia abrange os principais riscos corporativos, que são classificados com base na sua natureza, impacto, probabilidade e criticidade.

Por meio de um mapa de riscos corporativos, acompanhamos tendências e antevemos cenários que possam afetar adversamente as operações da Companhia. O mapeamento dos riscos permite estabelecer as prioridades de investimentos e de manutenção dos ativos para mitigar o risco de escassez hídrica, garantir a segurança das nossas operações e tecnologias, dados e informações, assegurar a conformidade com leis e regulamentos, além de proteger a integridade física dos empregados, instalações e comunidades.

Estrutura e Governança da Gestão de Riscos

A Sabesp tem uma estrutura organizacional em nível executivo, vinculada administrativamente e liderada pelo Diretor-Presidente, para coordenar o gerenciamento de riscos junto às áreas de negócio e administrativas.

A gestão dos riscos é desempenhada pelos diversos órgãos de governança que incluem: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Diretoria Colegiada, Diretorias (incluindo a Presidência) e a Comissão de Gestão de Riscos Corporativos.

Os riscos identificados são monitorados por indicadores e tratados rotineiramente por cada área responsável pelos processos de negócio e acompanhados bimestralmente de forma integrada pela Comissão de Gestão de Riscos Corporativos, formada por representantes das Diretorias e subordinada à Diretoria Colegiada.

Na eventual materialização de riscos, a Companhia possui planos de contingência para processos e estruturas críticas, tais como escassez hídrica; descontinuidade de serviços operacionais terceirizados e ocorrências de acidentes em barragens.

O mapa de riscos corporativos é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração anualmente. A criticidade dos riscos corporativos define a alçada responsável pelo monitoramento dos indicadores, e a definição, execução e acompanhamento das atividades e planos de ação mitigatórios. Quando identificado agravamento do nível de risco, esse é prontamente revisado para que as ações de mitigação sejam tomadas, a fim de que as atividades da Companhia sejam desempenhadas com a eficácia necessária ao cumprimento do plano de negócios e da estratégia de longo-prazo.

Principais riscos corporativos

Riscos Regulatórios: riscos relacionados atual incerteza regulatória, especialmente com relação ao Novo Marco Legal de Saneamento Básico.

Riscos Relacionados ao nosso Negócio: riscos que podem afetar as operações da Companhia e para os quais nem sempre é possível obter seguro ou para os quais não há um seguro disponível em termos aceitáveis.

Riscos Climáticos: riscos relacionados a condições climáticas, tais como chuvas torrenciais e secas, que podem reduzir a disponibilidade hídrica para abastecimento, comprometer as condições de operação das nossas instalações, comprometer o fornecimento de insumos como energia elétrica, bem como alterar o comportamento dos nossos consumidores.

Riscos cibernéticos: riscos relacionados à coleta, armazenamento, processamento e transmissão de dados, inclusive pessoais, que utilizamos em nossas operações e negócios.

Riscos Financeiros: risco relacionados à macroeconomia, à nossa capacidade de geração de receitas e de obtenção de financiamentos para manter nosso plano de investimentos.

A descrição completa dos riscos corporativos pode ser encontrada no item 4 do Formulário de Referência, e no item 3.D - Fatores de Risco do Formulário 20-F, ambos arquivados pela Companhia na Comissão de Valores Mobiliários.

Controles internos

Os controles internos incluem os procedimentos, entre outros, para adequação dos registros contábeis, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as regras oficiais e a devida autorização das transações relacionadas a aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

Há 17 anos promovemos uma avaliação estruturada e sistemática dos controles internos, que atualmente é orientada pelo framework de controles internos do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), estando aderente à seção 404 da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) e à Lei Federal nº 13.303/2016. Anualmente, realizamos a revisão do processo de avaliação dos controles internos, considerando novos riscos associados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, além de possíveis alterações significativas nos processos, sistemas informatizados e ambiente tecnológico.

Os testes de controles internos são realizados pela área de auditoria interna, que se reporta hierarquicamente ao Diretor-Presidente e funcionalmente ao Comitê de Auditoria. Em 2020, a avaliação sobre a eficácia do ambiente de controles internos não identificou qualquer deficiência considerada material.

Além da avaliação de controles internos, a Superintendência de Auditoria executa projetos de auditoria tendo por base o Plano Anual de Auditoria, que considera os principais riscos corporativos e dos processos. Previamente à execução, o Plano Anual de Auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria e pela Presidência da Companhia.

Auditores externos

A auditoria de nossas demonstrações financeiras e a revisão das informações trimestrais e de projetos de financiamento são realizadas por auditores externos, garantindo a confiabilidade dos dados apresentados. A Sabesp respeita os princípios que preservam a independência desses profissionais, a saber: i) não auditar seu próprio trabalho; ii) não exercer funções gerenciais; e iii) não advogar pelo seu cliente.

O Comitê de Auditoria, em linha com nosso Estatuto Social, é responsável pela avaliação das diretrizes que orientam a contratação e a prestação de serviços dos auditores externos. Também cabe ao Comitê recomendar ao Conselho de Administração a contratação e a destituição da auditoria externa, além do dever de se manifestar antes da contratação de outros serviços prestados por ela, ou por empresas vinculadas a ela, que não caracterizem atividades da sua alçada.

Em 2020, realizamos a troca dos nossos auditores independentes. A KPMG Auditores Independentes, que atuava como auditor independente desde 2016, foi substituída pela Grant Thornton Auditores Independentes com início das atividades na revisão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2020.

Em 2021, o montante total pago pelos serviços de auditoria de demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e projetos de financiamentos, entre outros foi de aproximadamente R\$ 1,6 milhão, dos quais R\$ 272 mil foram pagos à KPMG e R\$ 1,3 milhão, à Grant Thornton.

A Grant Thornton Auditores Independentes não prestou, durante o período de atuação na Companhia, serviços não relacionados a auditoria externa, assim como nem ela, nem qualquer parte a ela relacionada, auditou sociedades investidas da Sabesp em 2021.

Segurança e privacidade de dados pessoais

Para assegurar a proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, desde 2020, além de medidas técnicas para garantir a segurança e a privacidade no tratamento desses dados, foram implantados procedimentos e regras de governança para adequação e atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Em especial, destacamos a elaboração de uma Política Institucional de Privacidade de Dados Pessoais e do Procedimento de Sigilo e Confidencialidade no Tratamento de Dados Pessoais, a nomeação de um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) e a criação de um canal exclusivo para atendimento ao titular dos dados (lgpd@sabesp.com.br).

O projeto de adequação contou com o suporte de uma consultoria externa e com a participação das diversas áreas que tratam dados pessoais na Companhia. Foram promovidos palestras e debates sobre o tema, incluindo apresentações em reuniões da Diretoria.

Como resultado, diversas ações foram implementadas, dentre as quais a elaboração do Inventário de Dados (Data Mapping), a adequação dos editais e dos instrumentos contratuais, a implementação de controles internos de supervisão e de mitigação de riscos, treinamentos e outras ações educativas de conscientização que alcançaram todos os empregados.

Em 2021, foram recebidas sete solicitações relacionadas ao exercício de direitos dos titulares de dados pessoais, que foram todas devidamente atendidas e fundamentadas.

Não tivemos nesse período o registro de reclamações de terceiros ou de órgãos reguladores acerca de eventual descumprimento da LGPD, e não identificamos a ocorrência de incidentes de segurança da informação referentes à violação de privacidade, tais como vazamentos, roubos ou perdas de dados pessoais tratados pela Companhia.

GESTÃO DE PESSOAS

Para manter o melhor relacionamento com nossos empregados, buscamos sempre aprimorar nossa Gestão de Pessoas, com base no engajamento contínuo e no atendimento de suas expectativas e anseios.

Ao final de 2021, nosso quadro de empregados era composto por 12.515 pessoas e estruturado com base no Plano de Cargos e Salários. Os empregados são divididos nas categorias operacional, técnica, universitária e gerencial, levando-se em conta o grau de escolaridade, experiência profissional, complexidade das atribuições e qualificação técnica.

Em 2021, seguimos com a prevenção contra a transmissão da Covid-19 entre os nossos empregados, especialmente por meio do isolamento nos momentos de maior circulação do vírus, com a adoção do trabalho remoto. Para os empregados que ocupam cargos que se enquadram na categoria de serviços essenciais à manutenção da saúde pública, organizamos escalas de trabalho intercalado, buscando diminuir o contato entre os colaboradores.

Em 2021, a Pesquisa de Clima organizacional indicou um índice de 72% de favorabilidade entre os empregados, o que levou a companhia a conquistar pela primeira vez o selo de Boa Empresa para Trabalhar, certificação concedida pela mesma consultoria GPTW - *Great Place to Work*.

Atração e retenção de talentos

Por sermos uma empresa de economia mista e capital aberto, realizamos concurso público para a contratação de empregados, estagiários e aprendizes.

Por meio desse processo, realizamos uma seleção democrática dos candidatos, oferecendo a todos a mesma chance de conseguir uma vaga, sem restrições de nível social, experiência profissional, etnia ou gênero. Em 2021, contratamos nove empregados aprovados no concurso de 2018, e o índice de rotatividade encerrou o ano em 2,36%.

Para as movimentações internas, temos adotado cada vez mais o processo de seleção interna de empregados para preencher novas vagas. Dessa forma, aproveitamos o nosso capital humano ao mesmo tempo em que proporcionamos motivação, reconhecimento e perspectivas profissionais.

O processo, além de ser aberto e democrático, é uma oportunidade para os empregados participantes avaliarem seus conhecimentos e identificarem oportunidades de desenvolvimento. Em 2021 não realizamos concurso para contratação de empregados.

Para contribuir com a formação de jovens ao aliar ensino e prática, temos o **Programa Jovem Aprendiz**, em parceria com o Senai-SP. Em 2021, o programa recebeu 10.473 inscrições para o preenchimento de 495 vagas destinadas a jovens entre 14 e 22 anos, matriculados e cursando o 1º ou 2º ano do ensino médio.

Além disso, buscando a formação profissional de estudantes e a sua preparação para o mercado de trabalho, temos o **Programa de Estagiários**. Os estudantes são contratados por até dois anos e realizam atividades profissionais de apoio às áreas da Companhia, como forma de aprendizagem. Eles são submetidos a uma jornada diária de seis horas. Atualmente, a Sabesp conta com 165 estagiários.

Diversidade, igualdade e não discriminação

Procuramos trabalhar o tema de diversidade entre nossos colaboradores por meio tanto da inclusão de diretrizes relativas ao respeito às diferenças e não-discriminação no Código de Conduta e Integridade quanto de iniciativas de engajamento e promoção do tema.

Em seu Código de Conduta e Integridade, a Sabesp repudia a prática de preconceitos e discriminação de qualquer natureza e dispõe de mecanismos que cobrem este comportamento, tais como o Canal de Denúncia e a aplicação de medidas disciplinares aos empregados que descumprirem as orientações do Código.

Em outubro de 2021, lançamos oficialmente a Jornada da Diversidade e Inclusão com uma sequência de palestras e sensibilização. Para 2022, temos ações em andamento e em planejamento, tais como diagnóstico interno, censo e ações afirmativas com o objetivo final de criar uma Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, com estabelecimento de Plano de Ação, Objetivos, Indicadores e Metas.

Gestão da Carreira

Nossos empregados apresentam em média 20 anos de tempo de empresa, o que demonstra que as ações implementadas ao longo dos anos visando a retenção de talentos têm sido eficazes.

Entre elas, destacamos a nossa política salarial alinhada com as melhores práticas de mercado, que inclui o Programa de Participação nos Resultados-PPR, bem como um pacote de benefícios competitivos.

Outro ponto que explica nosso êxito é a adoção do Plano de Carreiras, Empregos e Salários, que estabelece as trilhas de evolução que permitem a cada um traçar sua trajetória na Companhia, com foco no desenvolvimento contínuo. O Plano contempla a Avaliação de Competências e Desempenho, subsidiando a evolução na carreira para aqueles que apresentarem desempenho diferenciado. O processo é realizado anualmente, tendo como princípios a valorização das pessoas, a gestão da carreira e o aprimoramento de competências.

A aplicação das promoções está condicionada a disponibilidade orçamentária e a devida aprovação dos órgãos de controle do Estado de São Paulo. A evolução na carreira se dá com base em referências salariais que propiciam aumento de 5% a 15%. Em 2021, o ciclo de Avaliação envolveu 98% dos empregados e proporcionou 2.881 movimentações.

Programa de Desenvolvimento de Líderes

Oferecemos o Programa de Desenvolvimento de Líderes com o objetivo de desenvolver uma liderança transformadora na Companhia, capaz de conduzir as ações necessárias para estabelecer uma cultura organizacional com foco em resultados, inovação e competitividade.

O empregado que ainda não ocupa cargo de liderança pode conhecer o Perfil de Líder que a Companhia espera, além de participar de um processo de mapeamento de possíveis sucessores.

Para novos líderes, contamos com o Programa de Mentoria, uma iniciativa que prepara os novos gerentes para enfrentar os desafios da Companhia nos próximos anos.

Relacionamento com entidades trabalhistas e negociação coletiva

Mantemos boas relações com entidades representativas (sindicais e associativas) dos empregados, buscando atender às suas principais reivindicações, sempre respeitando o limite de nossa capacidade financeira, diretrizes legais e governamentais.

Nas relações trabalhistas, priorizamos a negociação como forma de resolver conflitos, reduzindo substancialmente a ocorrência de movimentos paretistas. De todos os nossos empregados, aproximadamente 65% são sindicalizados e há oito anos não registramos greves.

O acordo coletivo assinado em 2021 resultou em: (i) reajuste salarial de 7,79% (que corresponde à atualização monetária do período); (ii) aumento de 7,79% no vale-refeição; (iii) aumento de 7,79% na assistência alimentar; (iv) aumento de 9,84% nas verbas de creche, em decorrência do repasse gradual de custos do agora fechado Centro de Aprendizagem da Criança ("CCI"), ajustado nas negociações coletivas de 2019/2020, porém sem impactos financeiros desde a o reajuste foi financiado com os recursos decorrentes do encerramento da CCI; (v) manutenção da cláusula do acordo coletivo 2020/2021 que garante a manutenção no emprego de 98% dos nossos colaboradores; e (vi) manutenção do auxílio-alimentação de Natal em caráter excepcional.

Remuneração e benefícios

Nossa política salarial está vinculada ao Plano de Cargos e Salários que, em consonância com o modelo de Gestão por Competências, proporciona a atração, a retenção e o desenvolvimento de profissionais qualificados e comprometidos, oferecendo perspectivas de carreira e de remuneração compatíveis com o mercado.

Além disso, visando aumentar o engajamento dos empregados e reconhecer nossos talentos, também oferecemos aos colaboradores benefícios adicionais aos exigidos pela legislação, tais como: Vale Refeição e Vale Alimentação, Lanche em Horário Extraordinário, Cesta de Natal, Garantia no emprego, Complementação Auxílio-Doença, Gratificação de Férias, Assistência Médica e Previdência Privada, entre outros.

Para estimular os esforços dos empregados e alinhá-los aos objetivos organizacionais, adotamos anualmente o Programa de Participação nos Resultados, que leva em conta não apenas os objetivos gerais de toda a empresa, mas também indicadores setoriais que medem a performance das Unidades de Negócio. Os resultados são apresentados trimestralmente para a Diretoria, o Conselho de Administração e os Sindicatos.

Em 2021, os colaboradores receberam o valor referente ao atingimento das metas referentes ao ano de 2020, que foi de 99,8%.

Capacitação e Desenvolvimento

Na Sabesp, consideramos os processos de capacitação e treinamento essenciais, pois apoiam tanto a transformação organizacional e o crescimento do negócio quanto o desenvolvimento dos colaboradores. Com a chegada do Novo Marco Legal de Saneamento, que lança ao setor uma série de novas diretrizes e orientações, esse tema se torna ainda mais importante, pois precisamos investir em uma força de trabalho com melhores habilidades, mais criatividade, capacidade de inovação e foco no resultado.

A Sabesp conta com a Universidade Empresarial Sabesp (UES), que realiza a gestão de treinamentos e desenvolvimento dos empregados, identificando suas necessidades e estabelecendo o Planejamento de Capacitação e Desenvolvimento. Em 2021 os empregados realizaram em média 36h de atividades de capacitação e desenvolvimento.

Saúde e segurança dos empregados

Para cuidar da saúde e segurança de nossos empregados, contamos com um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho, contemplando os 537 estabelecimentos da Companhia.

Nossos programas permitem traçar o perfil de saúde de todos os empregados, aprendizes e estagiários, por meio de uma avaliação ocupacional padronizada e exames realizados de acordo com os riscos a que os empregados estão expostos.

Os principais riscos potencialmente geradores de problemas de saúde relacionados às atividades da Companhia incluem: ruído, produtos químicos, contato com esgoto e ergonomia. Para lidar com emergências, possuímos planos de ação em todas as instalações e 2.900 brigadistas treinados, preparados e de prontidão para a atuarem, caso seja necessário.

Para engajar e sensibilizar os colaboradores sobre a importância das práticas de segurança do trabalho, temos as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, realizamos atividades de comunicação e treinamento, além da Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), evento anual que em 2021 contou com mais de 100 palestras

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

e ocorreu de forma exclusivamente digital, registrando 12,5 mil acessos durante os seis dias de evento. Em 2021, ocorreram 115 acidentes, um aumento de 22,3% em relação a 2020. A taxa de frequência foi de 4,7 acidentes por milhão de horas homens trabalhadas e a taxa de gravidade, de 61 acidentes por milhão de horas homens trabalhadas. O índice de absenteísmo foi de 4,5% no ano. Além disso, para prevenir doenças infecciosas, realizamos anualmente a vacinação ampla contra a gripe, que em 2021 alcançou 80% dos empregados. Além disso, promovemos a vacinação também contra pneumonia e febre tifoide para os grupos de maior exposição a estas doenças. O Procedimento Empresarial de Segurança e Saúde do Trabalho estabelece que as empresas contratadas devem seguir as mesmas normas e procedimentos adotados pela Sabesp. Estes requisitos de segurança do trabalho são exigidos no processo de licitação e, também, por meio de cláusulas contratuais.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

A gestão de nossa cadeia de valor é realizada de forma a compartilhar com nossos parceiros de negócio os valores e princípios da Companhia. Nesse sentido, buscamos estabelecer uma relação de parceria que vai além da aquisição de produtos, materiais e serviços, pois acreditamos que dela depende o desenvolvimento e continuidade dos nossos negócios e a geração de valor para as partes interessadas. Em 2021, iniciamos o estímulo ao desenvolvimento de aspectos sociais, ambientais e de governança em nossa cadeia de fornecedores a partir da análise do mercado fornecedor, a fim de avaliar o estágio e o potencial de desenvolvimento dos nossos parceiros.

Combate ao trabalho infantil e forçado

Para erradicar todo e qualquer tipo de trabalho infantil, degradante, discriminatório e forçado, exigimos declarações dos nossos fornecedores atuais e potenciais expressando seu compromisso com a eliminação dessa prática, bem como estabelecemos procedimentos, desde a etapa de cadastro dos fornecedores até a definição de cláusulas contratuais específicas de forma a evitar tal prática. Em caso de não atendimento aos requisitos relacionados a trabalho infantil e trabalho forçado e de não atendimento ao regimento, determinamos a inabilitação do licitante quando em fase de licitação. Durante a execução contratual, a eventual revelação de infringência à regra pode acarretar a rescisão do contrato.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS 2021

- **Troféu Transparência 2021 (Anefac/Fipecafi)**, categoria Empresa de Capital Aberto com Receita Líquida acima de R\$ 8 bilhões. Em 2021, fomos reconhecidos como a empresa que mais venceu edições da

- premiação (22 vezes), sendo a primeira colocada no ranking de comemoração de 25 anos, inédito na premiação.
- **Certificação em Quality Assessment**, concedida pelo IIA - The Institute of Internal Auditors, pela adoção de altos padrões de qualidade nos trabalhos de Auditoria Interna.
- **Selo de Boa Empresa para Trabalhar**, certificação concedida pela Great Place to Work (GPTW), como resultado de índice de favorabilidade de 72% entre os colaboradores na Pesquisa de Clima Organizacional.
- **Selo Bronze de Empresa Amiga da Justiça**, concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por seu compromisso em diminuir a quantidade de ações judiciais, privilegiando acordos alternativos e conciliações fora dos tribunais.
- **Empresa Pró-Ética 2020-2021**, concedido pela Controladoria-Geral da União em parceria com o Instituto Ethos, por reconhecê-la como modelo de governança e de prevenção e combate à corrupção.
- **Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas de 2021**, iniciativa da Plataforma Negócios da Comunicação e do Centro de Estudos da Comunicação (Cecom), que reconheceu a Sabesp como uma empresa que preza pela excelência na comunicação com os jornalistas.
- **Selo Verde Instituto Chico Mendes**, pela implantação do Centro Ecológico de Reciclagem de Pavimentos, na Vila Leopoldina.
- **Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão 2021**, concedido pelo Instituto Paulista de Excelência da Gestão (Ipeg), em diversas categorias: inovação, relacionamento com o cliente, transformação digital, atuação no combate à Covid-19, dentre outras.
- **Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) 2021**, concedido pelo Comitê Nacional da Qualidade (CNQA) da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) nas categorias: *As Melhores em Gestão, Eficiência Operacional e Gestão de Ativos no Saneamento*.
- **Certificação ISO 14001**, concedida pela Bureau Veritas, mantendo o selo em todas as 36 estações que possuem certificação atualmente.
- **Ranking do Saneamento 2021, do Instituto Trata Brasil** em parceria com a consultoria GO Associados, que listou cinco municípios atendidos pela Sabesp entre os 20 com os melhores indicadores de saneamento básico no Brasil - Santos (1º), Franca (4º), São Paulo (8º), Suzano (10º) e Taubaté (19º).
- **Ranking Abes da Universalização do Saneamento**, estudo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Segundo o levantamento, a Sabesp atende 41 dos 119 municípios com serviços universalizados ou próximos desse patamar.
- **Prêmio Inovainfra**, da Revista O Empreiteiro, em reconhecimento ao Programa de Geração Distribuída de Energia Fotovoltaica em implantação na Companhia.

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2021
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1 - Base de Cálculo	2021 Valor (Mil reais)			2020 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)			19.491.061			17.797.541
Resultado operacional (RO)			4.097.579			4.492.373
Folha de pagamento bruta (FPB)			2.652.383			2.646.518
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	201.975	7,61%	1,04%	214.809	8,12%	1,21%
Encargos sociais compulsórios	258.716	9,75%	1,33%	254.585	9,62%	1,43%
Previdência privada	51.339	1,94%	0,26%	53.376	2,02%	0,30%
Saúde	232.850	8,78%	1,19%	212.681	8,04%	1,20%
Segurança e saúde no trabalho	16.744	0,63%	0,09%	15.002	0,57%	0,08%
Educação	4.458	0,17%	0,02%	4.120	0,16%	0,02%
Cultura	252	0,01%	0,00%	344	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	22.560	0,85%	0,12%	17.344	0,66%	0,10%
Creches ou auxílio-creche	1.784	0,07%	0,01%	2.045	0,08%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	87.793	3,31%	0,45%	86.233	3,26%	0,48%
Outros	2.025	0,08%	0,01%	4.355	0,16%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	880.496	33,20%	4,52%	864.894	32,68%	4,86%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.354	0,03%	0,01%	1.348	0,03%	0,01%
Cultura	18.114	0,44%	0,09%	9.228	0,21%	0,05%
Saúde e saneamento	14.712	0,36%	0,08%	3.334	0,07%	0,02%
Esporte	6.068	0,15%	0,03%	2.444	0,05%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.592	0,04%	0,01%	9.369	0,21%	0,05%
Total das contribuições para a sociedade	41.840	1,02%	0,21%	25.723	0,57%	0,14%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.645.116	64,55%	13,57%	1.970.363	43,86%	11,07%
Total - Indicadores sociais externos	2.686.956	65,57%	13,79%	1.996.086	44,43%	11,22%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Investimentos em programas e/ou projetos externos	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Total dos investimentos em meio ambiente	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50%	
					() cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2021			2020		
Nº de empregados(as) ao final do período	12.515			12.806		
Nº de admissões durante o período	9			62		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	165			610		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	8.777			8.591		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.434			2.481		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,91%			25,96%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.199			2.252		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,10%			5,89%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	150			152		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021			Metas 2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	18,8			nd		
Número total de acidentes de trabalho	114			redução de pelo menos 12%		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 110.605	no Procon 4.871	na Justiça nd	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 96,60%	no Procon 82,22%	na Justiça nd	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2021: 8.956.376			Em 2020: 8.948.857		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	30,0 % governo	25,0 % colaboradores(as)	6,1 % acionistas	22,8 % governo	26,9 % colaboradores(as)	2,6 % acionistas
		19,3 % terceiros	19,6 % retido	39,4 % terceiros	8,3 % retido	
7 - Outras Informações	A Sabesp não contrata mão-de-obra terceirizada, firmando tão somente contratos de prestação de serviços, conforme necessidades do negócio. Desta forma, a partir de 2020 a Companhia deixou de relatar um número estimado de prestadores de serviços.					
Dada a relação direta das atividades de meio ambiente com as atividades fim da Companhia, não é possível segregar, especificamente, os gastos com meio ambiente do total de despesas operacionais e investimentos da Companhia. Desta forma, a partir de 2018 a SABESP deixou de reportar o indicador de investimentos de meio ambiente.						
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.						
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.						

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020		Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante				Passivo e patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa	7	717.929	396.401	Circulante			
Aplicações financeiras	8	2.433.385	3.411.146	Empreiteiros e fornecedores		236.763	263.741
Contas a receber de clientes	10 (a)	2.695.077	2.204.029	Empréstimos e financiamentos	17	1.830.617	3.034.449
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	173.657	168.054	Obrigações sociais e trabalhistas	21	426.616	410.943
Estoques		113.506	104.848	Impostos e contribuições a recolher	18 (b)	257.130	266.819
Caixa restrito	9	28.467	35.742	Juros sobre o capital próprio a pagar	24 (b)	548.006	231.611
Impostos a recuperar	18 (a)	276.104	22.672	Provisões	20 (a)	809.821	760.209
Outros ativos		64.873	97.946	Serviços a pagar	23	469.027	453.750
Total do ativo circulante		6.502.998	6.440.838	Parceria Público-Privada - PPP	15 (d)	142.757	130.207
Não circulante				Compromissos Contratos de Programa	15 (c) (iv)	77.652	162.541
Contas a receber de clientes	10 (a)	223.234	246.957	Outras obrigações		294.538	185.860
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	644.895	638.591	Total do passivo circulante		5.092.927	5.900.130
Depósitos judiciais		141.667	164.942	Não circulante			
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA		20.666	26.463	Empréstimos e financiamentos	17	15.893.219	14.224.175
Outros ativos		161.369	148.164	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	283.739	320.716
Investimentos	12	79.437	63.417	Cofins/Pasep diferidos		159.456	149.444
Propriedades para investimento	13	46.126	46.274	Provisões	20 (a)	638.672	492.093
Ativo de contrato	14	8.550.102	7.969.164	Obrigações previdenciárias	22	2.321.662	2.868.594
Intangível	15	36.503.834	34.405.575	Parceria Público-Privada - PPP	15 (d)	2.917.428	3.045.066
Imobilizado	16	291.157	268.251	Compromissos Contratos de Programa	15 (c) (iv)	44.995	68.939
Total do ativo não circulante		46.662.487	43.977.798	Outras obrigações		881.528	555.775
				Total do passivo não circulante		23.140.699	21.724.802
Total do Ativo		53.165.485	50.418.636	Total do passivo		28.233.626	27.624.932
				Patrimônio líquido			
				Capital social		15.000.000	15.000.000
				Reservas de lucros		9.885.485	8.194.706
				Ajuste de avaliação patrimonial		46.374	(401.002)
				Total do patrimônio líquido	24	24.931.859	22.793.704
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		53.165.485	50.418.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	28 (b)	19.491.061	17.797.541
Custo operacional	29	(12.800.042)	(11.179.667)
Lucro bruto		6.691.019	6.617.874
Despesas de vendas	29	(825.879)	(751.286)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	29	(643.730)	(444.826)
Despesas administrativas	29	(1.124.069)	(1.051.181)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	(21.841)	107.656
Equivalência patrimonial	12	22.079	14.136
Lucro operacional antes do resultado financeiro		4.097.579	4.492.373
Despesas financeiras	30	(1.448.295)	(1.324.759)
Receitas financeiras	30	472.408	336.731
Variações cambiais, líquidas	30	48.464	(2.178.343)
Resultado financeiro, líquido		(927.423)	(3.166.371)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.170.156	1.326.002
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19 (d)	(961.556)	(460.721)
Diferido	19 (d)	97.269	108.037
		(864.287)	(352.684)
Lucro líquido do exercício		2.305.869	973.318
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	25	3,37	1,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		2.305.869	973.318
Outros resultados abrangentes		447.376	511.169
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Ganhos e (perdas) atuariais sobre planos de benefícios definidos, líquidos de impostos	22	447.376	511.152
Outros		-	17
Resultado abrangente total do exercício		2.753.245	1.484.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Receitas			
Serviços de saneamento	28 (a)	16.304.206	15.157.780
Construção	28 (b)	4.376.739	3.716.616
Outras receitas		96.303	77.533
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	10 (c)	(643.730)	(444.826)
		20.133.518	18.507.103
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos operacionais e de construção		(7.885.098)	(6.858.619)
Materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros		(1.293.488)	(1.074.972)
Outras despesas operacionais	31	(93.718)	37.368
		(9.272.304)	(7.896.223)
Valor adicionado bruto		10.861.214	10.610.880
Retenções			
Depreciação e amortização	29	(2.253.322)	(2.037.112)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		8.607.892	8.573.768
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	12	22.079	14.136
Receitas financeiras		495.410	360.953
		517.489	375.089
Valor adicionado total a distribuir		9.125.381	8.948.857
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		1.688.099	1.796.000
Benefícios		565.698	601.181
FGTS		127.421	21.100
		2.381.218	2.418.281
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.499.208	1.840.920
Estaduais		151.193	128.164
Municipais		63.846	68.776
		2.714.247	2.037.860
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, variações cambiais e monetárias		1.700.587	3.504.996
Aluguéis		23.460	14.402
		1.724.047	3.519.398
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	24 (b)	547.645	231.163
Lucros retidos		1.758.224	742.155
		2.305.869	973.318
Valor adicionado distribuído		9.125.381	8.948.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.170.156	1.326.002
Ajustes para reconciliação do lucro líquido:		
Depreciação e amortização	2.253.322	2.037.112
Valor residual do imobilizado, intangível e propriedades para investimentos baixados	27.754	16.590
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	643.730	444.826
Acordo com o município de Mauá	-	(280.774)
Provisões e variações monetárias de provisões	380.624	444.090
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar	647.980	559.931
Variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos	177.269	2.267.179
Juros e variações monetárias passivas	37.202	20.931
Juros e variações monetárias ativas	(171.173)	(46.946)
Encargos financeiros de clientes	(349.491)	(344.513)
Margem de construção sobre ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão	(98.402)	(86.477)
Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Programa de Retenção de Conhecimento (PRC)	3.195	1.684
Resultado da equivalência patrimonial	(22.079)	(14.136)
Juros e variação monetária PPP	464.398	424.639
Repasse Prefeitura Municipal de São Paulo	131.878	142.232
Obrigações previdenciárias	176.673	136.585
Outros ajustes	15.152	5.283
7.488.188	7.054.238	
Varição no ativo		
Contas a receber de clientes	(742.260)	(213.084)
Saldos e transações com partes relacionadas	20.665	83.419
Estoques	(8.658)	(34.394)
Impostos a recuperar	(253.432)	(342.127)
Depósitos judiciais	43.865	35.630
Outros ativos	31.386	(36.264)
Varição no passivo		
Empreiteiros e fornecedores	(245.501)	(248.404)
Serviços a pagar	(116.601)	(162.560)
Obrigações sociais e trabalhistas	12.478	(185.020)
Impostos e contribuições a recolher	196.255	384.676
Cofins/Pasep diferidos	10.012	5.751
Provisões	(184.433)	(227.596)
Obrigações previdenciárias	(215.937)	(123.014)
Outras obrigações	(68.260)	(13.306)
Caixa proveniente das operações	5.967.767	5.977.945
Juros pagos	(845.445)	(626.625)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.208.569)	(373.112)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.913.753	4.978.208
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo de contrato e intangíveis	(3.696.669)	(3.299.657)
Caixa restrito	7.275	(9.724)
Aplicações financeiras	1.076.468	(3.411.146)
Aumento/(baixa) de investimento	-	(5.734)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(50.281)	(42.407)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.663.207)	(6.768.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos		
Captações	2.922.811	4.777.474
Amortizações	(2.896.604)	(3.244.099)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(254.218)	(890.095)
Parceria Público-Privada - PPP	(579.486)	(543.346)
Compromissos Contratos de Programa	(121.521)	(166.283)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(929.018)	(66.349)
Aumento/(decrescimento) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	321.528	(1.856.809)
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	396.401	2.253.210
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	717.929	396.401
Aumento/(decrescimento) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	321.528	(1.856.809)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		15.000.000	1.368.406	6.098.575	80.973	-	(912.171)	21.635.783
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	973.318	-	973.318
Ganhos e (perdas) atuariais	22	-	-	-	-	-	511.169	511.169
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	973.318	511.169	1.484.487
Reserva legal	24 (b)	-	48.666	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,33820 por ação)	24 (b)	-	-	-	-	(48.666)	-	-
Dividendos adicionais de 2019, aprovados (R\$ 0,11847 por ação)		-	-	-	(80.973)	-	-	(80.973)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,05970 por ação)	24 (b)	-	-	-	40.806	(40.806)	-	-
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	24 (b)	-	-	-	(14.430)	-	-	(14.430)
Transferências para reserva de investimentos	24 (e)	-	-	652.683	-	(652.683)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		15.000.000	1.417.072	6.751.258	26.376	-	(401.002)	22.793.704
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.305.869	-	2.305.869
Ganhos e (perdas) atuariais	22	-	-	-	-	-	447.376	447.376
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	2.305.869	447.376	2.753.245
Reserva legal	24 (b)	-	115.293	-	-	-	-	

continuação...

SBS
LISTED
NYSE

S BSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP ou Companhia) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, CEP 05429-900, que tem como acionista controlador o Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A visão da SABESP é ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia operava os serviços de água e esgoto em 375 municípios do Estado de São Paulo, sendo que 342 foram contratualizados de acordo com a Lei nº 11.445/2007. Na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos, exceto pelos municípios de Guarulhos, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuçá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos.

O quadro a seguir demonstra um resumo da situação contratual dos municípios operados:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Total de municípios contratualizados	342	342
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	42.260.091	39.440.568
Percentual do intangível e ativo de contrato	93,80%	93,08%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	15.490.808	14.406.803
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	95,01%	95,05%
Municípios com contratos vencidos:	8	8
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	214.329	264.931
Percentual do intangível e ativo de contrato	0,48%	0,63%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	41.194	39.088
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	0,25%	0,26%
Municípios com contratos de concessão a vencer até 2030:	25	25
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	1.127.920	1.436.529
Percentual do intangível e ativo de contrato	2,50%	3,39%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	653.408	597.483
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	4,01%	3,94%
Município de São Paulo:		
Percentual do intangível e ativo de contrato	43,11%	37,94%
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	44,45%	44,58%

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da B3 sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneagua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho, Attend Ambiental e Paulista Geradora de Energia. Embora a participação da SABESP no capital social dessas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias, em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas, exceto para a Saneagua Mairinque, que em agosto de 2020 deixou de ter o controle compartilhado.

Instabilidade econômica agravada pela COVID-19

A instabilidade econômica mundial foi agravada com o surto de um novo coronavírus no início de 2020, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a caracterizar tal surto como uma Pandemia. Nesse contexto, a SABESP adotou diversas medidas de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população atendida, que se tornaram ainda mais essenciais à sociedade. Cabe destacar que a interrupção do abastecimento hídrico por parte de uma empresa de saneamento básico pode comprometer o atendimento das recomendações feitas pela OMS para que todos mantenham bons hábitos de higiene, tal como a lavagem das mãos de forma correta e com mais frequência.

A Companhia implementou várias medidas de prevenção para que seus empregados não sejam expostos a situações de risco, tais como: (i) utilização da prática de home-office particularmente nos setores administrativos e para todos os empregados com mais de 60 anos; (ii) restrição de viagens nacionais e internacionais; (iii) antecipação da campanha de vacinação da gripe e da pneumonia; (iv) fechamento de todas as agências de atendimento ao público, concentrando o atendimento nos canais digitais, para proteger os clientes e empregados; entre outras.

Em relação aos efeitos da Covid-19, ressaltamos a migração do volume faturado das categorias pública, comercial e industrial que possuem tarifas médias mais elevadas para a categoria residencial, que demonstrou uma ligeira recuperação no ano de 2021 quando comparado com 2020.

As despesas com perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ainda demonstram um crescimento significativo devido ao aumento na inadimplência no período.

A expectativa da Administração da Companhia é que com a retomada gradual das atividades econômicas, o aumento da segurança hídrica devido às obras realizadas, a geração de caixa operacional, somadas às linhas de créditos disponíveis para investimentos, os recursos financeiros serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer os investimentos necessários.

Novo Marco Legal do Saneamento

No dia 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal para o Saneamento Básico. A nova lei amplia a concorrência no setor, ao extinguir a figura do contrato de programa, promove incentivo à prestação regionalizada dos serviços para propiciar os ganhos de escala e prevê o fortalecimento da regulação dos serviços.

Adicionalmente, o Novo Marco Legal impõe metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência. A nova Lei ainda atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência para regulação dos serviços de saneamento, com o objetivo de padronizar a atuação das agências reguladoras e minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.

Em 31 de maio de 2021, foi editado o Decreto Federal nº 10.710, que regulamenta o Art. 10-B da Lei nº 11.445/2007, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização até 2033. O referido Decreto impõe métricas de avaliação econômico-financeira dos prestadores de serviços para comprovação de sua capacidade de realizar investimentos no prazo pretendido, além de uma série de condicionantes para que os contratos vigentes possam ser considerados regulares, cujas eventuais adaptações devem ocorrer até 31 de março de 2022, em linha com o determinado no Art. 11-B, §1º, do Novo Marco Legal.

Em atendimento ao referido Decreto, a Companhia apresentou em 30 de dezembro de 2021 requerimento à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, contendo os documentos que comprovam sua capacidade de manter a prestação dos serviços na área operada com atendimento às metas de universalização de água e de coleta e tratamento de esgoto até 2033 estipuladas pelo Novo Marco Legal, atestadas por auditor e certificador independentes. Cabe agora à ARSESP analisar e emitir o parecer definitivo sobre a capacidade econômico-financeira da SABESP, o que deverá ocorrer até 31 de março de 2022.

Neste novo contexto, a Companhia considera importante destacar que: (i) possui contratos que já contemplam metas que atendem ou mesmo antecipam aquelas estabelecidas pelo Novo Marco Legal, que correspondem a cerca de 70% da receita; (ii) goza de acesso a capitais públicos e ao mercado de capitais privado, devido à sólida reputação, favorecendo a manutenção e/ou ampliação de sua base operada e o atingimento da universalização dos serviços no prazo estabelecido pela nova lei; (iii) conta com elevado nível de governança; e (iv) possui contratos vigentes com os poderes concedentes que asseguram 95% da receita.

Aprovações

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos e intenção de utilização pela Administração da Companhia em período inferior a três meses.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço que são classificados como ativos não circulantes. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, exceto pelo contas a receber, que é mensurado inicialmente pelo seu preço de transação, pois não contém componentes de financiamentos, e posteriormente mensurado ao custo amortizado.

Passivo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos financeiros (Impairment)

• Contas a receber

Devido às características das contas a receber da Companhia, sendo elas (i) componente financeiro insignificante; (ii) carteira de recebíveis sem complexidade; e (iii) baixo risco de crédito, adotou-se a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa consistiu em utilizar uma estimativa calculada com base na inadimplência média observada nos últimos 36 meses, por faixa de vencimento, além de estimar a recuperação de créditos vencidos acima de 360 dias, com base no histórico observado nos últimos 3 anos. Além disso, considerou para fins de estimativa, a categoria dos clientes particulares e públicos e segregou o contas a receber entre as contas normais de consumo e os acordos. A Companhia concluiu também que os indicadores macroeconômicos Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não tiveram impacto em suas estimativas, pois realizou análises de correlação desses indicadores e seu histórico de inadimplência e não resultou em correlação significativa entre eles.

• Depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado

A Companhia analisa as variações nas taxas de investimentos em certificados de depósitos bancários, juntamente com informações de órgãos reguladores sobre as instituições financeiras emissoras. As probabilidades de inadimplência para 12 meses foram baseadas em dados históricos fornecidos por agências de classificação de risco para cada grau de crédito e foram analisadas em termos de sensibilidade com base nos retornos atuais.

Esses depósitos e aplicações financeiras estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Receita operacional

(a) Receita de serviços de saneamento

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre as mesmas, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. As receitas são reconhecidas quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, o qual a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, a qual é adicionada, ao referido custo de construção, resultando na receita de construção.

3.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, conforme descrito na Nota 3.2.

3.5 Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização e estão classificados no ativo circulante.

3.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto o grupo de terrenos, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não há definição se serão utilizados na operação ou vendidos em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.7 Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui margem de construção e custos de empréstimos capitalizados nos ativos qualificáveis, quando aplicável, durante o período em que o ativo estiver na fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendido.

3.8 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessárias. Quando aplicável, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período é superior a 12 meses.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados no resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear e as taxas médias são apresentadas na Nota 16 (a). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos no resultado do exercício, em outras receitas (despesas) operacionais.

3.9 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período é superior a 12 meses, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou a vida útil do mesmo. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações em bens, recebidas de terceiros e entidades governamentais que permitem que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são registrados nas demonstrações financeiras a custo zero, uma vez que esses bens pertencem ao poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica "Outras receitas operacionais".

(a) Contratos de concessão/programa/prestação de serviços

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e esgotamento sanitário, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a Companhia tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

S BSP
B3 LISTED NM



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura são reconhecidos como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 (b).

Ativos intangíveis e os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados às concessões são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os detalhes referentes à amortização do intangível estão descritos na Nota 15 (c).

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.10 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei nº 14.026/2020, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, por meio da tarifa ou via indenização.

3.11 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, sendo apresentadas neste caso, como passivo não circulante.

3.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 17. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizados como empréstimos.

3.13 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são juros e outros encargos nos quais a Companhia incorre e são oriundos dos contratos de empréstimos, incluindo variação cambial.

Os custos que são atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. A capitalização ocorre durante o período de construção do ativo, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamento similares.

3.14 Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

O programa de participação nos resultados é baseado em metas operacionais e financeiras, sendo reconhecida uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation), estando contabilizada como custo operacional, despesas de vendas, administrativas ou capitalizadas no ativo.

3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada considerando a natureza dessas obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos judiciais, embasados no direito legal de compensação.

Os depósitos judiciais não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante e corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades competentes.

A Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou quando o montante da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

3.16 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.17 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício e calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Companhia avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.18 Tributos sobre receitas

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do Pasesp - Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

Os tributos referentes a Pasesp e Cofins incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos correspondentes, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre "outras receitas operacionais" e sobre "receitas financeiras" são apresentados líquidos nas próprias linhas da demonstração do resultado. Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência da TRCF - Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização, que tem como fato gerador o desempenho da atividade de regulação, controle e fiscalização da ARSESP, calculada a taxa de 0,50% do faturamento anual diretamente obtido com a prestação do serviço, subtraídos os valores dos tributos incidentes sobre o mesmo.

3.19 Plano de previdência privada

(a) Benefício definido

A Companhia faz contribuições, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, a qual se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuições, em bases contratuais, aos planos de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego, no qual a Companhia faz contribuições paritárias aos empregados, nos limites fixados em regulamento. Neste modelo os benefícios pagos possuem relação direta com o valor aportado, não havendo déficits a serem cobertos pela Companhia.

3.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros e atualizações monetárias, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, parceria público privada e compromissos contratos de programa e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.21 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são reconhecidos pelo valor presente das obrigações contratuais, apresentados no ativo como Direito de Uso (nota 15 (g)) e no passivo como Arrendamentos (nota 17 (b)), exceto os contratos de curto prazo (12 meses ou menos) e/ou de baixo valor (abaixo de US\$ 5 mil), que são reconhecidos como despesa quando incorridos.

3.22 Outros ativos e outras obrigações circulantes e não circulantes

Os outros ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de perdas para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As outras obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.23 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, como permitido por lei e com base no Estatuto Social. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/1995, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo - TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, exceto pelos tributos incidentes na distribuição dos juros sobre o capital próprio. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas.

3.24 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.25 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e pelas retenções, e a riqueza recebida em transferência, representada pelo resultado de equivalência patrimonial e pelas receitas financeiras. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.26 Apresentação de relatórios por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do tomador de decisões, isto é, a Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, em relação à tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho. Consequentemente, a Companhia determinou que possui um segmento operacional que é o de prestação de serviços de saneamento.

As políticas contábeis utilizadas para determinar as informações por segmento são as mesmas utilizadas para preparar as demonstrações financeiras.

A mensuração do resultado por segmento é o lucro operacional antes de outras despesas operacionais, líquidas e equivalência patrimonial, que exclui a receita e custos de construção.

A Administração da Companhia analisa as informações de ativos e passivos de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre ativos e passivos de forma segregada.

Substancialmente, todos os ativos não circulantes e as receitas geradas pelos clientes estão localizados no Estado de São Paulo. Consequentemente, não são divulgadas informações financeiras por área geográfica.

3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na Nota 3.13.

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021

Novas normas e revisões

Norma	Descrição	Impacto
Alterações ao CPC 11 / IFRS 4 - Contratos de Seguro, CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos	Alteração ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento.
Alterações ao CPC 11 / IFRS 4 - Contratos de Seguro	Estabelece as alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2. A adoção dessas alterações permite refletir os efeitos da transição das taxas interbancárias ("interbank offered rates - IBOR") para taxas de juros de referência alternativas (também denominadas taxas livres de risco ou "risk free rates - RFRs").	A aplicação dessas alterações não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.
Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento.	A aplicação dessa alteração não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

Norma	Descrição	Impacto
IFRS 17 - Contratos de Seguro ²	Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. A IFRS 17 substituirá o CPC 11 / IFRS 4 Contratos de Seguro.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture ³	Tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos das alterações, porém não espera efeitos oriundos das alterações.
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes ²	Estas alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. Adicionalmente, esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual ¹	As alterações atualizam o CPC 15 (R1) / IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15 (R1) / IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25 / IAS 37, o comprador aplica esta norma para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da ICP 19 / IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a ICP 19 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Por fim, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

S BSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Norma	Descrição	Impacto
Alterações ao CPC 27 / IAS 16 - Recursos Antes do Uso Pretendido ¹	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, ou seja, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Companhia. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado e mensura os custos desses itens de acordo com o CPC 16 (R1) / IAS 2 - Estoques. As alterações ainda esclarecem o significado de "testar se um ativo está funcionando adequadamente". Atualmente, o CPC 27 / IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Caso não sejam apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e quais rubricas na demonstração do resultado abrangente incluem esses recursos e custos.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 25 (R1) / IAS 37 - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato ¹	As alterações especificam que o "custo de cumprimento" do contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato, sendo estes os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). Estas alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras ² e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis ⁴	As alterações modificam as exigências contidas no CPC 26 (R1) / IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições não importantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. O Board preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS. A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída, no entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: • Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; • Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.
Alterações ao CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Definição de Estimativas Contábeis ²	As alterações introduzem uma exceção adicional à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.
Alterações ao CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação ("single transaction") ²	Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2018-2020 incluem alterações em quatro normas: CPC 37 (R1) / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade ¹ , CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ¹ , CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 29 / IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola ¹	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.

- Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.
 - Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
 - A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB.
 - As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.
- Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

5 Gestão de risco

5.1 Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, decorrentes de captações de longo prazo, em instituições de fomento, a taxas de juros atrativas, sendo tais financiamentos em dólar norte-americano e em iene.

A administração da exposição cambial considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de hedge ou swap e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco.

Parte da dívida financeira no valor total de R\$ 3.321.489 em 31 de dezembro 2021 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 3.563.170), está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene. A exposição ao risco cambial é assim composta:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Moeda estrangeira (em milhares)	R\$	Moeda estrangeira (em milhares)	R\$
Empréstimos e financiamentos - US\$	163.538	912.624	167.479	870.338
Empréstimos e financiamentos - Iene	49.324.813	2.390.774	52.969.560	2.671.255
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos - US\$		4.121		5.540
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos - Iene		13.970		16.037
Total da exposição		3.321.489		3.563.170
Custo de captação - US\$		(22.486)		(12.342)
Custo de captação - Iene		(2.850)		(2.966)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 17)		3.296.153		3.547.862

O decréscimo de 7,1% no saldo da dívida em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021 foi impactado principalmente pela amortização de parcelas da dívida, previstas contratualmente. O quadro a seguir demonstra a variação cambial do período:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação
US\$	R\$ 5,5805	R\$ 5,1967	7,4%
Iene	R\$ 0,04847	R\$ 0,05043	-3,9%

Em 2021 ocorreu uma redução nos empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 251.709 (em 2020 - R\$ 2.811 de acréscimo), relativa à variação cambial. Em 31 de dezembro de 2021, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10 pontos percentuais, além dos impactos já mencionados acima, em comparação com o dólar e o iene, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos em 2021 teria sido de R\$ 332.149 (em 2020 - R\$ 356.317), para mais ou para menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

O cenário provável, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene.

A Companhia entende que o cenário apresentado é razoável dada a instabilidade do real frente ao dólar norte americano e ao iene.

	Cenário provável (*)	
	31 de dezembro de 2021 em US\$ - Passiva	163.538
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2021		5,5805
Taxa cambial estimada conforme cenário		5,6000
Diferença entre as taxas		(0,0195)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)		(3,189)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2021 em iene - Passiva		49.324.813
Taxa do iene em 31 de dezembro de 2021		0,04847
Taxa cambial estimada conforme cenário		0,05093
Diferença entre as taxas		(0,00246)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)		(121,339)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)		(124,528)

(*) Para o cenário provável em dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2022, conforme relatório Focus-BACEN de 31 de dezembro de 2021. Para o iene foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2022, conforme relatório de Taxas Referenciais da B3 de 31 de dezembro de 2021.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas em função de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela a seguir mostra os empréstimos e financiamentos sujeitos à taxa de juros variável:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
CDI (i)	7.612.299	7.836.988
TR (ii)	1.638.079	1.619.416
IPCA (iii)	3.019.459	2.176.547
TJLP (iv)	1.478.740	1.517.657
LIBOR (v)	912.626	870.337
Juros e encargos	243.696	164.439
Total	14.904.899	14.185.384

- (i) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- (ii) TR - Taxa Referencial de Juros
- (iii) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- (iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
- (v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes tarifários dos serviços prestados não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem 1 ponto percentual para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 149.049 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 141.854) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado ao caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como às exposições de crédito de clientes, incluindo contas a receber, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 é o valor contábil dos títulos classificados como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Vide Notas 7, 8, 9, 10 e 11.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito foi avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das instituições financeiras. Para a qualidade de crédito das instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia avalia o rating divulgado pelas três principais agências internacionais (Fitch, Moody's e S&P), conforme abaixo:

Instituições financeiras	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S/A	AA(bra)	AAA.br	-
Banco Santander Brasil S/A	-	AAA.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Bradesco S/A	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco Itaú Unibanco S/A	AAA(bra)	AAA.br	brAAA
Banco BV	-	AA.br	brAAA
Banco BTG Pactual S/A	AA(bra)	AAA.br	brAA+

O quadro a seguir apresenta a avaliação de rating divulgado pela agência Fitch, para transações de depósitos e aplicações financeiras em moeda local (R\$ - rating nacional):

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
AA(bra)	1.905.810	2.662.685
AAA(bra)	970.474	891.243
Outros (*)	275.030	253.619
	3.151.314	3.807.547

(*) Está incluído nesta categoria, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 262.465 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 253.066) referente ao Banco BV, contas correntes e aplicações financeiras, os quais não possuem classificação pela Fitch.

(c) Risco de liquidez

A liquidez depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais e pelos empréstimos e financiamentos captados nos mercados internacional e local, bem como o pagamento das dívidas. A gestão desse risco considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

Os recursos mantidos são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada foram utilizadas as taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2021.

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2021							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	2.767.867	2.749.335	2.939.155	2.976.535	2.721.792	12.484.891	26.639.575
Empreiteiros e fornecedores	236.763	-	-	-	-	-	236.763
Serviços a pagar	469.027	-	-	-	-	-	469.027
Parceria Público-Privada - PPP	429.942	430.440	379.684	351.586	351.586	4.068.466	6.011.704
Compromissos Contrato de Programa	77.465	36.442	1.126	1.126	1.126	12.983	130.268

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default*, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas, sendo que os mais restritivos estão demonstrados na Nota 17 (c).

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com o CPC 40 (R1). O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de doze meses, após a data de 31 de dezembro de 2021 ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que for menor, considerando um cenário provável.

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros, considerando todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Indicadores	31 de dezembro de 2021	
	Exposição	Cenário provável
Ativo		
CDI	1.533.614	11,79%(**)
Receita financeira		180.813
Passivo		
CDI	(7.612.299)	11,79%(**)
Juros a incorrer		(897.490)
Exposição Líquida - CDI	(6.078.685)	(716.677)
Passivo		
TR	(1.638.079)	0,0276%(**)
Despesa a incorrer		(452)
IPCA	(3.019.459)	5,0302%(*)
Despesa a incorrer		(151.885)
TJLP	(1.478.740)	6,4400%(***)
Juros a incorrer		(95.231)
LIBOR	(912.626)	0,536%(**)
Juros a incorrer		(4.892)
Despesas totais líquidas a incorrer		(969.137)

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus-BACEN de 31 de dezembro de 2021

(**) Fonte dos índices: B3 de 31 de dezembro de 2021

(***) Fonte dos índices: LCA Consultores de 31 de dezembro de 2021

5.2 Gestão de capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para aumentar seus investimentos em infraestrutura, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	17.723.836	17.258.624
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(717.929)	(396.401)
(-) Aplicações financeiras (Nota 8)	(2.433.385)	(3.411.146)
Dívida líquida	14.572.522	13.451.077
Total do Patrimônio Líquido	24.931.859	22.793.704
Capital total (capital próprio mais capital de terceiros)	39.504.381	36.244.781
Índice de alavancagem	37%	37%

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de alavancagem se manteve em 37% em comparação a 31 de dezembro de 2020, principalmente pelo acréscimo no patrimônio líquido, decorrente do lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, atenuado pela redução nos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofreram correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

5.4 Instrumentos financeiros

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, saldos a pagar com fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrentes de Parcerias Público-Privada - PPPs e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto pelos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são:

Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	717.929	717.929	396.401	396.401
Aplicações financeiras	2.433.385	2.433.385	3.411.146	3.411.146
Caixa restrito	28.467	28.467	35.742	35.742
Contas a receber de clientes	2.918.311	2.918.311	2.450.986	2.450.986
ANA	20.666	20.666	26.463	26.463
Outros ativos	226.242	226.242	246.110	246.110

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 818.552 (R\$ 806.645 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 11. Parte deste saldo, no montante de R\$ 741.910 (R\$ 732.391 em 31 de dezembro de 2020), refere-se ao reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - G0, indexado pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproximava àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-B), na data da transação, com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

Passivos Financeiros

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	17.723.836	17.947.954	17.258.624	17.702.649
Empreiteiros e fornecedores	236.763	236.763	263.741	263.741
Serviços a pagar	469.027	469.027	453.750	453.750
Compromisso Contratos de Programa	122.647	122.647	231.480	231.480
Parceria Público-Privada - PPP	3.060.185	3.060.185	3.175.273	3.175.273

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- Os contratos com a CEF foram projetados até os seus vencimentos finais, à taxa média de juros acrescidas da TR x DI e ao prazo médio contratual, foram descontados a valor presente por uma taxa de captação específica para a Companhia em contratos similares, acrescidas da TR x DI, na data de encerramento das demonstrações financeiras. As taxas TR x DI foram obtidas na B3.
- As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgadas pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- Financiamentos - BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP. Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, refletem as condições para esses tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, sendo que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da B3.
- Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas + a taxa futura da Libor, sendo descontados a valor presente utilizando curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2021.
- Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, convertidos para a moeda dólar e descontados a valor presente utilizando a curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2021.
- Arrendamento mercantil e arrendamento mercantil IFRS 16 são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, exceto quanto aos empréstimos e financiamentos, considerando os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, sua natureza e prazos de vencimento.

6 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reconhecidos com base na experiência e outros fatores considerados relevantes, os quais afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro, que são revisadas tempestivamente. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

6.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avaliou as principais políticas contábeis que envolvem julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas, e concluiu que não possui nenhuma com efeito significativo.

6.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como as premissas e estimativas que são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (vide Nota 10 (c)), com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida nas Notas 3.2 e 3.4.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre os quais, a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão e estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão, Contratos de Prestação de Serviços e Contratos de Programa são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas nas Notas 3.9 e 15.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, sendo que o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. Este fato juntamente com mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis pode gerar impactos relevantes no resultado das operações.

(c) Obrigações Previdenciárias - Planos de Pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos nas Notas 3.19 e 22.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação deste benefício é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. Os ativos e passivos tributários diferidos são reconhecidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos. Informações adicionais dos impostos diferidos estão descritas nas Notas 3.17 e 19.

(e) Provisões

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, ambientais e tributários são efetuadas conforme detalhado nas Notas 3.15 e 20. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

(f) Receita não faturada

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com o faturamento médio. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.3 e 10.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e bancos	146.853	74.033
Equivalentes de caixa	571.076	322.368
Total	717.929	396.401

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente, por operações compromissadas, cotas de fundos (remunerados por CDI) e CDBs, cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 96,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2020 - 95,82%).

8 Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicação financeira em CDB, com liquidez diária as quais a Companhia não pretende utilizar nos próximos três meses, conforme quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2021
Banco BV	262.465	253.066
Banco Itaú S/A	366.906	354.296
Banco Bradesco S/A	524.791	506.136
Banco BTG Pactual S/A	367.361	354.299
Banco do Brasil S/A	911.862	1.943.349
	2.433.385	3.411.146

Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 101,57% do CDI (em 31 de dezembro de 2020 - 98,95%).

9 Caixa restrito

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	21.464	29.599
Caixa Econômica Federal - depósito judicial (ii)	740	272
Outros	6.263	5.871
	28.467	35.742

- Refere-se ao valor deduzido do montante do repasse de 7,5% da receita auferida no Município para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, referente às eventuais inadimplências dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias, conforme estipulado no Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo; e
- Refere-se à conta poupança destinada ao recebimento de depósitos judiciais sobre processos com trânsito em julgado a favor da Companhia, os quais ficam bloqueados conforme cláusula contratual.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

S BSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

10 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Particulares:		
Clientes de rol comum (i) e rol especial (ii)	2.042.023	1.663.738
Acordos (iii)	514.616	398.367
	2.556.639	2.062.105
Entidades governamentais:		
Municipais	586.810	473.201
Federais	7.869	3.859
Acordos (iii)	278.844	333.740
	873.523	810.800
Por atacado - Prefeituras Municipais: (iv)		
Mogi das Cruzes	3.580	3.582
São Caetano do Sul	24.464	18.808
Total por atacado - Prefeituras Municipais	28.044	22.390
Fornecimento a faturar	740.193	713.310
Subtotal	4.198.399	3.608.605
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.280.088)	(1.157.619)
Total	2.918.311	2.450.986
Circulante	2.695.077	2.204.029
Não circulante	223.234	246.957
	2.918.311	2.450.986

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas;
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (contratos de demanda firme, esgotos industriais, poços, entre outros);
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, conforme previstos nos acordos; e
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Valores a vencer	1.896.535	1.793.104
Vencidos:		
Até 30 dias	502.164	340.760
Entre 31 e 60 dias	267.723	177.103
Entre 61 e 90 dias	182.977	120.488
Entre 91 e 120 dias	155.018	88.323
Entre 121 e 180 dias	258.718	113.060
Entre 181 e 360 dias	95.751	82.365
Acima de 360 dias	839.513	893.402
Total vencidos	2.301.864	1.815.501
Total	4.198.399	3.608.605

O acréscimo no saldo vencido refere-se, principalmente, ao aumento na inadimplência dos clientes particulares.

(c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo no início do exercício	1.157.619	1.042.015
Adições	182.547	176.776
Recuperações	(60.078)	(61.172)
Saldo no final do exercício	1.280.088	1.157.619

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Reconciliação das perdas estimadas / históricas no resultado		
Baixas	(508.055)	(329.512)
(Perdas)/reversão com entidades estaduais - partes relacionadas	(13.206)	290
(Perdas) com particular/entidades públicas	(182.547)	(176.776)
Recuperações	60.078	61.172
Valor contabilizado como despesa (Nota 29)	(643.730)	(444.826)

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais do total da receita.

11 Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Estado de São Paulo

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de saneamento (i)	127.614	109.078
Perdas estimadas (i)	(52.333)	(39.127)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Fluxo mensal (pagamentos) (ii) e (vi)	11.930	22.726
- Acordo GESP - 2015 (iv)	86.446	75.377
Total do circulante	173.657	168.054
Não circulante:		
Acordo de parcelamento de serviços de saneamento	1.361	4.303
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Acordo GESP - 2015 (iv)	643.534	634.288
Total do não circulante	644.895	638.591
Total de recebíveis do acionista	818.552	806.645
Ativos:		
Prestação de serviços de saneamento	76.642	74.254
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	741.910	732.391
Total	818.552	806.645
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	275.240	116.180

	2021	2020
Receita de serviços de saneamento	522.608	501.756
Recebimentos de partes relacionadas	(439.349)	(520.881)
Recebimento de reembolso referente à Lei nº 4.819/1958	(179.787)	(173.874)

(i) Serviços de saneamento
A Companhia presta serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Governo do Estado de São Paulo e demais companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas no item (iii) desta Nota.
O montante de R\$ 52.333 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 99.127 em 31 de dezembro de 2020), estavam reconhecidos como perdas estimadas.

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos
Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/1958 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.
Nos termos do Acordo referido em (iii), o Estado de São Paulo reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE, fundado na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).
Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Estado de São Paulo dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.
Informações adicionais sobre o plano G0 constam na Nota 22 (ii).

Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos é da SABESP.
(iii) Acordo GESP
Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o Estado de São Paulo (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda e Planejamento) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), com a intervenção da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (Acordo GESP), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o Estado de São Paulo e a Companhia relacionadas aos serviços de saneamento, bem como aos benefícios de aposentadoria.
Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiacupeba, Jundiá, Biritiba Mirim, Paraitinga e Ponte Nova ("Reservatórios"), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios seriam transferidos à Companhia pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o Estado de São Paulo. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questiona a validade jurídica desse acordo, cujos argumentos principais são a falta de licitação e a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Há decisão desfavorável para a SABESP ainda não transitada em julgado. Informações adicionais constam no item (iv) a seguir.
Em 22 de março de 2004, foi assinado o primeiro aditamento ao Acordo GESP, equacionando os valores devidos pelo Estado de São Paulo por serviços prestados de fornecimento de água e esgotamento sanitário, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004 e formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Estado de São Paulo com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004 e definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Estado de São Paulo pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, sendo que em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.

O Estado de São Paulo, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o Estado de São Paulo confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao Estado de São Paulo quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. O saldo devedor restante de R\$ 218.967 foi totalmente liquidado em 2018.

A Companhia não havia reconhecido em suas Demonstrações Financeiras, o valor a receber de R\$ 696.283 dos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Estado de São Paulo. Em março de 2015, a SABESP e o Estado de São Paulo assinaram acordo para realizar o pagamento dos Reservatórios no montante de R\$ 696.283 (mais informações no item (iv) dessa Nota).

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado de São Paulo deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(iv) Acordo GESP 2015

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o DAEE, com intervenção da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo no valor de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283 referentes ao valor principal do Valor Incontroverso mencionado no item (iii) e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

O Valor Principal será pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

- As primeiras vinte e quatro parcelas foram quitadas mediante a transferência de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015, as quais foram vendidas em 20 de abril de 2016; e
- O valor de R\$ 609.109 que será pago em 156 parcelas mensais, foi atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos, em 5 de abril de 2017. A partir desta data, as parcelas estão sendo atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

Considerando que a ação que contesta a possibilidade de transferência dos Reservatórios não foi transitada em julgado, o acordo prevê, ainda, as seguintes situações:

- Caso haja possibilidade de transferência e os Reservatórios efetivamente sejam transferidos para a SABESP com registro em cartório, a SABESP reembolsará ao Estado de São Paulo os valores pagos em substituição aos Reservatórios (Valor Principal) por meio de 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA até a data de pagamento de cada parcela; e
- Caso não se efetive a transferência dos Reservatórios, o Estado de São Paulo pagará à SABESP, em adição ao Valor Principal, o crédito de correção monetária de R\$ 316.027, parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos ao final do parcelamento do Valor Principal. O valor será atualizado pelo IPCA para a data de início dos pagamentos e, a partir desta data, incidirá atualização monetária - IPCA, mais 0,5% de juros simples ao mês sobre o valor de cada parcela.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber era de R\$ 86.446 no ativo circulante (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 75.377) e R\$ 643.534 no ativo não circulante (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 634.288).

(v) Valores Controversos

Como já mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado de São Paulo assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei nº 4.819/1958, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao Valor Controverso dos benefícios previstos na Lei nº 4.819/1958. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os últimos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 4 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como Valor Controverso. Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações que objetivam recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Estado de São Paulo, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagos pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da B3; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/1958, com o objetivo de equacionar, em definitivo, o aludido Valor Controverso em discussão entre a Companhia e o Estado de São Paulo. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a Companhia e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a SABESP possuía valores controversos com o Estado de São Paulo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei nº 4.819/1958), nos montantes de R\$ 1.375.137 e R\$ 1.281.409, respectivamente, sendo que foram constituídas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no montante integral.

(vi) Passivo Atuarial

A Companhia reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários, aposentados e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 2.192.062 e R\$ 2.549.541, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, vide Nota 22.

(b) Utilização de Reservatórios - EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE pretendia o recebimento de crédito e compensação financeira pelas alegadas perdas passadas e futuras de geração de energia elétrica em decorrência da captação de água e compensação pelos custos já incorridos e a incorrer com a operação, a manutenção e a fiscalização dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações.

Em 28 de outubro de 2016, foi assinado um acordo consubstanciado em um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, visando o encerramento definitivo de litígios e a SABESP continuará utilizando os Reservatórios.

O saldo desse acordo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 7.956 e R\$ 88.264 (em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 17.255 e R\$ 73.660), registrados nas rubricas de "Outras obrigações", no passivo circulante e não circulante, respectivamente. Em 2021 foi pago o montante de R\$ 19.209.

(c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado de São Paulo que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(d) Aval

O Estado de São Paulo concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado, vide Nota 17.

(e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, sendo que os gastos são integralmente cobrados.
Em 2021, os gastos com os empregados cedidos a outras entidades estaduais somaram R\$ 734 (em 2020 - R\$ 2.108).
Não houve gastos com funcionários de outras entidades à disposição da Companhia em 2021 (em 2020 - R\$ 13).

(f) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de R\$ 3.613 relativo a terrenos e estruturas cedidas em comodato.

(g) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido (Plano G1), operado e administrado pela SABESPREV. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 129.600 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 319.053), vide Nota 22.

(h) Remuneração do Conselho Fiscal e da Administração

A remuneração dos Diretores, dos membros do Comitê Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal das Sociedades de Economia Mista controladas pelo Estado de São Paulo obedece às diretrizes do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) e é fixada em Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A.
O CODEC estabelece que nas empresas de capital aberto e listadas no segmento Novo Mercado da B3, controladas pelo Estado, a proposta de remuneração global e individual dos órgãos estatutários deve ser elaborada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia, no âmbito da Política Institucional de Remuneração e submetida à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Colegiada recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano. A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos Administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores - vale refeição, vale alimentação, assistência médica, previdência privada, descanso anual (com característica de licença remunerada de 30 (trinta) dias corridos, com pagamento adicional correspondente a um terço dos honorários mensais por ocasião do referido descanso), e FGTS.
A SABESP paga bônus para fins de remuneração de seus diretores, de acordo com as diretrizes do Estado de São Paulo, como política motivacional, desde que a Companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal de cada Diretor, nem 10% dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia, prevalecendo o que for menor.
Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho Fiscal indicados pelo acionista controlador e da Administração foram de R\$ 6.369 e R\$ 6.426 para os anos de 2021 e de 2020, respectivamente. Quantias adicionais de R\$ 1.440 e R\$ 1.439, referentes ao programa de bônus dos diretores, foram registradas nos anos de 2021 e de 2020, respectivamente.

(i) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), nas quais não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos. Desta forma, estas SPEs são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Aquapolo Ambiental

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Aquapolo Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 11.884 e R\$ 11.021, contabilizado no ativo circulante e ativo não circulante, na rubrica "Outros ativos" (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 9.420 e R\$ 23.866), respectivamente, sendo os juros calculados à taxa do CDI + 1,2% ao ano. Este contrato originalmente venceu em 30 de abril de 2015, tendo sido prorrogado para 30 de outubro de 2015, e em 25 de novembro de 2015 foi realizado novo aditamento alterando o cronograma de pagamento para três parcelas anuais, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2021 e a última em 30 de dezembro de 2023.

Águas de Andradina

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Águas de Andradina S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 34 e R\$ 1.009, contabilizado no ativo circulante e ativo não circulante da Companhia, respectivamente, na rubrica "Outros ativos", sendo os juros calculados à taxa do CDI + 3% ao ano.

Este contrato foi assinado em 17 de agosto de 2021. O principal juntamente com o reajuste, juros acumulados, e eventuais impostos que recaiam sobre o mesmo, deverão ser integralmente reembolsados pela Mutuária, à SABESP, até a data final de 31 de agosto de 2025.

(j) **FEHIDRO**

Em abril de 2021 a Companhia formalizou três contratos de financiamento no âmbito do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. Os recursos serão destinados para a execução de obras e serviços de esgotamento sanitário nos municípios de São Paulo, Itapeverica da Serra e Vargem Grande Paulista. O valor total do investimento é de R\$ 10,8 milhões, dos quais, R\$ 8,7 milhões, ou 80% do total, serão financiados pelo FEHIDRO e, R\$ 2,1 milhões, ou 20% do total, de contrapartida da SABESP. A taxa de juros do financiamento é 3,00% a.a., com prazo total de 59 meses, sendo 18 meses de carência e 41 meses de amortização.

12 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e, embora a participação no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, não havendo, no entanto, capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou "negócios em conjunto" - CPC 19 (R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

(a) **Sesamm**

Em 15 de agosto de 2008, a empresa Sesamm - Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A foi constituída com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de tratamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da empresa era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 36% de participação acionária e a GS Inima 64%.

As operações foram iniciadas em junho de 2012

(b) **Águas de Andradina**

Em 15 de setembro de 2010, a empresa Águas de Andradina S/A foi constituída com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da empresa era de R\$ 17.936, divididos em 17.936.174 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguá 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Andradina, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

(c) **Águas de Castilho**

Em 29 de outubro de 2010, a empresa Águas de Castilho foi constituída com objeto social de prestar serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da empresa era de R\$ 2.785, divididos em 2.785.227 ações nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguá 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Castilho, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em janeiro de 2011.

(d) **Attend Ambiental**

Em 23 de agosto de 2010, a empresa Attend Ambiental S/A foi constituída com o objeto social de implantar e operar de uma estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e exterior.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da empresa era de R\$ 37.677, divididos em 37.677.245 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 45% de participação acionária e a Estre detém 55%.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

(e) **Aquapolo Ambiental**

Em 8 de outubro de 2009, a empresa Aquapolo Ambiental foi constituída com objeto social de produzir, fornecer e comercializar de água de reúso para a Quattor Química S/A; Quattor Petroquímica S/A; Quattor Participações S/A e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico de Capuava e da região do ABC paulista.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

A Companhia cede como garantia ao empréstimo adquirido por meio de emissão de debêntures, o penhor de 100% de sua participação nas ações da Aquapolo Ambiental S/A.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

(f) **Paulista Geradora de Energia**

Em 13 de abril de 2015, a Companhia adquiriu ações da Empresa Paulista Geradora de Energia S/A, em sociedade com a Servtec Investimentos e Participações Ltda. (Servtec) e a Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda. (Tecniplan), cujo objeto social é a implantação e exploração comercial de potenciais hidráulicos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), localizadas na ETA Guarauí e Vertedouro Cascata.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da empresa era de R\$ 8.679, divididos em 8.679.040 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais a SABESP detém 25% de participação acionária, a Servtec detém 37,5% e a Tecniplan detém 37,5%.

Em 31 de dezembro de 2021 as operações ainda não haviam sido iniciadas.

O quadro a seguir apresenta o resumo das demonstrações financeiras das investidas nas quais a Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial:

	Patrimônio líquido		Dividendos distribuídos		Resultado do exercício	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	2021	2021	(*)	2020
Sesamm	58.421	51.514	(2.152)	9.059	-	7.332
Águas de Andradina	29.591	29.576	(2.320)	2.424	(89)	778
Águas de Castilho	9.384	8.533	(592)	1.428	15	1.613
Attend Ambiental	23.493	11.409	-	4.701	7.383	3.923
Aquapolo Ambiental	58.172	41.903	(9.000)	25.269	-	19.131
Paulista Geradora de Energia	6.153	6.692	-	(539)	-	(452)

	Investimentos		Dividendos distribuídos		Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	2021	2021	(*)	2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Sesamm	21.032	18.546	(775)	3.261	-	2.640	36%	36%
Águas de Andradina	8.877	8.873	(696)	727	(27)	233	30%	30%
Águas de Castilho	2.815	2.560	(178)	429	4	485	30%	30%
Saneaqua Mairinque ¹	-	-	-	-	-	(248)	4,6%	4,6%
Attend Ambiental	10.572	5.134	-	2.116	3.322	1.765	45%	45%
Aquapolo Ambiental	28.504	20.532	(4.410)	12.382	-	9.374	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	1.538	1.673	-	(135)	-	(113)	25%	25%
Total	73.338	57.318	(6.059)	18.780	3.299	14.136		
Outros investimentos	6.099	6.099	-	-	-	-	-	-
Total geral	79.437	63.417	-	-	-	-	-	-

(*) Os montantes apresentados se referem a movimentações no Patrimônio Líquido das investidas, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

(¹) Em 20 de agosto de 2020, a SABESP deixou de ter o controle compartilhado e descontinuou o uso do método de equivalência patrimonial, para o investimento realizado na Saneaqua Mairinque, reconhecendo o valor de R\$ 5.734 na rubrica "Outros investimentos".

13 Propriedades para Investimento

	31 de dezembro de 2020	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2021
Propriedades para investimento	46.274	(100)	(48)	46.126

	31 de dezembro de 2019	Transferência	Depreciação	31 de dezembro de 2020
Propriedades para investimento	47.562	(1.240)	(48)	46.274

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de mercado destas propriedades era de aproximadamente R\$ 386.000 e R\$ 383.000, respectivamente.

14 Ativo de contrato

	31 de dezembro de 2020	Adições (i)	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	31 de dezembro de 2021 (iii)
Total Ativo de contrato	7.969.164	4.759.789	2.412	(4.181.263)	8.550.102

	31 de dezembro de 2019	Adições	Transferências	Transferências de obras para o intangível	31 de dezembro de 2020
Total Ativo de contrato	7.617.714	3.984.158	55.706	(3.688.414)	7.969.164

(i) As maiores adições do período estão localizadas nos municípios de São Paulo, Guarulhos e Praia Grande nos montantes de R\$ 2.419 milhões, R\$ 180 milhões e R\$ 158 milhões, respectivamente.

(ii) As maiores transferências do período estão localizadas nos municípios de São Paulo, Itaquecetuba e São Bernardo do Campo, nos montantes de R\$ 2.270 milhões, R\$ 199 milhões e R\$ 180 milhões, respectivamente.

(iii) As maiores obras estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e São Bernardo do Campo, nos montantes de R\$ 3.955 milhões, R\$ 634 milhões e R\$ 407 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o ativo de contrato incluía o montante de R\$ 276.893 reconhecido como arrendamento. Os arrendamentos fazem parte do custo das obras, e desde junho de 2020, as obras complementares estão sendo executadas pela Companhia.

(a) **Capitalização de juros e demais encargos financeiros**

A Companhia capitaliza juros e variação monetária e cambial no ativo de contrato durante o período de construção. Em 2021 e 2020, a Companhia capitalizou o valor de R\$ 300.792 e R\$ 238.330, respectivamente.

(b) **Margem de construção**

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta.

Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso, a margem implícita para cobrir os custos de administração e a assunção do risco primário, é menor. Em 2021 e 2020 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção em 2021 e 2020 foi de R\$ 98.402 e R\$ 86.477, respectivamente.

(c) **Desapropriações**

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações são registrados no ativo de contrato durante as obras. Em 2021 e 2020, o total referente às desapropriações foi de R\$ 67.714 e R\$ 33.136, respectivamente.

15 Intangível

(a) **Saldos patrimoniais**

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão - valor patrimonial	696.728	(205.671)	491.057	671.904	(188.129)	483.775
Contratos de concessão - valor econômico	1.497.968	(816.527)	681.441	1.446.261	(711.596)	734.665
Contratos de programa	24.804.170	(7.652.149)	17.152.021	23.160.119	(6.799.812)	16.360.307
Contratos de programa - compromissos	1.709.757	(391.800)	1.317.957	1.709.757	(338.834)	1.370.923
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	22.834.803	(6.676.032)	16.158.771	20.579.676	(5.707.072)	14.872.604
Licença de uso de software	1.133.833	(535.099)	598.734	978.085	(437.460)	540.625
Direito de uso - Outros ativos	173.715	(69.862)	103.853	141.782	(99.106)	42.676
Total	52.850.974	(16.347.140)	36.503.834	48.687.584	(14.282.009)	34.405.575

(b) **Movimentação**

	31 de dezembro de 2020		Transferência de ativo de contrato	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2021
	Adições	Adições				
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão - valor patrimonial (*)	483.775	-	24.656	467	(148)	(17.693)
Contratos de concessão - valor econômico	734.665	-	52.275	(14)	(242)	(105.243)
Contratos de programa (*)	16.360.307	17.690	1.640.733	13.744	(8.840)	(871.613)
Contratos de programa - compromissos	1.370.923	-	-	-	-	(52.966)
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	14.872.604	14.950	2.307.851	(13.827)	(13.745)	(1.009.062)
Licença de uso de software	540.625	-	155.748	-	-	(97.639)
Direito de uso - Outros ativos	42.676	140.321	-	-	(4.103)	(75.041)
Total	34.405.575	172.961	4.181.263	370	(27.078)	(2.229.257)

(*) Em 31 de dezembro de 2021, as rubricas Contratos de concessão - valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 65.012 e R\$ 180.669, respectivamente.

	31 de dezembro de 2019		Reno-vação de contratos	Transferência de ativo de contrato	Transferências alienações	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2020
	Adições	Adições						
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão - valor patrimonial (*)	1.494.853	1	(1.031.830)	47.154	1.440	(858)	(26.985)	483.775
Contratos de concessão - valor econômico	712.852	-	-	113.320	(1.403)	(42)	(90.062)	734.665
Contratos de programa (*)	13.819.700	303.472	1.031.830	2.075.268	(51.570)	(5.423)	(812.970)	16.360.307
Contratos de programa - compromissos	1.364.875	58.323	-	-	-	-	(52.275)	1.370.923
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	14.390.763	20.940	-	1.382.656	(23.645)	(9.990)	(888.120)	14.872.604
Licença de uso de software	471.706	-	-	70.016	78.169	-	(79.266)	540.625
Direito de uso - Outros ativos	70.698	28.549	-	-	-	-	(56.571)	42.676
Total	32.325.447	411.285	-	3.688.414	2.991	(16.313)	(2.006.249)	34.405.575

(*) Em 31 de dezembro de 2020, as rubricas Contratos de concessão - valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 76.454 e R\$ 193.107, respectivamente.

Em 30 de junho de 2020, foi assinado contrato para a prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos e arrecadação de taxa do lixo no Município de Diadema pelo prazo de 40 anos. Os serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos estão em fase de estudo sobre o melhor formato para a operacionalização, estando condicionado, conforme previsão contratual, a uma parceria entre a SABESP e um privado, a qual ocorrerá por meio de chamamento público.

(c) **Intangíveis decorrentes de contratos de concessão**

A Companhia opera contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em sua maioria, fundamentada em contratos que estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (vide Nota 3.9 (a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia operava em 375 municípios no Estado de São Paulo. A maioria desses contratos tem duração de 30 anos, exceto os contratos com os municípios de Guarulhos, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuapá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARSESP.

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) **Contratos de concessão - valor patrimonial**

Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) **Contratos de concessão - valor econômico**

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas às novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

continuação...

SBS
LISTED
NYSE

S BSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

(v) Contratos de prestação de serviços - Município de São Paulo
Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou com o Estado e o Município de São Paulo um Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com intervenção da SABESP e anuência da ARSESP, cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal e Metropolitano, quando for o caso. O Plano de Investimentos será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e da inadimplência do período, reconhecido contabilmente no resultado, como custo operacional;
7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e
8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 6 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.

Em 18 de abril de 2014, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 484 apresentando o resultado definitivo da Revisão Tarifária da SABESP, porém tanto a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício nº 1.309/2014-SGM/GAB, como o Estado de São Paulo, por meio de requerimento apresentado pela Casa Civil do Estado de São Paulo através do ofício ATG/Ofício nº 092/2014-CC, solicitaram a prorrogação dos efeitos da Deliberação ARSESP nº 413, publicada no DOE em 20 de março de 2013, até a conclusão da revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Estado de São Paulo e a SABESP.

Em 9 de maio de 2018, a ARSESP anunciou o resultado final da Segunda Revisão Tarifária Ordinária e desde esse ciclo de revisão, a ARSESP está repassando às tarifas até 4% da receita municipal que é repassada pela SABESP para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura legalmente estabelecido. No âmbito da Segunda Revisão Tarifária Ordinária, que foi concluída em maio de 2018, o único contrato que previa isso e atendia às exigências da ARSESP era com o município de São Paulo. Dessa forma, 4% dos recursos repassados ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura de São Paulo foram repassados às tarifas do ciclo tarifário encerrado em abril de 2021.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não chegaram a um consenso para definição do percentual de repasse do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura às tarifas praticadas pela Companhia no Município de São Paulo, o que levou ao ajuizamento pela municipalidade de ação questionando o percentual previsto no contrato entre as partes. A municipalidade requereu a suspensão da ação e a SABESP ainda não foi citada.

Na época da assinatura do contrato a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou ações de cobrança das referidas contas, que permanecem em andamento e estão reconhecidas nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

O contrato com o Município de São Paulo representa 44,45% da receita de serviços de saneamento da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (44,58% em 31 de dezembro de 2020) o qual garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP.

(d) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP possui transações relacionadas às PPPs mencionadas a seguir. Estas transações e suas respectivas garantias estão suportadas em contratos efetuados com base na Lei nº 11.079/2004.

Sistema Produtor Alto Tietê

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A (atual SPAT Saneamento S/A), formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A e Companhia Águas do Brasil - CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiapuêba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou-se em outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores contábeis registrados no intangível, relacionados a esta PPP, eram de R\$ 269.062 e R\$ 287.645, respectivamente. Em 2021 e 2020 foi utilizada a taxa de desconto de 8,20% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

A SABESP cede mensalmente à sociedade de propósito específico CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 13.265, correspondente ao valor da remuneração mensal. O valor indicado acima é reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplimento nas obrigações mensais da SABESP com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia está efetiva desde o início da operação, e valerá até o término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Sistema Produtor São Lourenço

A Companhia e a sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

Em maio de 2018, foi concluída a transferência do controle acionário da sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A para a CGGC Construtora do Brasil Ltda., anteriormente formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A.

O contrato tem como objetivo: (i) a construção de um sistema produtor de água que consiste principalmente de uma adutora de água que interligará Ibiúna a Barueri e de estação de captação de água em Ibiúna, estação de tratamento de água em Vargem Grande Paulista e reservatórios de água; e (ii) a prestação de serviços com prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço.

As obras foram iniciadas em abril de 2014 e a PPP - Sistema Produtor São Lourenço (SPSL) entrou em operação definitiva em 10 de julho de 2018.

Desde o início das operações, a Companhia cede mensalmente à sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 36.519, correspondente ao valor da remuneração mensal, acrescida de eventuais juros e encargos. Esse valor é reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplimento nas obrigações mensais da Companhia com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia valerá até a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro: (i) data de pagamento original da última parcela de juros/amortização do financiamento principal que a SPE vier a contrair para a consecução das obras; (ii) término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores contábeis registrados no intangível, relacionados a esta PPP, eram de R\$ 2.895.798 e R\$ 3.065.445, respectivamente. A contabilização do ativo intangível foi apropriada de acordo com a evolução física da obra e a contrapartida é a conta Parceria Público-Privada - PPP, no passivo. Em 2021 foi utilizada a taxa de desconto de 7,80% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo
Alto Tietê	69.442	102.873	172.315	59.429	149.726	209.155
São Lourenço	73.315	2.814.555	2.887.870	70.778	2.895.340	2.966.118
Total	142.757	2.917.428	3.060.185	130.207	3.045.066	3.175.273

(e) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 4,9% e 4,7% em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

(f) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Foi implementado em 10 de abril de 2017, o Sistema Integrado de Gestão Empresarial (Enterprise Resource Planning - SAP ERP), que inclui o módulo administrativo/financeiro.

A implantação do módulo comercial, sistema Net@Suite, teve sua conclusão em 13 de outubro de 2021.

(g) Direito de uso

Natureza	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	de 2021	de 2020	de 2021	de 2020
Arrendamentos - Ativo de Contrato			276.893	276.893
Arrendamentos - Contrato de Concessão e Programa				
Custo	405.446	405.426		
Amortização acumulada	(159.765)	(135.865)		
(=) Líquido	245.681	269.561		
Outros ativos (*)				
Veículos	142.003	115.208		
Imóveis	6.570	15.508		
Equipamentos	9.841	4.541		
Outros ativos	15.301	6.525		
Amortização acumulada	(69.862)	(99.106)		
(=) Líquido	103.853	42.676		
Direito de uso	626.427	589.130		

(*) No período de janeiro a dezembro de 2021 foram baixados custo e amortização acumulada no montante de R\$ 108.406, referentes aos direitos de uso vencidos.

O passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos. Vide informações sobre o passivo na Nota 17. A tabela a seguir demonstra o valor do impacto sobre o resultado da Companhia:

Impacto sobre o resultado	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
Amortização do direito de uso	(75.041)		(79.834)	
Resultado financeiro - despesa de juros e variação monetária	(68.730)		(62.956)	
Despesas de arrendamentos de curto prazo e baixo valor	(22.467)		(13.845)	
Redução do lucro do exercício	(166.238)		(156.635)	

(h) Contratos de Performance

A SABESP possui contratos para construção de ativos no modelo de performance, nos quais a contratada é remunerada pela entrega de resultado e não somente pela execução de obras.

Os contratos de performance possuem basicamente 3 fases: (i) implantação do escopo - construção do ativo; (ii) apuração da performance do ativo construído; e (iii) pagamento de parcelas fixas.

A Sabesp acompanha a realização do contrato e reconhece os ativos no momento em que os benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia e os custos possam ser mensurados com confiabilidade. O valor da performance compõe o custo do ativo, pois entrega um desempenho melhor e consequentemente benefícios econômicos futuros adicionais para a Companhia.

O limite a ser remunerado ao fornecedor é de 120% do valor base do contrato. Na maioria dos contratos, quando o percentual de performance mínima não é atingido, o valor a ser pago ao fornecedor será apenas dos materiais aplicados na construção dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis destes contratos registrados no ativo de contrato e no intangível eram de R\$ 737.657 e R\$ 871.488 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 306.738 e R\$ 265.940), respectivamente.

16 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2021				31 de dezembro de 2020			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média anual de depreciação
Terrenos	94.213	-	94.213	-	94.213	-	94.213	-
Edificações	86.703	(41.205)	45.498	2,1%	86.860	(41.513)	45.347	2,1%
Equipamentos	397.782	(282.628)	115.154	15,1%	372.103	(271.087)	101.016	14,8%
Equipamentos de transporte	10.434	(7.962)	2.472	9,9%	10.319	(7.350)	2.969	9,9%
Móveis e utensílios	36.561	(14.482)	22.079	6,7%	31.232	(13.813)	17.419	6,7%
Outros	11.982	(241)	11.741	5,0%	7.618	(331)	7.287	4,9%
Total	637.675	(346.518)	291.157	11,1%	602.345	(334.094)	268.251	11,2%

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2020		Transfe-rências		Baixas e Depre-31 de dezembro	
	de 2020	Adições	de 2020	alienações	ciação	de 2021
Terrenos	94.213	-	1.251	-	-	94.213
Edificações	45.347	3.181 (1.965)	(5)	(1.060)	-	45.498
Equipamentos	101.016	38.807 (3.398)	(365)	(20.906)	-	115.154
Equipamentos de transporte	2.969	97	69	-	(663)	2.472
Móveis e utensílios	17.419	4.477	1.647	(206)	(1.258)	22.079
Outros	7.287	3.719	865	-	(130)	11.741
Total	268.251	50.281 (2.782)	(576)	(24.017)	-	291.157

	31 de dezembro de 2019		Transfe-rências		Baixas e Depre-31 de dezembro	
	de 2019	Adições	de 2019	alienações	ciação	de 2020
Terrenos	92.962	-	1.251	-	-	94.213
Edificações	41.705	5.430 (713)	-	(1.075)	-	45.347
Equipamentos	152.273	26.055 (49.188)	(174)	(27.950)	-	101.016
Equipamentos de transporte	1.984	298	1.351	-	(664)	2.969
Móveis e utensílios	18.219	4.087 (3.712)	(103)	(1.072)	-	17.419
Outros	7.250	6.537 (6.446)	-	(54)	-	7.287
Total	314.393	42.407 (57.457)	(277)	(30.815)	-	268.251

17 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional						
Debêntures 12ª Emissão	45.450	113.049	158.499	45.450	158.425	203.875
Debêntures 14ª Emissão	25.388	-	25.388	51.873	24.205	76.078
Debêntures 17ª Emissão	102.252	101.982	204.234	91.850	183.335	275.185
Debêntures 18ª Emissão	48.479	92.677	141.156	45.918	135.105	181.023
Debêntures 21ª Emissão	174.849	-	174.849	175.000	174.769	349.769
Debêntures 22ª Emissão	200.000	508.530	708.530	99.969	678.149	778.118
Debêntures 23ª Emissão	-	864.776	864.776	-	864.678	864.678
Debêntures 24ª Emissão	-	461.350	461.350	-	414.994	414.994
Debêntures 25ª Emissão	-	-	-	1.442.610	-	1.442.610
Debêntures 26ª Emissão	-	1.168.317	1.168.317	-	1.047.767	1.047.767
Debêntures 27ª Emissão	-	997.433	997.433	-	997.000	997.000
Debêntures 28ª Emissão	-	1.197.395	1.197.395	-	-	-
Debêntures 29ª Emissão	-	1.230.602	1.230.602	-	-	-
Caixa Econômica Federal	98.784	1.380.170	1.478.954	90.382	1.324.459	1.414.841
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	13.394	6.665	20.059	13.185	20.247	33.432
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	7.161	30.308	37.469	7.159	37.447	44.606
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	4.851	20.619	25.470	4.851	25.470	30.321
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	26.751	60.089	86.840	26.751	86.809	113.560
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	117.593	617.251	734.844	86.823	542.519	629.342
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	33.558	420.685	454.243	33.558	454.126	487.684
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	6.524	22.874	29.398	5.143	23.017	28.160
Inter-American Development Bank - BID 2202	181.349	2.344.403	2.525.752	181.349	2.524.798	2.706.147
Inter-American Development Bank - BID INVEST	34.800	890.400	925.200	44.815	898.060	942.875
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	36.640	360.671	397.311	28.847	399.896	428.743
Arrendamento Mercantil (Outros)	69.306	56.663	125.969	36.576	9.300	45.876
Outros	4.790	9.274	14.064	3.778	11.382	15.160
Juros e Demais Encargos	239.581	-	239.581	158.918	-	158.918
Total em moeda nacional	1.471.500	12.956.183	14.427.683			

continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Em moeda nacional	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Debêntures 12ª Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	Recursos próprios	2022	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 17ª Emissão	Recursos próprios	2023	CDI + 0,75% (1ª série) e 4,5% (2ª série) e 4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 18ª Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 21ª Emissão	Recursos próprios	2022	CDI + 0,60% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série)	
Debêntures 22ª Emissão	Recursos próprios	2025	CDI + 0,58% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série) e 6,0% (3ª série)	IPCA (3ª série)
Debêntures 23ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 0,49% (1ª série) e CDI+ 0,63% (2ª série)	
Debêntures 24ª Emissão	Recursos próprios	2029	3,20% (1ª série) e 3,37% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 25ª Emissão	Recursos próprios	2021	CDI + 3,30%	
Debêntures 26ª Emissão	Recursos próprios	2030	4,65% (1ª série) e 4,95% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 27ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 1,60% (1ª série) e CDI+ 1,80% (2ª série) e 2,25% (3ª série)	
Debêntures 28ª Emissão	Recursos próprios	2028	CDI + 1,20% (1ª série) e CDI+ 1,44% (2ª série) e 1,60% (3ª série)	
Debêntures 29ª Emissão	Recursos próprios	2036	CDI + 1,29% (1ª série) e 5,3058% (2ª série) e 5,4478% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2022/2042	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	Recursos próprios	2023	TJLP + 1,82%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	TJLP + 1,92%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÉ III	Recursos próprios	2028	TJLP + 1,66%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	Recursos próprios	2035	TJLP + 2,18%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	Recursos próprios	2026	TJLP + 1,76%	
Inter-American Development Bank - BID 2202	Governo Federal	2035	CDI + 0,86%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST	Recursos próprios	2034	CDI+ 1,90% e CDI 2,70%	
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	Recursos próprios	2035	7,73% a 10,12%	IPC
Arrendamento Mercantil (Outros)		2026	4,25% a 12,34%	
Outros	Recursos próprios	2025	3% (FEHIDRO) TJLP + 1,5% (FINEP)	

Em moeda estrangeira	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Variação cambial
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$ 41.112 mil	Governo Federal	2025	3,31% (*)	US\$
Inter-American Development Bank - BID 4623 - US\$ 30.329 mil	Governo Federal	2044	1,12% (*)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRDS 7662 e 8916 - US\$ 76.712 mil	Governo Federal	2034	2,85% (*)	US\$
JICA 15 - lene 9.219.440 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	lene
JICA 18 - lene 8.289.280 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	lene
JICA 17 - lene 3.706.564 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	lene
JICA 19 - lene 28.109.529 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	lene
BID 1983AB - US\$ 15.385 mil	-	2023	2,08% a 2,38% (*)	US\$

(*) Taxas compostas pela LIBOR + spread definido contratualmente.

(i) Cronograma de liquidação - saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 até 2044	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures	596.418	694.806	1.062.558	1.194.424	1.074.178	1.153.648	1.556.497	7.332.529
Caixa Econômica Federal	98.784	94.055	93.315	99.152	105.355	111.936	876.357	1.478.954
BNDES	209.832	203.103	196.438	176.274	166.466	154.029	282.181	1.388.323
BID 2202	181.349	181.349	181.349	181.349	181.349	181.349	1.437.658	2.525.752
BID INVEST	34.800	37.340	39.550	44.300	106.390	108.728	554.092	925.200
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	36.640	39.132	40.228	44.322	30.846	30.481	175.662	397.311
Arrendamento Mercantil (Outros)	69.306	40.094	9.640	5.656	1.273	-	-	125.969
Outros	4.790	4.719	2.393	2.162	-	-	-	14.064
Juros e Demais Encargos	239.581	-	-	-	-	-	-	239.581
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	1.471.500	1.294.598	1.625.471	1.747.639	1.665.857	1.740.171	4.882.447	14.427.683
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	57.357	57.357	57.357	61.811	8.908	8.908	132.922	384.620
BIRD	33.927	33.928	33.928	33.928	33.928	33.928	216.688	420.255
JICA	206.815	206.815	206.815	206.815	206.815	206.815	1.147.034	2.387.924
BID 1983AB	42.927	42.336	-	-	-	-	-	85.263
Juros e Demais Encargos	18.091	-	-	-	-	-	-	18.091
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	359.117	340.436	298.100	302.554	249.651	249.651	1.496.644	3.296.153
Total Geral	1.830.617	1.635.034	1.923.571	2.050.193	1.915.508	1.989.822	6.379.091	17.723.836

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2020	Adição - arrendamento	31 de dezembro de 2020	Adição - arrendamento	Variáveis monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Juros Amortizações provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2021	
EM MOEDA NACIONAL												
Debêntures	6.756.504	-	2.450.000	(25.717)	225.106	-	(387.618)	(1.963.282)	258.114	139.563	15.298	7.467.968
Caixa Econômica Federal	1.418.832	-	156.488	-	685	-	(113.030)	(93.064)	79.966	33.236	-	1.483.113
BNDES	1.370.902	-	207.136	-	-	-	(88.084)	(186.179)	51.122	37.688	259	1.392.844
BID 2202	2.730.195	-	-	-	-	-	(97.829)	(181.349)	63.964	73.506	955	2.589.442
BID INVEST	944.513	-	-	-	-	-	(33.276)	(18.340)	63.380	-	665	956.942
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	428.743	-	-	-	-	-	(52.250)	(31.432)	52.250	-	-	397.311
Arrendamento Mercantil (Outros)	45.876	140.187	-	-	-	-	(15.782)	(76.013)	31.701	-	-	125.969
Outros	15.197	-	2.921	(32)	-	-	(718)	(3.986)	690	22	-	14.094
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	13.710.762	140.187	2.816.545	(25.749)	225.791	-	(788.587)	(2.553.645)	601.187	284.015	17.177	14.427.683
EM MOEDA ESTRANGEIRA												
BIDs	317.302	-	108.728	(7.620)	22.979	-	(8.488)	(53.197)	7.936	-	197	387.837
BIRD	426.860	-	-	(3.377)	30.814	-	(2.481)	(32.965)	1.789	-	241	420.881
JICA	2.684.321	-	34.360	(76)	(108.851)	10.198	(43.184)	(216.190)	35.315	5.802	192	2.401.887
BID 1983AB	119.379	-	-	-	6.536	-	(2.705)	(40.607)	1.753	777	415	85.548
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	3.547.862	-	143.088	(11.073)	(48.522)	10.198	(56.858)	(342.959)	46.793	6.579	1.045	3.296.153
Total Geral	17.258.624	140.187	2.959.633	(36.822)	177.269	10.198	(845.445)	(2.896.604)	647.980	290.594	18.222	17.723.836

	31 de dezembro de 2019	Conversão moeda estrangeira / arrendamento nacional	31 de dezembro de 2019	Adição - arrendamento	Custos de captações	Variáveis monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Juros Amortizações provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2020	
EM MOEDA NACIONAL													
Debêntures	3.711.228	-	-	3.507.640	(52.328)	86.939	-	(161.494)	(572.871)	201.150	26.073	10.167	6.756.504
Caixa Econômica Federal	1.429.250	-	-	74.485	-	-	-	(111.601)	(84.821)	73.067	38.452	-	1.418.832
BNDES	1.201.411	-	-	213.514	-	-	-	(47.164)	(81.213)	47.668	36.427	259	1.370.902
BID 2202	-	2.807.371	-	-	-	-	-	(37.613)	(90.674)	22.668	27.886	557	2.730.195
BID INVEST	-	-	-	950.000	(7.125)	-	-	-	-	1.638	-	-	944.513
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	459.671	-	-	-	-	-	-	(51.431)	(30.928)	51.431	-	-	428.743
Arrendamento Mercantil (Outros)	74.453	-	28.549	-	-	-	-	(9.108)	(56.571)	8.553	-	-	45.876
Outros	9.898	-	-	7.250	-	-	-	(671)	(1.962)	651	31	-	15.197
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	6.885.911	2.807.371	28.549	4.752.889	(59.453)	86.939	-	(419.082)	(919.040)	406.826	128.869	10.983	13.710.762
EM MOEDA ESTRANGEIRA													
BIDs	2.316.190	(2.807.371)	-	52.141	(6.635)	845.246	48.246	(45.010)	(121.088)	10.490	24.695	398	317.302
BIRD	357.880	-	-	-	(2.029)	102.029	1.217	(7.572)	(31.216)	5.659	752	140	426.860
Eurobônus	1.413.956	-	-	-	-	457.931	-	(104.170)	(1.868.676)	90.941	9.195	823	-
JICA	2.106.908	-	-	40.830	(117)	715.956	17.841	(43.758)	(200.597)	40.172	6.897	189	2.684.321
BID 1983AB	163.864	-	-	-	(152)	59.078	-	(7.033)	(103.482)	5.843	618	643	119.379
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	6.358.798	(2.807.371)	-	92.971	(8.933)	2.180.240	67.304	(207.543)	(2.325.059)	159.105	42.157	2.193	3.547.862
Total Geral	13.244.709	-	28.549	4.845.860	(68.386)	2.267.179	67.304	(626.625)	(3.244.099)	559.931	171.026	13.176	17.258.624

(a) Principais eventos ocorridos no exercício de 2021

Debêntures

No exercício de 2021 ocorreram amortizações nos montantes de R\$ 91,7 milhões, R\$ 100,0 milhões, R\$ 175,0 milhões e R\$ 1.585,9 milhões (sendo R\$ 1.450,0 milhões de principal e R\$ 135,9 milhões de juros), referentes às 17ª, 22ª, 21ª e 25ª emissões de debêntures, respectivamente.

28ª emissão de debêntures

Em julho de 2021 a Companhia captou o montante de R\$ 1,2 bilhão decorrente da 28ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em até três séries nos termos da Instrução da CVM nº 476. Os recursos captados foram destinados ao refinanciamento de compromissos em 2021 e à recomposição de caixa da Companhia.

A realização da 28ª emissão de debêntures, ocorreu da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
1ª série	R\$ 127.800	07/2024	CDI + 1,20% a.a.
2ª série	R\$ 888.200	07/2026	CDI + 1,44% a.a.
3ª série	R\$ 184.000	07/2028	CDI + 1,60% a.a.

28ª emissão de debêntures

Em dezembro de 2021, a Companhia captou o montante de R\$ 1,25 bilhão referente a realização da 29ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em três séries nos termos da Instrução da CVM nº 400.

Os recursos provenientes da captação da primeira série serão destinados ao refinanciamento

continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(d) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
	(em milhões de Reais (*)	
Caixa Econômica Federal	1.353	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	455	
Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA	48	
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1.505	
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	1.392	
Outros	16	
TOTAL	4.769	

(*) Utilizada cotação do Banco Central do Brasil de fechamento de venda na data de 31 de dezembro de 2021 (US\$ 1,00 = R\$ 5,5805; ¥ 1,00 = R\$ 0,04847). Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

18 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Impostos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social	259.902	-
IRRF sobre aplicações financeiras	13.041	4.391
Outros tributos federais	3.161	18.281
Total	276.104	22.672

Em 31 de dezembro de 2021 houve a apuração de imposto de renda e contribuição social a recuperar em decorrência do maior valor pago por estimativa desses tributos durante o ano. No exercício de 2020, o saldo desses tributos resultou num passivo, o qual estava registrado na rubrica "Impostos e contribuições a recolher".

(b) Passivo circulante

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Impostos e contribuições a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	-	69.041
Cofins e Pasep	111.963	93.601
INSS	39.902	37.599
IRRF	49.468	21.287
Outros	55.797	45.291
Total	257.130	266.819

19 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Impostos diferidos ativo		
Provisões	503.374	436.445
Obrigações previdenciárias - G1	150.577	154.498
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	47.589	50.142
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	183.963	155.719
Outros	127.092	134.932
Total do ativo fiscal diferido	1.012.595	931.736
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(368.235)	(388.675)
Capitalização de custos de empréstimos	(404.931)	(390.211)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(353.262)	(356.513)
Ganho atuarial - Plano G1	(109.271)	(48.979)
Margem de construção	(46.079)	(48.843)
Custas de captação	(14.556)	(19.231)
Total do passivo fiscal diferido	(1.296.334)	(1.252.452)
Passivo fiscal diferido líquido	(283.739)	(320.716)

(b) Realização

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Impostos diferidos ativo		
a ser realizado em até 12 meses	280.373	263.580
a ser realizado depois de um ano	732.222	668.156
Total do ativo fiscal diferido	1.012.595	931.736
Impostos diferidos passivo		
a ser realizado em até 12 meses	(31.777)	(31.388)
a ser realizado depois de um ano	(1.264.557)	(1.221.064)
Total do passivo fiscal diferido	(1.296.334)	(1.252.452)
Passivo fiscal diferido	(283.739)	(320.716)

(c) Movimentação

	31 de dezembro de 2020	Variação líquida	31 de dezembro de 2021
Impostos diferidos ativo			
Provisões	436.445	66.929	503.374
Obrigações previdenciárias - G1	154.498	(3.921)	150.577
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	50.142	(2.553)	47.589
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	155.719	28.244	183.963
Outros	134.932	(7.840)	127.092
Total	931.736	80.859	1.012.595
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(388.675)	20.440	(368.235)
Capitalização de custos de empréstimos	(390.211)	(14.720)	(404.931)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(356.513)	3.251	(353.262)
Ganho atuarial - G1	(48.979)	(60.292)	(109.271)
Margem de construção	(48.843)	2.764	(46.079)
Custas de captação	(19.231)	4.675	(14.556)
Total	(1.252.452)	(43.882)	(1.296.334)
Passivo fiscal diferido líquido	(320.716)	36.977	(283.739)

	31 de dezembro de 2019	Variação líquida	31 de dezembro de 2020
Impostos diferidos ativo			
Provisões	366.673	69.772	436.445
Obrigações previdenciárias - G1	157.998	(3.500)	154.498
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	51.818	(1.676)	50.142
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	145.622	10.097	155.719
Outros	183.147	(48.215)	134.932
Total	905.258	26.478	931.736
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(408.732)	20.057	(388.675)
Capitalização de custos de empréstimos	(409.236)	19.025	(390.211)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(372.289)	15.776	(356.513)
Ganho atuarial - G1	(54.222)	5.243	(48.979)
Margem de construção	(83.399)	34.556	(48.843)
Custas de captação	(11.376)	(7.855)	(19.231)
Total	(1.339.254)	86.802	(1.252.452)
Passivo fiscal diferido líquido	(433.996)	113.280	(320.716)

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(320.716)	(433.996)
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	97.269	108.037
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial (Nota 22)	(60.292)	5.243
Total da variação líquida	36.977	113.280
Saldo final	(283.739)	(320.716)

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro antes dos impostos	3.170.156	1.326.002
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(1.077.853)	(450.841)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	200.073	126.604
Diferenças permanentes		
Provisão Lei nº 4.819/1958 - G0 (i)	(22.640)	(37.675)
Doações	(16.723)	(8.672)
Outras diferenças	52.856	17.900
Imposto de renda e contribuição social	(864.287)	(352.684)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(961.556)	(460.721)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.269	108.037
Alíquota efetiva	27%	27%

(i) Diferença permanente relativa à provisão da obrigação atuarial, vide Nota 22 (ii) e (v).

20 Provisões

(a) Processos e ações que resultam em provisões

(i) Saldos patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais. A Administração reconhece provisões de forma consistente com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na Nota 3.15. O prazo e os montantes dos pagamentos são determinados pelo resultado desses processos.

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Depósitos judiciais vinculados	Provisões adicionais	Depósitos judiciais vinculados	Provisões adicionais
Ações com clientes (i)	168.258	(10.780)	157.478	(10.553)
Ações com fornecedores (ii)	477.854	(123)	477.731	(358)
Outras questões cíveis (iii)	95.601	(2.523)	93.078	(2.505)
Ações tributárias (iv)	57.509	(2.693)	54.816	(2.410)
Ações trabalhistas (v)	349.962	(15.864)	334.098	(15.503)
Ações ambientais (vi)	331.326	(34)	331.292	(31)
Total	1.480.510	(32.017)	1.448.493	(31.360)
Circulante	809.821	-	809.821	-
Não circulante	670.689	(32.017)	638.672	(31.360)

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2020	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2021
Ações com clientes (i)	160.705	32.996	29.685	(30.972)	(24.156)	168.258
Ações com fornecedores (ii)	410.734	92.135	90.788	(71.238)	(44.565)	477.854
Outras questões cíveis (iii)	86.083	15.477	12.850	(10.056)	(8.753)	95.601
Ações tributárias (iv)	59.678	8.630	8.054	(15.133)	(3.720)	57.509
Ações trabalhistas (v)	316.880	100.245	36.373	(66.220)	(37.316)	349.962
Ações ambientais (vi)	249.582	40.477	50.957	(33)	(9.657)	331.326
Subtotal	1.283.662	289.960	228.707	(193.652)	(128.167)	1.480.510
Depósitos judiciais vinculados	(31.360)	(39.586)	(11.852)	48.805	1.976	(32.017)
Total	1.252.302	250.374	216.855	(144.847)	(126.191)	1.448.493

	31 de dezembro de 2019	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2020
Ações com clientes (i)	253.665	16.465	19.638	(78.640)	(50.423)	160.705
Ações com fornecedores (ii)	153.654	149.566	201.259	(68.801)	(24.944)	410.734
Outras questões cíveis (iii)	93.910	15.944	11.109	(23.009)	(11.871)	86.083
Ações tributárias (iv)	59.143	4.333	2.737	(1.875)	(4.660)	59.678
Ações trabalhistas (v)	325.129	61.782	35.541	(61.039)	(44.533)	316.880
Ações ambientais (vi)	192.950	35.392	27.718	-	(6.478)	249.582
Subtotal	1.078.451	283.482	298.002	(233.364)	(142.909)	1.283.662
Depósitos judiciais vinculados	(42.643)	(12.907)	(2.225)	18.675	7.740	(31.360)
Total	1.035.808	270.575	295.777	(214.689)	(135.169)	1.252.302

(b) Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os passivos contingentes, líquidos de depósitos judiciais, estão assim representados:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ações com clientes (i)	173.875	110.508
Ações com fornecedores (ii)	1.521.935	1.350.308
Outras questões cíveis (iii)	852.735	758.800
Ações tributárias (iv)	1.548.781	1.253.636
Ações trabalhistas (v)	1.095.841	1.005.648
Ações ambientais (vi)	3.201.716	5.981.837
Total	8.394.883	10.460.737

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Referem-se principalmente às ações de clientes que pleiteiam que suas tarifas devam ser iguais às de outras categorias de consumidores, às ações de redução de tarifas de esgoto em função das perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e às ações de redução de tarifa, com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social.

(ii) Ações com fornecedores

Estas ações foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária e desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e estão em tramitação nas diversas esferas judiciais.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se, principalmente, às indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, tais como acidentes de veículos, sinistros, questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, entre outros, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(iv) Ações tributárias

Referem-se, principalmente, à cobrança de tributos e multas de postura geral, questionadas em virtude da discordância quanto à atuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia, que foram provisionados e outros que foram considerados passivos contingentes.

O Município de São Paulo, por meio da Lei nº 13.476/2022, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 857.688 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 731.809), que atualmente são objeto de três executivos fiscais. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo município. Houve recurso de apelação, cujo acórdão foi favorável à Companhia. Pendente recurso especial e extraordinário do Município. A Companhia considerou o processo como passivo contingente.

(v) Ações trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversas ações trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(vi) Ações ambientais

Referem-se a diversos processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenizações por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os principais objetos nos quais a Companhia está envolvida são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do município, sob pena de pagamento de multa; e c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros.

A redução dos passivos contingentes provém principalmente das revisões de expectativas de processos, decorrentes de decisões judiciais favoráveis à Companhia.

(d) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, nos quais discute questões indenizatórias pela retomada dos serviços de saneamento por alguns municípios ou pelo direito de continuar explorando os referidos serviços.

O valor reconhecido em indenizações a receber, no ativo não circulante, referente aos municípios de Cajobi, Macatuba, Álvares Florence, Embaúba, Araçoiaba da Serra e Itapira é de R\$ 27.539 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, sendo registradas perdas estimadas no montante integral. Nenhum dos municípios mencionados é operado pela Companhia. Quando algum município obtém êxito final na justiça lhe assegurando a reintegração de posse e operação dos serviços de saneamento, a legislação brasileira prevê a indenização dos investimentos efetuados pela Companhia.

(e) Processos ambientais com acordos firmados

Em 2021, a Companhia não firmou nenhum acordo judicial.

(f) Seguro garantia

continuação...

SBS
LISTED
NYSE

S BSP
B3 LISTED NM



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

(ii) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas com as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas considerando o período de janeiro a dezembro, com previsão de pagamento no ano subsequente.

22 Obrigações Previdenciárias

A Companhia possui Planos de Benefício Pós-Emprego nas modalidades: Benefício Definido (BD) - G1 (i) e G0 (ii); e Contribuição Definida (CD) - Sabesprev Mais (iii) e VIVEST (iv). A conciliação dos gastos com tais planos está demonstrada no item (v).

Demonstrações dos planos de benefício definido

Resumo das obrigações previdenciárias - Passivo

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Valor presente das obrigações de benefício definido	(2.764.027)	(2.192.062)	(4.956.089)	(3.112.980)	(2.549.541)	(5.662.521)
Valor justo dos ativos do plano	2.634.427	-	2.634.427	2.793.927	-	2.793.927
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	(129.600)	(2.192.062)	(2.321.662)	(319.053)	(2.549.541)	(2.868.594)

Movimentação do Passivo

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Passivos do plano						
Obrigações de benefício definido, início do exercício	(3.112.980)	(2.549.541)	(5.662.521)	(3.067.094)	(3.046.255)	(6.113.349)
Custo do serviço corrente	(32.777)	-	(32.777)	(40.404)	-	(40.404)
Custo dos juros	(205.707)	(158.244)	(363.951)	(208.485)	(206.262)	(414.747)
Ganhos/(perdas) atuárias contabilizadas como ajustes de avaliação patrimonial	414.823	330.337	745.160	64.637	521.331	585.968
Benefícios pagos	172.614	185.386	358.000	138.366	181.645	320.011
Obrigações de benefício definido, final do exercício	(2.764.027)	(2.192.062)	(4.956.089)	(3.112.980)	(2.549.541)	(5.662.521)
Ativos do plano						
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	2.793.927	-	2.793.927	2.752.417	-	2.752.417
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	184.687	-	184.687	187.317	-	187.317
Contribuições da Companhia	35.368	-	35.368	36.010	-	36.010
Contribuições dos participantes	30.551	-	30.551	36.608	-	36.608
Benefícios pagos	(172.614)	-	(172.614)	(138.366)	-	(138.366)
Ganhos/(perdas) atuárias contabilizadas como ajustes de avaliação patrimonial	(237.492)	-	(237.492)	(80.059)	-	(80.059)
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	2.634.427	-	2.634.427	2.793.927	-	2.793.927
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	(129.600)	(2.192.062)	(2.321.662)	(319.053)	(2.549.541)	(2.868.594)

Movimentação do patrimônio líquido - Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia, em atendimento ao CPC33 (R1) e à IAS19, reconheceu os ganhos/(perdas) decorrentes de alterações de premissas atuárias no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2020		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Ganhos/(perdas) atuárias sobre as obrigações	414.823	330.337	745.160	64.637	521.331	585.968
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(237.492)	-	(237.492)	(80.059)	-	(80.059)
Total dos ganhos/(perdas)	177.331	330.337	507.668	(15.422)	521.331	505.909
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(60.292)	-	(60.292)	5.243	-	5.243
Ajuste de avaliação patrimonial	117.039	330.337	447.376	(10.179)	521.331	511.152

Movimentação do resultado do exercício

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Custo do serviço líquido	2.227	-	2.227	4.608	-	4.608
Custo dos juros	205.707	158.244	363.951	208.485	206.262	414.747
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(184.687)	-	(184.687)	(187.317)	-	(187.317)
Valor recebido do Estado de São Paulo (incontroverso)	-	(91.657)	(91.657)	-	(95.452)	(95.452)
Total dos gastos	23.247	66.587	89.834	25.776	110.810	136.586

Perfil de vencimento das obrigações

	31 de dezembro de 2021	
	Plano G1	Plano G0
Pagamento de benefícios esperados em 2022	198.074	179.875
Pagamento de benefícios esperados em 2023	188.437	173.944
Pagamento de benefícios esperados em 2024	178.787	167.140
Pagamento de benefícios esperados em 2025	169.738	159.604
Pagamento de benefícios esperados em 2026 ou posterior	2.028.991	1.511.499
Total	2.764.027	2.192.062
Duration	11,63 anos	9,24 anos

Premissas atuárias utilizadas

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Plano G1	Plano G0	Plano G1	Plano G0
Taxa de desconto real (NTN-B)	5,53% a.a.	5,26% a.a.	3,44% a.a.	3,07% a.a.
Taxa de inflação	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial	5,06% a.a.	5,06% a.a.	5,32% a.a.	5,32% a.a.
	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
	(Segregado por sexo)	(Segregado por sexo)	(Segregado por sexo)	(Segregado por sexo)

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade às mudanças nas principais premissas ponderadas do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2021, é:

Premissa	Alteração na premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido	
		G1	G0
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 244.999	Redução de R\$ 158.221
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 289.735	Aumento de R\$ 180.948
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 61.361	Aumento de R\$ 101.021
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 56.181	Redução de R\$ 90.081
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 19.402	Aumento de R\$ 227.529
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 16.464	Redução de R\$ 202.363

(i) Plano G1

Administrado pela SABESP, este plano de benefício definido financiado ("Plano G1"), fechado para novas adesões desde julho de 2010, recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da SABESP, sendo:

- 0,99% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 8,39% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2021, o número de participantes ativos e inativos era 2.930 e 8.109 (em 31 de dezembro de 2020 - 3.512 e 7.580), respectivamente.

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 em 2021 foram de R\$ 35.368 e R\$ 30.551 (em 2020 - R\$ 36.009 e R\$ 36.608), respectivamente. Deste montante, no exercício de 2021, a Companhia e os participantes efetuaram pagamentos referentes ao déficit atuarial nos montantes de R\$ 28.829 e R\$ 23.609 (em 2020 - R\$ 26.326 e R\$ 26.895), respectivamente.

	2022
Gastos previstos para o exercício seguinte	1.020
Custo do serviço líquido	231.745
Custo dos juros	(221.079)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	11.686
Gasto a ser reconhecido pela Companhia	-

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados à utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local e internacional, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESP e de consultores financeiros independentes:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	%	%	%	%
Total renda fixa	1.613.153	61,2	1.811.164	64,8
Total renda variável	261.665	9,9	311.958	11,2
Total investimentos estruturados	599.970	22,8	575.943	20,6
Outros	159.639	6,1	94.862	3,4
Valor justo dos ativos do plano	2.634.427	100	2.793.927	100

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- papéis securitizados pelo Tesouro Nacional;
 - instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.
- As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são:
- operações de day-trade;
 - venda de ações a descoberto;
 - operações de swap sem garantia; e
 - não será permitida a alavancagem, operações com derivativos que representem uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.
- Em 31 de dezembro de 2021, a SABESP não possuía ativos financeiros emitidos pela Companhia em sua carteira própria; contudo, poderia haver tais ativos na carteira dos fundos de investimentos investidos pela Fundação. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

(ii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/1958, funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 e adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Estado de São Paulo e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2021, o número de participantes ativos e inativos era 8 e 1.794 (em 31 de dezembro de 2020 - 10 e 1.862), respectivamente.

Despesas previstas para o exercício seguinte

	2022
Custo dos juros	176.953
Despesa a ser reconhecida	176.953

(iii) Plano Sabesprev Mais

Administrado pela SABESP, em 31 de dezembro de 2021, este Plano de Contribuição Definida tinha 9.463 participantes entre ativos e assistidos (em 31 de dezembro de 2020 - 9.587).

As contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

(iv) VIVEST

O Plano Sabesprev Mais foi fechado para novas adesões em 31 de dezembro de 2019 e desde 1º de janeiro de 2020 os empregados admitidos têm a opção de aderir ao Plano de Contribuição Definida da Fundação CESP (VIVEST), assim como aqueles empregados não optantes pelo Plano Sabesprev Mais. Em 31 de dezembro de 2021 o número de participantes era 46 (em 31 de dezembro de 2020 - 24).

(v) Conciliação dos gastos com obrigações previdenciárias

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Plano G1 (i)	23.247	25.776
Plano G0 (ii)	66.587	110.810
Plano Sabesprev Mais (iii)	22.406	21.700
Plano VIVEST (iv)	160	58
Subtotal	112.400	158.344
Capitalizados	(4.118)	(4.904)
Outros	5.527	5.841
Obrigações Previdenciárias (Nota 29)	113.809	159.281

23 Serviços a pagar

Nessa rubrica são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como: fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias, entre outros. Também são registrados os valores a pagar do repasse de 7,5% da receita do Município de São Paulo para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (Nota 15 (c) (v) (6)). Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram de R\$ 469.027 e R\$ 453.750, respectivamente.

24 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social autorizado, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 15.000.000 era composto de 683.509.869 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas.

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Estado de São Paulo	343.506.664	50,3	343.507.729	50,3
Outros acionistas				
No país (1)	234.965.971	34,4	254.868.646	37,3
No exterior (2) (3)	105.037.234	15,3	85.133.494	12,4
Total	683.509.869	100,0	683.509.869	100,0

- Em 31 de dezembro de 2021, as ações ordinárias negociadas no Brasil eram detidas por 40.428 acionistas. Inclui 6 ações detidas pela Cia Paulista de Parcerias - CPP, empresa controlada pelo Governo do Estado de São Paulo.
- Ações negociadas na forma de American Depositary Receipts (ADR) na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do The Bank New York Mellon, banco depositário dos ADRs da Companhia.
- Cada ADR equivale a uma ação.

(b) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.305.869	973.318
(-) Reserva legal - 5%	115.293	48.666
	2.190.576	924.652
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	547.645	231.163
Dividendo por ação	0,80122	0,33820

A Assembleia Geral de Acionistas aprovou em 29 de abril de 2021, a distribuição de dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 40.806, relativo ao exercício de 2020. Dessa forma, o valor de R\$ 26.376, relativo à parcela excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto social, registrado no patrimônio líquido de 2020 na rubrica "Dividendos adicionais propostos" foi transferido para o passivo circulante. O pagamento teve início em junho de 2021.

A Companhia pôs ad referendum da Assembleia Geral de Acionistas de 2022, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 547.645 (R\$ 231.163 em 2020) e dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 96.700 (R\$ 40.806 em 2020), perfazendo um total de R\$ 644.345 (R\$ 271.969 em 2020), correspondentes a R\$ 0,9427 por ação ordinária (R\$ 0,3979 em 2020), a serem referendados na Assembleia Geral em 28 de abril de 2022. O montante de R\$ 96.700 (R\$ 40.806 em 2020) foi reclassificado dentro do Patrimônio Líquido para a conta de "Dividendo adicional proposto", neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 41.069 (R\$ 14.430 em 2020).

A Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 41.069 (R\$ 14.430 em 2020) referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativas ao crédito dos juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre o capital próprio, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 548.006 (R\$ 231.611 em 2020), refere-se ao valor declarado em 2021 de R\$ 547.645 (R\$ 231.163 em 2020), líquido do imposto de renda retido na fonte e de R\$ 361 declarados em exercícios anteriores (R\$ 448 em 2020).

(c) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(d) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva de investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da reserva de investimentos era de R\$ 8.297.489 e R\$ 6.751.258, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 49 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá aos seguintes critérios:

- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
 - na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e
 - na incorporação ao capital social.

(e) Destinação do lucro do exercício

	2021
Lucro líquido	2.305.869
(+) Lucro do exercício	2.305.869
(-)	

continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

26 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu o segmento operacional utilizado para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviços de saneamento. Resultado

	2021		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	16.304.206	4.376.739	20.680.945
Deduções da receita bruta	(1.189.884)	-	(1.189.884)
Receita operacional líquida	15.114.322	4.376.739	19.491.061
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(11.115.383)	(4.278.337)	(15.393.720)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	3.998.939	98.402	4.097.341
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	(21.841)
Equivalência patrimonial	-	-	22.079
Resultado financeiro, líquido	-	-	(927.423)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	3.170.156
Depreciação e amortização	(2.253.322)	-	(2.253.322)

	2020		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	15.157.780	3.716.616	18.874.396
Deduções da receita bruta	(1.076.855)	-	(1.076.855)
Receita operacional líquida	14.080.925	3.716.616	17.797.541
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(9.796.821)	(3.630.139)	(13.426.960)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	4.284.104	86.477	4.370.581
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	107.656
Equivalência patrimonial	-	-	14.136
Resultado financeiro, líquido	-	-	(3.166.371)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	1.326.002
Depreciação e amortização	(2.037.112)	-	(2.037.112)

(i) Vide Nota 33 para mais informações sobre itens não monetários, exceto depreciação e amortização que afetam os resultados por segmento, e informações adicionais de ativos de longa duração.
(ii) Receita de construção e custos relacionados não são analisados pelo principal gestor das decisões operacionais da Companhia. A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e com o CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Vide mais detalhes na Nota 14 (b).

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros que cobrem, entre outros, incêndio e demais danos aos bens, edifícios de escritórios e seguro de responsabilidade contra terceiros. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil para conselheiros e diretores ("seguro D&O") e seguro garantia judicial (conforme descrito na Nota 20 (f)) e seguro garantia tradicional. Os seguros são contratados por meio de licitações que permitem a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria da demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes contratados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros da Companhia era a seguinte:

	Importância Segurada
Riscos nomeados - incêndio	2.185.827
Riscos de engenharia	2.254.238
Seguro garantia judicial e garantia tradicional	600.000*
Responsabilidade civil - D&O (Directors and Officers)	100.000
Responsabilidade civil - obras	172.140
Responsabilidade civil - operacional	10.000
Outros	26.900
Total	5.349.105

(*) A SABESP possui contrato que permite emitir apólices que totalizem essa Importância Segurada. Deste total, foram emitidas apólices que somam R\$ 98.530 mil em importância segurada por meio de seguro garantia

28 Receitas operacionais

(a) Receita de serviços de saneamento:

	2021	2020
Região Metropolitana de São Paulo	11.529.229	10.722.384
Sistemas Regionais	4.774.977	4.435.396
Total	16.304.206	15.157.780

(b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	2021	2020
Receita de serviços de saneamento (i)	16.304.206	15.157.780
Receita de construção	4.376.739	3.716.616
Impostos sobre vendas	(1.121.905)	(1.009.358)
Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF)	(67.979)	(67.497)
Receita líquida	19.491.061	17.797.541

(i) Inclui o montante de R\$ 80.329 referente a TRCF cobrada dos clientes em 2021 (R\$ 72.962 em 2020), referentes aos municípios regulados pela ARSESP.

29 Custos e despesas operacionais

	2021	2020
Custos operacionais		
Salários, encargos e benefícios	(2.026.202)	(1.958.395)
Obrigações previdenciárias	(36.771)	(37.281)
Custos de construção (Nota 26)	(4.278.337)	(3.630.139)
Materiais gerais	(314.111)	(244.054)
Materiais de tratamento	(364.542)	(338.756)
Serviços de terceiros	(1.517.196)	(1.251.839)
Energia elétrica	(1.462.776)	(1.214.831)
Despesas gerais	(717.352)	(622.113)
Depreciação e amortização	(2.082.755)	(1.882.259)
	(12.800.042)	(11.179.667)
Despesas com vendas		
Salários, encargos e benefícios	(265.435)	(271.565)
Obrigações previdenciárias	(4.868)	(5.059)
Materiais gerais	(7.976)	(5.471)
Serviços de terceiros	(343.763)	(290.512)
Energia elétrica	(1.340)	(1.200)
Despesas gerais	(136.107)	(118.278)
Depreciação e amortização	(66.390)	(59.201)
	(825.879)	(751.286)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	(643.730)	(444.826)
Despesas administrativas		
Salários, encargos e benefícios	(250.557)	(257.829)
Obrigações previdenciárias	(72.170)	(116.941)
Materiais gerais	(11.209)	(14.237)
Serviços de terceiros	(250.801)	(230.054)
Energia elétrica	(1.715)	(1.359)
Despesas gerais	(357.564)	(257.693)
Depreciação e amortização	(104.177)	(95.652)
Despesas tributárias	(75.876)	(77.416)
	(1.124.069)	(1.051.181)

	2021	2020
Custos e despesas operacionais		
Salários, encargos e benefícios	(2.542.194)	(2.487.789)
Obrigações previdenciárias (Nota 22 (v))	(113.809)	(159.281)
Custos de construção (Nota 26)	(4.278.337)	(3.630.139)
Materiais gerais	(333.296)	(263.762)
Materiais de tratamento	(364.542)	(338.756)
Serviços de terceiros	(2.111.760)	(1.772.405)
Energia elétrica	(1.465.831)	(1.217.390)
Despesas gerais	(1.211.023)	(998.084)
Depreciação e amortização	(2.253.322)	(2.037.112)
Despesas tributárias	(75.876)	(77.416)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	(643.730)	(444.826)
	(15.393.720)	(13.426.960)

30 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(517.235)	(348.050)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(46.793)	(136.257)
Outras despesas financeiras	(315.013)	(328.413)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	-	(15.134)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(225.791)	(86.938)
Outras variações monetárias	(172.632)	(142.313)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(170.831)	(267.654)
Total de despesas financeiras	(1.448.295)	(1.324.759)
Receitas financeiras		
Variáveis monetárias ativas	198.907	120.957
Rendimento de aplicações financeiras	150.632	75.522
Juros ativos	145.866	162.576
Cofins e Pasep	(23.038)	(22.328)
Outras	41	4
Total de receitas financeiras	472.408	336.731
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	(975.887)	(988.028)
Variáveis cambiais		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	48.522	(2.180.241)
Variação cambial sobre ativos	(36)	1.894
Outras variações cambiais	(22)	4
Variáveis cambiais, líquidas	48.464	(2.178.343)
Financeiras líquidas	(927.423)	(3.166.371)

31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2021	2020
Outras receitas operacionais, líquidas	71.877	70.288
Outras despesas operacionais	(93.718)	37.368
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(21.841)	107.656

As outras receitas operacionais compõem-se de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, venda de direito de energia elétrica, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reúso, projetos e serviços do PURA e estão apresentadas líquidas de Cofins e Pasep.

As outras despesas operacionais compõem-se da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perdas do ativo imobilizado, perdas estimadas com ativos operacionais e com indenizações de ativos.

32 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir são apresentados os principais valores compromissados, não reconhecidos, em 31 de dezembro de 2021:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.147.112	745.388	187.150	790.650	2.870.300
Obrigações contratuais - Investimentos	2.258.647	1.741.424	1.425.790	331.184	5.757.045
Total	3.405.759	2.486.812	1.612.940	1.121.834	8.627.345

33 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	2021	2020
Total das adições de ativo de contrato (Nota 14)	4.759.789	3.984.158
Total das adições do intangível (Nota 15 (b))	172.961	411.285
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	(1.236.081)	(1.095.786)
Total das adições no intangível e ativo de contrato conforme demonstração do fluxo de caixa	3.696.669	3.299.657
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no exercício (Nota 14 (a))	300.792	238.330
Empreiteiros a pagar	218.523	142.514
Compromissos de contratos de programas	-	4.422
Contrato de performance	478.177	314.720
Direito de uso	140.187	28.549
Margem de construção (Nota 26)	98.402	86.477
Acordo com o município de Mauá	-	280.774
Total	1.236.081	1.095.786

34 Eventos subsequentes

• 30ª Emissão de Debêntures

Em 18 de março de 2022 a Companhia captou o montante de R\$ 1,0 bilhão referente a realização da 30ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em duas séries nos termos da Instrução CVM nº 476. As primeira e segunda séries vencerão em março de 2027 e em março de 2029, respectivamente. A primeira série, no montante de R\$ 500,0 milhões, tem remuneração de CDI + 1,30% a.a., com pagamentos de juros semestrais. A segunda série, montante de R\$ 500,0 milhões, tem remuneração de CDI + 1,58% a.a., também com pagamentos de juros semestrais. Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão serão destinados ao refinanciamento de compromissos financeiros vincendos em 2022 e à recomposição e reforço de caixa da Companhia.

• Deliberação ARSESP nº 1.278 - Reajuste Tarifário de 2022

Em 17 de março de 2022 a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.278 que versa sobre o reajuste tarifário de 2022, na qual a Companhia destaca os seguintes pontos:

Art. 1º. Aprovar o reajuste total de 12,8019% (doze inteiros e oito mil e noventa e nove décimos de milésimos por cento) sobre as tarifas praticadas pela SABESP, na forma constante nos anexos a esta deliberação, que resulta da seguinte composição:

- I - Inflação de fevereiro/2021 a fevereiro/2022, medida pelo IPCA, de 10,5437%.
- II - Fator de eficiência (Fator X) a ser descontado de 0,2142%.
- III - Ajuste compensatório de 2,3932%, conforme cálculo disposto na NT.F.0010-2022.
- IV - IGQ 2020 a ser descontado de 0,1490%, conforme cálculo disposto na NT.F.0010-2022.

Art. 6º. A estrutura tarifária da SABESP vigente permanece inalterada.

§ 1º. As definições dependentes da implementação da nova estrutura tarifária ficam postergadas até sua realização.

A Deliberação nº 1.278 com as novas tabelas tarifárias foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo na data de 17 de março de 2022 e passará a vigorar a partir de 10 de maio de 2022.

DIRETORIA

BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR	Diretor-Presidente
ADRIANO CANDIDO STRINGHINI	Diretor de Gestão Corporativa
ALCEU SEGAMARCHI JUNIOR	Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente
MONICA FERREIRA DO AMARAL PORTO	Diretora de Sistemas Regionais
OSVALDO GARCIA	Diretor Econômico-Financeiro e Relação com Investidores
RICARDO DARUIZ BORSARI	Diretor Metropolitano

CONTADOR

MARCELO MIYAGUI	CRC 1 SP 244.972/O-0 - Superintendente de Contabilidade
-----------------	---

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR	Presidente
BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR	Conselheiro
CLAUDIA POLTO DA CUNHA	Conselheira
EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA	Conselheiro Independente* e Coordenador do Comitê de Auditoria
FRANCISCO LUIZ SIBUT GOMIDE	Conselheiro Independente*
FRANCISCO VIDAL LUNA	Conselheiro Independente* e membro do Comitê de Auditoria
LEONARDO AUGUSTO DE ANDRADE BARBOSA	Conselheiro
LUIZ EDUARDO ALVES DE ASSIS	Conselheiro Independente*
WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI	Conselheiro Independente* indicado pelos acionistas minoritários
WILSON NEWTON DE MELLO NETO	Conselheiro Independente* e membro do Comitê de Auditoria

* Esses Conselheiros atendem aos requisitos e independência estabelecidos nas regras da B3 para o novo mercado.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de março de 2022.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

/s/ Benedito Pinto Ferreira Braga Junior Diretor Presidente	/s/ Alceu Segamarchi Junior Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente
/s/ Osvaldo Garcia Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	/s/ Ricardo Daruiz Borsari Diretor Metropolitano
/s/ Adriano Candido Stringhini Diretor de Gestão Corporativa	/s/ Monica Ferreira do Amaral Porto Diretora de Sistemas Regionais

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de março de 2022.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

/s/ Benedito Pinto Ferreira Braga Junior Diretor Presidente	/s/ Alceu Segamarchi Junior Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente
/s/ Osvaldo Garcia Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	/s/ Ricardo Daruiz Borsari Diretor Metropolitano
/s/ Adriano Candido Stringhini Diretor de Gestão Corporativa	/s/ Monica Ferreira do Amaral Porto Diretora de Sistemas Regionais

continua...



continuação...

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e, com base em análises efetuadas pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, considerando ainda, o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes emitido sem ressalvas, datado de 24 de março de 2022, os Conselheiros Fiscais opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

EDSON TOMAZ DE LIMA FILHO ERNESTO MASCELLANI NETO SÃO PAULO, 24 de março de 2022. FÁBIO BERNACCHI MAIA MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ TARCILA REIS JORDÃO

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2021

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, criado na reunião do Conselho de Administração de 26 de junho de 2006, é composto por três conselheiros de administração independentes. Em atendimento à *U.S. Securities and Exchange Commission - SEC*, o Comitê desempenha a função de Audit Committee da Sabesp, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2020, os Srs. Eduardo de Freitas Teixeira, Francisco Vidal Luna e Reinaldo Guerreiro foram eleitos membros independentes do Conselho de Administração. Na Reunião do Conselho de Administração de 14 de maio de 2020 foram eleitos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo o Sr. Eduardo de Freitas Teixeira designado como Coordenador do colegiado.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de novembro de 2021 o conselheiro Wilson Newton de Mello Neto foi classificado como membro independente do Conselho de Administração, e Sr. Reinaldo Guerreiro saiu do Conselho de Administração e automaticamente do Comitê de Auditoria. Na Reunião do Conselho de Administração de 29 de novembro de 2021 o conselheiro independente Wilson Newton de Mello Neto foi eleito membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 24/03/2021 a 24/03/2022, o Comitê realizou 31 reuniões formais com o diretor econômico-financeiro, superintendentes, gerentes, demais empregados, auditores internos e auditores independentes bem como eventuais convidados. Cumpre ressaltar que dessas reuniões 4 foram realizadas em conjunto com o Conselho Fiscal.

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram as seguintes:

- Revisão, aprovação e supervisão do plano anual de trabalho da Auditoria Interna;
- Monitoramento das provisões e contingências judiciais;
- Acompanhamento da gestão de riscos corporativos;
- Acompanhamento das atividades de conformidade;
- Avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos;
- Canal de Denúncias: Acompanhamento das averiguações e das denúncias;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Acompanhamento das atividades da Comissão de Ética;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Revisão do Relatório de Sustentabilidade;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras; e
- Revisão das Informações Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Formulário de Referência, do Form 20-F e do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa; e
- Avaliação e monitoramento da adequação das Transações com partes relacionadas.

Além disso, o Comitê convocou representantes de diversas áreas para acompanhar os seguintes itens: (i) Contas a Receber; (ii) evolução do fluxo de caixa (iii) trabalhos da Comissão Permanente para Avaliação de Valores Envolvidos em Contingências Ambientais; (iv) Sabesprev - Planos Previdenciários; (v) Projeto Siis - Sistema Integrado de Informações Sabesp (Implantação do Net@ - Sistema Comercial); (vi) Segurança da informação; (vii) Sociedades de Propósito Específico - SPEs; entre outros.

Adicionalmente, foram realizados contatos por teleconferência ou por outros meios de comunicação entre os membros do Comitê, os Administradores da Companhia e Auditoria Interna e Auditoria Independente, para discussões de aspectos específicos pertinentes às responsabilidades do Comitê.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de ações de aprimoramento para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações propostas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A metodologia adotada pela Sabesp para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e com a Lei Sarbanes-Oxley.

A Administração da Sabesp é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Sabesp, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

O Comitê de Auditoria supervisionou as atividades relacionadas à implantação e avaliação dos controles internos por meio de apresentações das áreas responsáveis pelos controles e das constatações relacionadas pelas Auditorias Interna e Independente.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da Grant Thornton com relação à Sabesp. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, este informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a Grant Thornton e a Sabesp que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

Registra-se, ainda, que não foi constatada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Sabesp, os Auditores Independentes da Grant Thornton e o próprio Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

6. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA E ORÇAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

O Comitê de Auditoria avaliou a estrutura e orçamento da Auditoria Interna, que foram considerados adequados ao desempenho de suas funções.

7. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Sabesp, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e, por ser listada na *The New York Stock Exchange - NYSE*, as normas emitidas pela *U.S. Securities and Exchange Commission - SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*. O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as respectivas informações trimestrais.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as normas emitidas pela *SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*.

8. CONCLUSÕES

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Sabesp, em particular dos Administradores, das Superintendências de Contabilidade, Jurídica, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Conformidade, e demais superintendências, além dos Auditores Independentes. O Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

São Paulo, 24 de março de 2022.

Eduardo de Freitas Teixeira Francisco Vidal Luna Wilson Newton de Mello Neto
Coordenador Membro Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP** São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

1. Ativos de contrato e intangíveis - Reconhecimento do custo no período (Notas explicativas nºs 3.7, 3.9, 6.2 (b), 14 e 15)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia registra como ativos intangíveis e ativos de contrato os gastos decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível) ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. As adições dos gastos realizados nestas rubricas no exercício de 2021 impactam na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível e do ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões;
- Avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras;
- Teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para avaliação da natureza do gasto e a correta classificação;
- Avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes;
- Avaliação das transferências de ativos em construção classificadas como ativo de contrato para operação (intangível);
- Recálculo e análise de taxas para os juros capitalizados e recálculo da margem de construção;
- Análise sobre a consistência das divulgações requeridas em notas explicativas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis os critérios utilizados pela Companhia para capitalizar os gastos ao ativo de contratos e intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

2. Provisões para riscos ambientais (Notas explicativas nºs 3.15, 6.2 (e) e 20)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza ambiental, decorrentes do curso normal de suas operações, relativos a multas aplicadas pelos órgãos públicos e competentes sobre potenciais danos ambientais causados pela Companhia nos municípios onde essa opera. Esta área exige julgamentos e avaliações críticas efetuadas pela administração, suportada por seus consultores jurídicos, na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento dos passivos, mensuração dos valores envolvidos, avaliação da probabilidade de perda nas diversas discussões e divulgação apropriada dos processos e contenciosos existentes (passivos contingentes), tendo em vista a relevância dos mesmos em relação às demonstrações financeiras.

O valor dos processos ambientais classificadas como prováveis de perda e passíveis de provisão registrado nas demonstrações financeiras montava em aproximadamente R\$ 331 milhões em 31 de dezembro de 2021. O montante de passivos ambientais contingentes, portanto não sujeitos ao registro de provisão segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, era de aproximadamente R\$ 3 bilhões em 31 de dezembro de 2021.

Determinadas leis e regulamentos no Brasil têm grau de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento, classificação e divulgação relacionadas a estas ações judiciais requerem determinado nível de julgamento por parte da administração da Companhia para registro das estimativas de perdas e divulgações nas suas demonstrações financeiras e, por este motivo, consideramos este assunto como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela administração para identificar, mensurar e divulgar os valores dos processos de natureza ambiental;
- Avaliação e desafio dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando dados e informações históricas, bem como avaliação das confirmações recebidas dos assessores jurídicos da Companhia;
- Discussões e reuniões com os consultores jurídicos internos da Companhia, para tratar dos processos, controles, procedimentos e processos de mensuração sobre os prognósticos das demandas ambientais;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento de informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relacionadas aos processos de natureza ambiental em que a Companhia está envolvida.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro das provisões para riscos ambientais e divulgações correlatas estão adequados no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações de valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na ABCTG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2022

Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 15P-151.079/O-0
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

SBS
LISTED
NYSE

SBSP
B3 LISTED NM



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta
www.sabesp.com.br





BALANÇO ANUAL 2021



SBSP
B3 LISTED NM

SBS
LISTED
NYSE



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

